

Kettle Duarte Paes

**O SUJEITO POLÍTICO  
E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA:**

**O CASO DO CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE  
FLORIANÓPOLIS À LUZ DA TEORIA DO DISCURSO  
POLÍTICO E DA PSICANÁLISE LACANIANA**

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC) para a obtenção do Grau de Doutora em Administração.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eloise Helena Livramento Dellagnelo

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Duarte, Kettle Paes  
O SUJEITO POLÍTICO E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA : O  
CASO DO CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE FLORIANÓPOLIS À LUZ DA  
TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO E DA PSICANÁLISE LACANIANA /  
Kettle Paes Duarte ; orientadora, Eloise Helena Livramento  
Dellagnelo - Florianópolis, SC, 2015.  
207 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em  
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Sujeito Político. 3. Organização da  
Resistência. 4. Teoria do Discurso Político. 5. Centro de  
Mídia Independente. I. Dellagnelo, Eloise Helena  
Livramento. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Kettle Duarte Paes

**O SUJEITO POLÍTICO E A ORGANIZAÇÃO DA  
RESISTÊNCIA: O CASO DO CENTRO DE MÍDIA  
INDEPENDENTE FLORIANÓPOLIS À LUZ DA TEORIA DO  
DISCURSO POLÍTICO E DA PSICANÁLISE LACANIANA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de abril de 2015.

---

Prof. Marcus Venício Andrade de Lima, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Eloise Dellagnelo, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Sérgio Boeira, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Rosimeri Carvalho, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Ana Paula P. Paula, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Sueli Goulart, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Jean Castro, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade UFSC



*Com todo o meu amor,  
dedico esta tese as minhas filhas,  
Viviane Torquato e Rafaella Torquato  
e a meu esposo, Alex Torquato.*



## AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese não foi individual. Ela reflete o esforço, o apoio e a dedicação de diversas pessoas, sem as quais, jamais conseguiria finalizá-la. Neste espaço, tentarei expressar um pouco de minha gratidão a algumas delas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer as minhas queridas filhas Viviane e Rafaella e ao meu esposo Alex pela paciência com minhas constantes ausências. Vocês foram essenciais nesse processo e por isso sou muito grata.

À minha orientadora, professora Eloise Helena Livramento Dellagnelo pela confiança, competência e força nos momentos fundamentais dessa trajetória.

À professora Ana Paula Paes, não somente pelas valiosas contribuições ao trabalho, mas também pelas conversas, pelas dicas e por compartilharmos um amor pela psicanálise.

Aos meus colegas do Observatório da Realidade Organizacional, principalmente a Helena pelas profundas discussões que tivemos sobre discurso e sujeito.

Aos militantes do CMI Florianópolis que me receberam com carinho e respeito e me possibilitaram a construir meu objeto de pesquisa.

À minha mãe Marilene e aos meus Wagner e Jaimar pela força e carinho nos momentos difíceis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo durante o processo de doutorado.



## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo a análise do sujeito político e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI), um coletivo de mídia alternativa. Para o alcance desse objetivo de pesquisa, a principal lente de análise foi a Teoria do Discurso Político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e a psicanálise lacaniana, mais especificamente a noção de sujeito em Lacan. O sujeito moderno é o sujeito do *cogito* cartesiano, pleno e autoconsciente. Os apontamentos de Lacan desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano para pôr em seu lugar um sujeito que se constitui na e pela linguagem. Essa qualidade ontológica do ser não permite seu fechamento em uma identidade fixa. Em Lacan, o sujeito é sempre falta-a-ser, que se move de identificação em identificação, em uma contingência necessária e estruturante. Como herança da noção de sujeito cartesiano as abordagens dominantes em administração trazem em seu bojo uma ontologia essencialista ao se pautarem pelos princípios do cálculo, da objetividade e da racionalidade, tendo, por base, a ideia de sujeito racional. Depreende-se que outra ideia de sujeito pode ensejar outro entendimento sobre as práticas organizacionais e novos desenvolvimentos às teorias organizacionais para além das perspectivas teóricas positivistas e essencialistas. A pesquisa, um estudo de caso, teve uma abordagem qualitativa com coleta de dados feita por meio de fontes secundárias e primárias, estas últimas implicaram em engajamento direto com as atividades desenvolvidas pelo coletivo pela via da militância. Assim, este estudo, permitiu-nos observar que, o CMI, enquanto coletivo de mídia alternativa adota uma perspectiva política autonomista, herança política do anarquismo do século XIX e XX. O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas antissistêmicas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais, tais como a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta. Percebeu-se também que a construção do discurso sobre organização para o CMI está, inelutavelmente, conectado à ideologia política, com a qual seus voluntários se identificam: o autonomismo. Nesse contexto, esse nome/significante funciona como um ponto nodal na constituição da identidade do CMI e é investido libidinalmente pelos sujeitos que se identificam com esse discurso, ensejando uma visão antiessencialista da organização, na qual essa passa a ser entendida como uma prática social e discursiva em permanente disputa e transformação.

**Palavras-chave:** Sujeito Político; Organização da Resistência; Teoria do Discurso Político; Centro de Mídia Independente.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the political subject and the organization of resistance in the Centro de Mídia Independente (*Independent Media Center*; CMI) from Florianópolis, an alternative media collective. To fulfill this intent, the main analysis framework consists of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory and Lacanian psychology, more specifically the lacanian notion of subject. The modern subject is the Cartesian *cogito* subject, complete and self-conscious. Lacan's writings deconstruct the essentialist traits of the Cartesian subject and put in its place a kind of subject who constitutes itself within and through language. This ontological quality of the being makes it impossible for it to be enclosed inside a fixed identity. In Lacan, the subject is always a lack of being, who moves from identification to identification, in a necessary and structuring contingency. Inheriting the Cartesian notion of subject, dominant approaches in administration carry within themselves an essentialist ontology, as they are guided by the principles of mathematics, objectivity and rationality, these being based on the idea of a rational subject. It can be inferred that a different view regarding the subject might engender another understanding of organizational practices and new developments in organizational theories, reaching beyond positivist and essentialist theoretical perspectives. This research, a case study, was a qualitative work with data collecting carried through secondary and primary sources, these last ones implying direct engagement with the militant activities done by the collective. Thus, this study allows us to observe that CMI, as an alternative media collective, adopts an autonomist perspective in politics, a heritage from anarchism from the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries. By identifying with this tradition of anti-system conflicts, CMI also embraces anarchist political and organizational principles, such as horizontality, non-leadership, consensus, autonomy, independence and direct action. It was also noteworthy that, for the group, the construction of the discourse about its organization is inescapably connected to its political ideology, with which its voluntary members identify: autonomism. In such a context, this name/signifier works as a nodal point in the constitution of CMI's identity, and is invested libidinally by the subjects who identify with this discourse, reinforcing an anti-essentialist view of the organization, which is then seen as a social and discursive practice in perennial conflict and transformation.

**Key words:** Subject Political; Organization of the Resistance; Theory of Political Discourse; Independent Media Center.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O vel da alienação.....	42
Figura 1: Logos do CMI.....	128
Figura 2: Site do CMI Brasil .....	130
Figura 3: Concentração no centro de Florianópolis para confecção dos cartazes para a manifestação contra o aumento da tarifa. Ano 2005...	141
Figura 4: Passeata pelo centro de Florianópolis contra o aumento da tarifa. Ano de 2005.....	141
Figura 5: Marcha das Vadias: protesto em frente ao templo da Igreja Universal. Ano 2011. ....	143
Figura 6: Marcha das Vadias passeata pelas ruas de Florianópolis. Ano 2011.....	143
Figura 7: Marcha da Liberdade em Florianópolis. Odeia a mídia? Seja a mídia!. Ano 2011. ....	144
Figura 8: Marcha da Liberdade em Florianópolis. Passeata pela Beiramar Norte. Ano 2011. ....	144
Figura 9: Ocupação Contestado em São José. Concentração em frente ao terreno ocupado em São José na grande Florianópolis. Ano 2012.....	146
Figura 10: Ocupação contestado. montagem das barracas no terreno ocupado no município de São José na grande Florianópolis. ano 2012. ....	147



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

A16 – Dia de Ação Global dos Povos em 16 de Agosto de 2000  
A20 – Dia de Ação Global dos Povos 20 em Abril de 2000  
AGP – Ação Global dos Povos  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
ANATEL – Agência Nacional de Comunicações  
ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos  
BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CMI – Centro de Mídia Independente  
DCE – Diretório Central dos Estudantes  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda  
EUA – Estados Unidos das Américas  
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional  
FALM – Frente Autônoma de Luta por Moradia  
FBI – Federal Bureau of Investigation  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNT – Fundo Nacional de Telecomunicações  
FSM – Fórum Social Mundial  
G8 – Grupos dos 8 países mais ricos do mundo.  
J18 – Dia de Ação Global dos Povos em 18 de junho de 1999  
JRI – Juventude Revolução Independente  
MPL – Movimento do Passe Livre  
MRG – Movimentos de Resistência Global  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MTST – Movimento de Trabalhadores Sem-Teto  
N30 – Dia de Ação Global dos Povos em 30 de novembro de 1999  
NAFTA - Tratado de Livre Comércio da América do Norte  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
RTS – Reclaim The Streets  
SC – Santa Catarina  
S26 – Dia de Ação Global dos Povos em 26 de setembro de 2000  
SNT – Sistema Nacional de Telecomunicações  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2.MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>29</b>
2.1.CONCEPÇÕES DE SUJEITO NA MODERNIDADE: DO SUJEITO ESSENCIALISTA RACIONAL AO SUJEITO POLÍTICO (FALTA-A-SER). .....	29
2.2.TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: PONTOS NODAIS, ARTICULAÇÃO, SIGNIFICANTE VAZIO .....	45
<b>2.2.1.Hegemonia e identidades políticas: os afetos na construção do social .....</b>	<b>55</b>
<b>2.2.2. Deslocamento: o momento do sujeito político .....</b>	<b>60</b>
2.3.MÍDIA TRADICIONAL, MÍDIA ALTERNATIVA E INTERNET: DOS MARCOS REGULATÓRIOS PARA A COMUNICAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE SUBVERSÃO DA MÍDIA ALTERNATIVA .....	65
<b>3.ARTESANATO INTELLECTUAL: NOTAS SOBRE O CAMINHO DA PESQUISA .....</b>	<b>80</b>
3.1.NOTAS SOBRE O PROCESSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA .....	88
<b>4.ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA REDE INDYMEDIA: DESLOCAMENTO E REATIVAÇÃO DO POLÍTICO: YA BASTA! ZAPATISTA E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA GLOBAL.....</b>	<b>98</b>
<b>5. O SURGIMENTO DA REDE INDYMEDIA: VOZES QUE SE LEVANTAM DAS MARGENS E BRECHAS DA HEGEMONIA .....</b>	<b>112</b>
5.1.CMI BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA À HEGEMONIA NEOLIBERAL E À MÍDIA TRADICIONAL .....	120
<b>5.1.1.Política Editorial e o <i>site</i> do CMI Brasil/Florianópolis .....</b>	<b>125</b>
5.2.O SURGIMENTO DO CMI FLORIANÓPOLIS: ODEIA A MÍDIA? SEJA A MÍDIA!.....	133
<b>6.LUTA E RESISTÊNCIA NO CMI FLORIANÓPOLIS: A CADA DISCURSO, UMA FORMA DE ORGANIZAR! .....</b>	<b>148</b>
6.1.A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO NO CMI FLORIANÓPOLIS: OS FINS NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS!.....	150

6.2.A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTONOMISTA DO CMI FLORIANÓPOLIS: INDEPENDÊNCIA MORAL, POLÍTICA E FINANCEIRA .....	159
6.3.COMUNICAÇÃO, INTERNET E AÇÃO-DIRETA: A CONSTRUÇÃO DA LUTA SEM INTERMEDIÇÃO.....	173
<b>7.REFLEXÕES FINAIS: A RELAÇÃO ESTRUTURADA E ESTRUTURANTE ENTRE O SUJEITO POLÍTICO E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA .....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>194</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*Os meus sonhos foram todos vendidos tão barato que eu nem acredito (...) aquele garoto que ia mudar o mundo, agora assiste tudo em cima do muro (...). Ideologia! Eu quero uma pra viver. Ideologia! Eu quero uma pra viver (...)*

*(Cazuza, Roberto Frejat)*

A problemática do sujeito é um empreendimento recente na história da humanidade. Dela decorrem implicações epistemológicas e ontológicas que colocam em disputa diversos discursos nos mais variados campos do conhecimento: educação, teoria política, psicanálise, administração. Para Foucault (1999), a pergunta kantiana “o que é o homem?”, é a mais embaraçosa já feita na modernidade, uma vez que ela coloca em evidência a relação sujeito/objeto e suas implicações.

Se os filósofos da Antiguidade Clássica se ocupavam da descoberta sobre a origem e as transformações da natureza, o problema que se impôs à filosofia moderna foi o de indagar sobre o conhecimento e, portanto sobre o sujeito. É com a modernidade que valores como racionalismo, humanismo e liberdade se tornam essenciais, e a razão se tornou o centro do conhecimento (FOUCAULT, 1999).

Assim, de Descartes a Kant, herdamos a noção de sujeito-racional, um ser transparente e pleno que por meio do atributo da razão faz escolhas conscientes. Não obstante, somos também herdeiros dos valores metafísicos daí decorrentes e seu regime de verdade, que busca por intermédio do mito das origens uma sociedade reconciliada, um discurso final sobre as coisas.

O pensamento moderno e humanista (re)produziu essa ideia de sujeito racional, desconsiderando a multiplicidade, a diferença e a contingência em nome de leis necessárias, do espírito absoluto da história e do tempo linear. Esse sujeito racional é o fundamento dos valores primaciais da modernidade, a racionalidade, a liberdade e o individualismo, que constituem a base sobre a qual se erigiram as ciências humanas, de maneira geral, e a ciência das organizações de modo particular.

Entretanto, contra esse regime de verdade vários golpes foram desferidos. Essa hegemonia é questionada, tanto no campo mais amplo das ciências humanas (NIETZSCHE, FREUD, MARX, LACAN, DELEUZE) quanto no campo mais restrito das teorias organizacionais

(DEETZ, 1998; SARUP, 1996; ALVESSON e DEETZ, 1998; HATCH, 1997; COOPER e BURREL, 2007; PARKER, 1995; HASSARD, 1993; CALÁS e SMIRCICH, 1999; CLEGG e HARDY, 1998; PAULA, 2012, 2013; ALCADIPANI e TURETA, 2009, PEREIRA e CARRIERI, 2005; MISOCZKY e FLORES, 2009; MISOCZKY, 2009).

Assim, o primeiro pensador moderno que questionou a noção de sujeito foi Karl Marx (1818-1883), para quem os indivíduos se constituem a partir das condições materiais de sua existência. Contudo, a crítica mais contundente desferida à tradição filosófica ocidental veio de Friedrich Nietzsche (1844-1900), para quem o sujeito, longe de ser uma substância é um lugar vazio, emergindo nas relações de poder e atravessado por forças sociais e libidinais (PETERS, 2000).

Se Nietzsche desfere um golpe mortal à concepção de sujeito na modernidade, é Sigmund Freud (1856-1939) que exuma o que resta do cadáver, com sua invenção, o inconsciente. Por essa noção, Freud deixa evidente que o ser humano é movido por impulsos e afetos inconscientes. Insurge assim, com base nesses questionamentos, uma noção de sujeito descentrado da razão, composto pelo discurso que abriga e (re)produz os valores da sociedade de seu tempo.

Apesar de Freud descentrar radicalmente o sujeito da noção de razão e propor em seu lugar a divisão do sujeito entre o consciente e o inconsciente, ele não desenvolveu uma teoria do sujeito. Quem realizou esse trabalho foi o psicanalista Jacques Lacan com a noção de sujeito falta-a-ser. Na perspectiva lacaniana, a ênfase recai sobre a falta/incompletude do sujeito; por essa abordagem, o sujeito se constitui a partir do processo de alienação à linguagem.

Esse processo permite o ingresso do sujeito no mundo da cultura, porém para tanto perde algo, perde sua completude mítica, o que o constituirá como sujeito falta-a-ser e o conduzirá a buscar, no discurso, os objetos que possam preencher essa falta, numa busca sempre falida (LACAN, 1998; STAVRAKAKIS, 2010).

A noção de sujeito em Lacan é a base sobre a qual esse trabalho foi construído. Assim, quando falamos de **sujeito político** nessa tese estamos nos referindo ao **sujeito falta-a-ser** da psicanálise lacaniana.

Nessa tese, a problemática do sujeito, ou seja, a maneira como o pensamos tem relação com o modo como pensamos a organização. **Partimos, então, do pressuposto de que a visão que se tem de sujeito se reflete na forma como se teorizam e se organizam as práticas sociais, geralmente, e as práticas organizacionais de maneira particular.** Isso implica dizer que, se as práticas hegemônicas em organizações se pautam pelos princípios do cálculo, da objetividade e da

racionalidade, tendo, por base, a ideia de sujeito racional; depreende-se que outra ideia de sujeito pode ensejar outro entendimento sobre as práticas organizacionais e novos desenvolvimentos às teorias organizacionais.

Assim, apesar do questionamento impingido à noção dominante de sujeito na modernidade (racional e essencialista) pelos filósofos da suspeita, Marx, Nietzsche e Freud (RICOUER, 1977) o que se observa é que essa noção, sujeito racional, é a base sobre a qual se construiu as ciências sociais e humanas e suas disciplinas especializadas tais como a ciência da administração e os estudos organizacionais.

Nos primórdios do desenvolvimento das ideias sobre administração a noção de sujeito racional pode ser observada nas concepções de homem subjacente às teorias administrativas, seja como homem econômico ou como homem complexo e o que se verifica é que a base que sustenta essas ideias de homem é aquela advinda da noção de sujeito na modernidade, o sujeito racional.

Nestes termos, observamos que no campo dos estudos organizacionais, tradicionalmente, o desenvolvimento teórico vem sendo traçado no contexto das correntes de pensamento ligadas ao positivismo e ao estruturo-funcionalismo, restringindo o pensar sobre as organizações a uma delimitação específica, qual seja as organizações pautadas pela busca da eficiência e da ordem. (PARKER, 2002; PAULA, 2002; BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010). Essa organização produtiva, burocrática e com objetivos financeiros está consubstanciada na ideia de empresa (SOLÉ, 2004). O culto à empresa promove a difusão massiva do discurso gerencialista por diversas esferas da vida humana associada, engendrando o que Chanlat (2000) denominou de sociedade managerial. Neste tipo de sociedade, as empresas possuem um papel central na produção de discursos e princípios gerenciais, tais como eficiência, produtividade, desempenho, planejamento, etc. que invadem as mais variadas realidades sociais para além das organizações atuantes no mercado (CHANLAT, 2000).

De acordo com Bohm (2006), a noção hegemônica de organização está associada a regras formais, procedimentos técnicos, profissionalismo, burocracia e sujeitos racionais que podem ser alocados, medidos e controlados. Vista desta maneira, a organização se restringe à administração e à manutenção de um mundo hierárquico, padronizado e harmônico, sustentado pela ideologia da neutralidade da técnica, da ordem e do progresso.

Bohm (2006) afirma, ainda, que o modelo tradicional de organização se caracteriza por uma noção de organização que possui

estreita conexão com o gerencialismo e o capitalismo. Esta maneira racional e formal de significar a organização tem sido a ideologia predominante da teoria organizacional. (BOHM, 2006; CLEGG, 1998; PARKER, 2002).

No entanto, nenhuma hegemonia consegue dar conta de toda a realidade social (LACLAU e MOUFFE, 1987). Misoczky et al (2010) afirmam que organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático ou de prática gerencial, sendo uma produção social de modos de cooperação contingente e em movimento. Os autores observam que uma das tarefas políticas mais importantes dos estudos críticos no campo disciplinar dos Estudos Organizacionais é a investigação dos processos de organização da resistência e das lutas sociais que tendem a ser ignoradas pelo discurso organizacional hegemônico.

Na visão de Spicer e Bohm (2007), a resistência à hegemonia da gestão pode ser encontrada em diversos espaços: pelo trabalhador no seu local de trabalho, pelas organizações sindicais, pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil. Bohm (2006) e Parker (2002) acreditam que os movimentos sociais são importantes espaços de resistência à globalização, ao capitalismo e à forma organizacional dominante.

É com base neste contexto que alguns pesquisadores da área de organizações se lançaram ao desafio de investigar os processos de organização da resistência (PARKER, 2002; BOHM, DELLAGNELO e MENDONÇA, 2010; MENDONÇA e BOHM, 2010; MISOCZKY, 2010; MISOCZKY, SILVA e FLORES, 2008, BARCELLOS, 2012; COELHO, 2011).

Misoczky (2010) defende que para se levar a cabo este desafio é preciso questionar a noção hegemônica de organização, associada à ideia de empresa e, para tanto, há de se deslocar as categorias de análise tradicionais nos estudos organizacionais como hierarquia, delegação, representação e individualismo, bem como reposicionar a reprodução da práxis burocratizada.

A autora sugere também que lancemos luz a algumas categorias e valores que vêm se tornando recorrentes na análise das organizações e apresentam-se com potencial contra-hegemônico, tais como a horizontalidade, a participação direta nas decisões, a construção coletiva da organização e de suas práticas, valores orientados para a vida, tolerância e solidariedade na relação com a alteridade. (MISOCZKY, 2010).

Nessas circunstâncias, a Teoria do Discurso<sup>1</sup> de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe pode ser considerada uma perspectiva teórica capaz de auxiliar na compreensão dos processos de organização da resistência, que podem ou não ensejar alternativas ao modelo hegemônico de organização (DELLAGNELO e BOHM, 2010; DELLAGNELO, BOHM e MENDONÇA, 2013), uma vez que, como defendem Dellagnelo e Bohm, (2010) toda formação hegemônica não pode prescindir da dimensão organizacional para forjar seus processos e impor sua ideologia.

Howarth (2005) observa que, entre os objetos centrais de investigação da teoria do discurso, encontram-se a formação de identidades, a produção de ideologias, os movimentos sociais que possibilitam aos sujeitos estarem no mundo e o experimentarem de maneira singular, à medida que os ajudam na construção de suas identidades/subjetividades.

De acordo com Laclau e Mouffe (1987), um **discurso** é uma prática social<sup>2</sup> material e significativa, resultando de uma **articulação** que constitui e organiza as relações sociais. A **prática articulatória** consiste na articulação de elementos em um sistema discursivo, a partir de um **ponto nodal** que fixa, parcialmente, os sentidos dos discursos. Os pontos nodais são pontos privilegiados de um discurso que agrupam uma cadeia de significados, estabelecendo as bases à produção de sentido precária e contingente.

Para que consiga aglutinar múltiplas identidades em torno de um projeto político, o ponto nodal precisa ser necessariamente um **significante vazio** que, em função de sua polissemia esvazia seus conteúdos específicos e sustenta, por isso, uma cadeia equivalencial, na qual as identidades **diferenciais** são diluídas momentaneamente. Os limites da extensão dos significantes vazios são sempre adversos, já que as identidades se constituem em antagonismo umas às outras numa relação de negatividade.

---

<sup>1</sup> Desse momento em diante, toda vez que utilizar a expressão Teoria do Discurso ao longo dessa tese, estarei me referindo a Teoria do Discurso Político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

<sup>2</sup> Essa noção é importante nessa tese e se relaciona com outras duas igualmente importantes que são a prática discursiva e a prática organizacional. Importa observar que por prática discursiva entendo, com a ajuda de Laclau e Mouffe (1987), como uma dimensão material que engloba a fala e as ações dos sujeitos, bem como as instituições que formam a sociedade que não deixam de ser discursos em permanente disputa. Dessa forma entende-se aqui que toda prática organizacional é também uma prática social, sendo ambas, práticas discursivas.

Na acepção de Howarth (2005), a articulação de um discurso visa à construção de um significado precário e contingente sobre o social, que possa ser compartilhado por uma multiplicidade de identidades. O autor defende que, no âmbito da Teoria do Discurso, importa não apenas entender como os sujeitos compreendem seu mundo particular, mas também como as estruturas que organizam a vida social são criadas, rompidas e transformadas.

As possibilidades de transformações sociais são dadas pelas crises de sentido dos discursos hegemônicos e o **deslocamento** das estruturas de significação. Para Laclau (1990, p. 59), o “deslocamento é a forma mesma da liberdade”, liberdade entendida como ausência de determinação. Isso por que o deslocamento produz um descentramento estrutural e abre, a partir disso, múltiplas possibilidades de novas sociabilidades.

As condições de novas possibilidades de ações históricas são dadas, conforme Laclau (1990), pelo **deslocamento** estrutural. Diante disso, a sociedade é menos evidente e precisa ser constantemente construída. Contudo, essa não é uma construção somente da sociedade, mas também dos **sujeitos políticos** que transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Aqui, importa destacar que “**o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento**. Portanto, longe de ser o sujeito um momento da estrutura, ele é o resultante da impossibilidade de construir a estrutura como objetividade” (LACLAU, 1990, p. 57).

Nesse sentido, baseando-se na abordagem teórica de Laclau e Mouffe (1987) e em seus conceitos de hegemonia, ponto nodal, articulação, deslocamento, identidade, antagonismo, bem como na ideia de sujeito falta-a- ser da psicanálise lacaniana, analisamos, nesta pesquisa, as **práticas organizacionais de uma organização de resistência**, o Centro de Mídia Independente Florianópolis (CMI), mobilizadas em sua oposição à mídia hegemônica, ao capitalismo e ao neoliberalismo.

O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa e independente que busca, por meio das suas ações cotidianas e de seu *site*, a democratização da comunicação. Conforme anuncia em seu *site*, o CMI assume uma posição política anticapitalista, tanto no sentido tradicional de oposição à propriedade privada, ao sistema de mercado e à exploração da mais-valia, quanto no sentido mais recente de capital financeiro globalizado.

Além disso, o coletivo se coloca contra o *modus operandis* da mídia hegemônica, “braço armado do capitalismo”, ao defender e praticar a publicação aberta, o uso de softwares livres, a horizontalidade,

a não liderança, o consenso, a independência, a autonomia e a ação-direta<sup>3</sup>. Esses são os princípios políticos e organizacionais basilares do CMI Florianópolis, herdados do pensamento anarquista do século XIX e XX, sendo o movimento neozapatista um marco fundamental na renovação do espírito subversivo e anticapitalista que fez emergir os Movimentos de Resistência Global, do qual o Indymedia e os CMIs locais como o de Florianópolis são exemplos.

Os ativistas<sup>4</sup> do CMI compartilham de princípios adotados, em geral, por movimentos autônomos, considerados essenciais à caracterização de sua identidade como um coletivo autonomista<sup>5</sup>. Tais princípios revelam a influência de concepções anarquistas, neozapatistas e altermundistas, somadas ao repúdio no que diz respeito às práticas autoritárias e hierárquicas, utilizadas na organização da luta política por partidos e instituições da esquerda tradicional (marxista-leninista-trotskista) e, sobretudo, pelas organizações capitalistas.

Assim, o objetivo dessa tese foi o de **refletir e analisar o sujeito político<sup>6</sup> e a organização da resistência do Centro de Mídia**

<sup>3</sup> O termo ação-direta designa o conjunto de práticas de luta que significam uma contraposição à ação política parlamentar, ou seja, institucionalizada e realizada por intermédio de políticos ou gestores. O CMI defende a prática da ação-direta como forma de ação política que se opõe à democracia representativa.

<sup>4</sup> Nesse trabalho serão utilizados os termos ativista, militante, voluntário ou membro para se referir aos integrantes do CMI sem preocupações etimológicas ou semânticas, pois os integrantes do CMI utilizavam indiscriminadamente esses termos para se autorreferenciarem.

<sup>5</sup> De acordo com Souza (2006), autonomismo é o nome dado a um conjunto de movimentos socialistas existentes principalmente na Europa. Esses movimentos se caracterizam pela oposição à burocracia dominante nos Estados contemporâneos, sejam eles capitalistas ou socialistas. Os autonomistas, de modo geral, propõem a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração em rede entre todos os que se dispõem a estabelecer novos modelos sociais, de modo a que a sociedade no futuro possa superar os modelos historicamente mais autoritários. O autonomismo ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1960 inspirado nas lutas e conflitos italianos, e, mais recentemente, na produção intelectual de Cornelius Castoriadis, Antonio Negri e John Holloway (SOUZA, 2006). No Brasil é destaque na literatura sobre o autonomismo e campo libertário o professor e intelectual **Maurício Tragtenberg** que foi citado várias vezes pelos militantes do CMI como uma referência no assunto ao longo da pesquisa de campo.

<sup>6</sup> A designação de sujeito político que permeia toda essa tese advém do entendimento de Laclau (1990, p. 77) segundo o qual o político é uma categoria ontológica, assim há política porque há subversão e deslocamento do social, por

## **Independente de Florianópolis (CMI) à luz da teoria do discurso político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e da psicanálise laciana.**

A ideia, aqui, é investigar a relação estruturada e estruturante<sup>7</sup> entre o sujeito e a organização, no sentido de analisar a maneira como o sujeito é interpelado (constituído) por um discurso particular, o qual se identifica na construção do que entende por organização, ensejando a máxima defendida nessa tese, qual seja a cada discurso uma forma de organizar<sup>8</sup>.

Para o alcance do objetivo geral dessa tese, alguns passos foram necessários e podem ser detalhados da seguinte maneira:

- Problematizar a noção de sujeito racional da tradição filosófica ocidental e a ruptura com essa ideia, com base na noção de sujeito descentrado do pós-estruturalismo e da psicanálise laciana;
- Conhecer as condições históricas, portanto políticas, que possibilitaram a emergência do CMI como um coletivo de mídia alternativa com as lentes da teoria do discurso;
- Descrever e analisar as práticas de resistência do CMI;
- Refletir sobre a relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência.

De acordo com Laclau (2005), Santos (2008) e Boaventura Santos (2002), as iniciativas e movimentos populares, sobretudo nos países periféricos, representam possibilidades de romper com as regras do jogo da lógica capitalista, sustentada pela hierarquia, pela desigualdade, pela exclusão. Esses autores acreditam que os de baixo, os marginais e excluídos desejam a criação de espaços de autonomia ideológica e prática, na qual seja possível pensar formas de transformação alternativas ao sistema capitalista.

---

isso, como consequência lógica tem-se que “todo sujeito é por definição político”. **O sujeito político defendido nessa tese é o sujeito falta-a-ser da psicanálise laciana.**

<sup>7</sup> Essa expressão “**estruturada estruturante**” tem inspiração nos desenvolvimentos teóricos de Pierre Bourdieu e sua perspectiva de Campos Sociais e habitus.

<sup>8</sup> Essa máxima somente pôde ser elaborada com base no embate da teoria com o objeto de pesquisa. Assim, foi a partir da construção do objeto num processo dinâmico de idas e vindas entre teoria e objeto, envolvendo a prática da reflexividade em vários níveis (interpretação, questionamento, interpretação) que chegamos a tese de que a cada discurso, uma forma de organizar.

Segundo Santos (2002), essa subversão é possível em virtude de que o processo de globalização, que influencia os aspectos da vida social, econômica e cultural, não perpetua sua ideologia de modo homogêneo, pois encontra a resistência dos excluídos e marginalizados, que emergem dos subterrâneos do pensamento hegemônico e representam múltiplas possibilidades de outras sociabilidades.

De acordo com Misoczky et al (2010), as formas de organizar que não se limitem à mera adaptação funcional de conceitos e ferramentas gerenciais, mas que confrontem a visão estabelecida da organização como empresa e ser humano como recurso, apresentam-se como rupturas ao sistema de capital.

Com esta pesquisa visamos contribuir, assim como já fizeram diversos pesquisadores (PAULA, 2008, 2012; CARRIERI e AGUIAR, 2013; SERVA et al 2010; CARVALHO e VIEIRA, 2007; ALVESSON e DEETZ, 1998; HATCH, 1997; COOPER e BURREL, 2007; PARKER, 2002; CALÁS e SMIRCICH, 1999; CLEGG e HARDY, 1998; DELLAGNELO e BOHM, 2010; DELLAGNELO, BOHM e MENDONÇA, 2013; MISOCZKY e FLORES, 2009), com o questionamento da naturalização das práticas hegemônicas de organizar e, ao mesmo tempo, evidenciar a multiplicidade do mundo social, por meio da utilização de outra lente de análise que veja o mundo a partir de uma epistemologia que rescinda com o positivismo-funcionalismo dominantes em teorias da administração (FARIA, 2005).

Conforme observa Misoczky (2010), apesar de a organização hegemônica ser vista como natural e a única e a melhor forma de como o organizar pode ser articulado, há uma multiplicidade de diferentes formas organizacionais possíveis. Nesse sentido, completa Misoczky (2010, p. 35) dizendo que “é urgente desnaturalizar a articulação hegemônica da organização. Este é um ato de exposição que torna possível a imaginação de diferentes mundos e sociedades”.

Ainda de acordo com a autora, assumir esse desafio requer a difícil prática de pôr em suspenso nossas suposições de saber e nossas noções sobre o mundo. Tal prática se alinha às dimensões do pensamento reflexivo, cujo saber, elaborado no nível teórico, emerge das práticas cotidianas dos sujeitos em suas experiências de vida.

É nesse sentido que o CMI é percebido nessa tese, como uma possibilidade de compreensão da organização da resistência ao adotar práticas organizacionais, que desafiam o modelo hegemônico de organizar. E mais que isso, o CMI representa, aqui, a possibilidade de compreensão da relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência, o que nos permite investigar

como as estruturas que organizam a vida social são criadas, rompidas e transformadas.

Assim, a escolha do CMI como objeto de pesquisa se deu em virtude do seu posicionamento político, claramente, de oposição à mídia hegemônica ao neoliberalismo e ao capitalismo, bem como por defender sua ideologia, o autonomismo, pautada pela prática cotidiana de seus princípios políticos e organizacionais: a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a independência, a autonomia e a ação-direta.

Para me aproximar dessa organização, escolhi a via da militância, por considerar a maneira mais adequada para levar a cabo essa pesquisa e por julgar que, assim, atingiria melhormente os objetivos aqui propostos quanto à perspectiva teórica dessa tese, cuja base epistemológica se sustenta no pós-estruturalismo, um pensamento antiessencialista e antifundacionalista da sociedade e do sujeito.

O CMI esclarece em seu *site* que, ao expor sua orientação anticapitalista contribui para uma comunicação que não se propõe neutra ou objetiva, mas sim posicionada e nivelada a uma ideologia autonomista. Do mesmo modo, o CMI, ao assumir a denominação anticapitalista defende que o espaço de publicação aberta não é um espaço destinado àqueles que professam e defendem posições políticas pró-capitalistas, tampouco para a publicação de conteúdo que viole sua Política Editorial (proíbe racismo, sexismo, ofensas pessoais, propaganda comercial ou partidária, pregação religiosa).

Em virtude da escolha epistemológica aqui realizada, buscou-se um processo de pesquisa alinhado à noção de *Artesanato Intelectual* de Wright Mills (1980) em *A imaginação Sociológica*, bem como nas reflexões de David Howarth, aluno de Ernesto Laclau na universidade de Essex, sobre as possibilidades metodológicas à Teoria do Discurso, em seu texto: *Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación*, também auxiliaram na construção dessa pesquisa.

## 2. MARCO TEÓRICO

Para embasar este estudo, são apresentadas as concepções de sujeito na modernidade e a noção de sujeito falta-a-ser em Lacan; os principais conceitos da Teoria do Discurso Político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe utilizados no trabalho; a comunicação no Brasil, seus marcos legais e a mídia alternativa.

### 2.1. CONCEPÇÕES DE SUJEITO NA MODERNIDADE: DO SUJEITO ESSENCIALISTA RACIONAL AO SUJEITO POLÍTICO (FALTA-A-SER).

A noção de sujeito é uma problemática que se coloca perante diversas disciplinas, tais como: a educação, o direito, a psicologia, a pedagogia, a administração e a psicanálise, assumindo sentidos diferentes conforme as tradições teóricas nas quais esteja referenciado. Assim, na tradição filosófica antiga, ele pode ser encontrado Aristóteles, sendo definido por como animal racional. (VAZ, 1998).

Na tradição aristotélica, o homem é tomado como um ser que possui qualidades fixas definidas a priori, cristalizadas, sobretudo na ideia de razão. O homem foi definido por Aristóteles como *Zoon logikon*, um animal racional que fala e pensa. Na dimensão coletiva como *Zoon politikon*, um animal, membro da pólis. Para Aristóteles, o homem é complexo e tão capaz de desejos quanto de razão. O homem é o único *Zoon* com capacidade para agir orientado por uma moral, de modo que suas ações e juízos resultam ora em vício, ora em virtude. (JAEGER, 2010). Nessa tradição, o sujeito é o ente ao qual se atribuem predicados, ou seja, qualidades e determinações.

A ideia do sujeito como substância permaneceu inalterada, através de uma longa tradição que passa por Descartes, Hobbes, Locke, Hume, Leibniz, Espinosa. Entretanto, cabe sublinhar que, embora possamos encontrar uma ideia de homem desde a antiguidade filosófica grega, o homem, enquanto fundamento do conhecimento é algo recente na história da humanidade e emerge das reflexões de Descartes sobre o *cogito*. (JAEGER, 2010; VAZ, 1998).

Contudo, se a preocupação dos antigos era desvendar a origem e as transformações da natureza, o problema que se impôs à filosofia moderna ocidental foi o de indagar sobre o sujeito do conhecimento. É com a modernidade que valores como racionalismo, humanismo e liberdade tornam-se essenciais e a razão torna-se o centro e o fundamento das coisas (FOUCAULT, 1999).

Nietzsche (2006) observa que a história do pensamento ocidental configura-se como uma busca por um fundamento, por uma explicação sobre as coisas do mundo. O pensamento ocidental, desde Sócrates, Platão e Aristóteles até os filósofos modernos Kant e Hegel, foi a história de uma ilusão que produziu a crença na identidade, na essência do ser e na verdade. Esta crença é o produto da necessidade humana de duração e apoia o anseio metafísico por um fundamento sobre as coisas.

Embora Nietzsche (2006) não acreditasse nos ideais iluministas de progresso humano, nem na relação causa/efeito, nem que a história seja uma sequência de fatos em evolução, esses são valores por excelência do mundo moderno e, portanto, as bases sobre as quais se assentam o conhecimento sobre o homem.

Para Nietzsche (2006), a história da filosofia moderna configura-se na cristalização da ideia de substância. Assim, o que sustenta a busca pelo conhecimento é a crença de que existe uma verdade irreduzível a ser alcançada. Entretanto, o autor adverte que a existência de uma essência do mundo é uma ficção, já que no mundo, ao contrário da unidade/identidade, impera a multiplicidade, impera o devir.

Conforme assinala Mosé (2011), a crítica da ideia de sujeito é central no pensamento crítico nietzschiano, uma vez que é a crença de que somos sujeito, de que somos unidade e, sobretudo, de que somos a origem do conhecimento e os depositários da razão, que permite a produção do mundo como substância, como essência, como unidade e como universalidade. Dito isso, Mosé (2011, p. 169) afirma que a essencialidade do sujeito não é, para Nietzsche, “[...] mais uma ficção que adquiriu valor de verdade; ao contrário, é a crença no sujeito pleno que permite a substancialização da realidade”.

Nietzsche, em *A gaia ciência*, revela que a ideia do homem como o centro do universo é um empreendimento moderno. Assim, a metafísica moderna que impõe um conhecimento sobre o mundo com base em regularidades estáveis e de unidades de sentido só foi possível por meio da produção da ideia de sujeito. Na visão de Nietzsche, extraímos a noção de unidade do nosso conceito do “eu”, uma interioridade ativa, autônoma e causa das coisas (efeitos).

Essa crítica de Nietzsche, retomada depois pelos chamados filósofos pós-estruturalistas, é dirigida à *filosofia da consciência/sujeito*, inspirada, sobretudo, no pensamento cartesiano/kantiano. Assim, em termos epistemológicos, o sujeito moderno nasce das reflexões de Descartes e se consolida como sujeito do conhecimento com Kant (FOUCAULT, 1999). Para o cartesianismo, o fundamento de todo o conhecimento sobre a realidade encontra-se no intelecto. O sujeito chega

ao conhecimento por meio de uma faculdade que lhe é própria, o pensamento fundado na razão. É próprio da razão não apenas fazer aceder o conhecimento, mas também impedir que fiquemos à mercê dos impulsos e das paixões que se mostram danosos à nossa existência (HESSEN, 2003).

O sujeito cartesiano apresenta-se, sobretudo, como um ser dotado de consciência e razão, instrumentos que lhe conferem a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo. Sua existência é deduzida do fato de ele pensar e constituir as bases de todo conhecimento possível. A subjetividade consciente realiza-se como atividade do entendimento e confere ao homem a capacidade de conhecer a si mesmo e as coisas que o circundam (HESSEN, 2003).

Kant (1724-1804), ao indagar sobre a natureza de nosso conhecimento, concedeu à razão o papel de juiz sobre o que podemos ou não conhecer, traçando assim os limites de nosso pensamento. Para o filósofo de Königsberg, nossa consciência só lida com fenômenos, já que a realidade não é externa ao indivíduo, mas produto de sua capacidade de pensar. Somos nós que, por meio de certas faculdades *a priori*, estabelecidas independentes da experiência, organizamos e damos sentido à realidade. Em consequência disso, na teoria kantiana a razão torna-se o núcleo do sujeito moderno (HESSEN, 2003).

Diante disso, importa observar que a noção de *sujeito pleno, autoconsciente e autônomo* posta em cena pela *filosofia da consciência/sujeito* é a base que sustenta a maioria das abordagens em ciências sociais e, conseqüentemente, em ciências da administração. Entretanto, a concepção de sujeito da modernidade foi posta em cheque a partir do século XIX pelos chamados filósofos da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud, que mobilizaram respectivamente a materialidade da história, o devir, e o inconsciente para abalar as bases do pensamento moderno e sua ideia de sujeito (RICOEUR, 1977).

Se o questionamento da ideia de sujeito encontra solo fértil entre os filósofos da suspeita, não podemos deixar de falar do movimento que decretou a morte do sujeito, o estruturalismo. Para Merquior (1991), o estruturalismo foi uma corrente de pensamento na ala humanista que nasceu da linguística moderna, cujo auge deu-se na França, na década de 60. Em seu apogeu, as estrelas do estruturalismo francês foram Lévi-Strauss, Barthes, Foucault, Lacan e Althusser.

Cabe observar aqui que esses pensadores foram rotulados de estruturalistas em razão da apropriação que fizeram da linguística saussuriana para formularem suas teses. O fato é que as abordagens desses intelectuais simbolizaram, para os jovens pensadores do começo

da década de 1960, o elo perdido entre a linguística de Ferdinand Saussure e as críticas ao humanismo e à fenomenologia.

Contudo, o movimento estruturalista sofreu uma crise interna com o questionamento de alguns de seus pressupostos, o que levou ao que se chamou de pós-estruturalismo, cuja principal tarefa era a reelaboração da noção de sujeito fora da conotação ontológica, implicando alternativa entre o sujeito da liberdade radical do humanismo filosófico ou a morte do sujeito do estruturalismo. Desse modo, em virtude dessa virada crítica do estruturalismo em pós-estruturalismo, alguns dos pensadores que foram rotulados de estruturalistas passaram a ser classificados de pós-estruturalistas. Assim, no âmbito desse trabalho, tanto Foucault quanto Lacan são vistos como pós-estruturalistas, embora nenhum deles tenha reconhecido este rótulo.

O estruturalismo, apesar dos pontos de contato entre as teorias dos seus fundadores, não é um movimento, nem mesmo uma escola; é no máximo, como nomeou Barthes, uma atividade. Dosse (2007, p. 12) compartilha da ideia de Foucault de que o estruturalismo “[...] não é um método novo, ele é a consciência despertada e inquieta do saber moderno”, não sendo possível pensar o estruturalismo apenas como recurso metodológico a ser utilizado em tal ou qual pesquisa, ele é antes “[...] um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo”.

Dosse (2007) e Merquior (1991) concordam que o estruturalismo colocou-se, notadamente, contra o modo de pensar associado ao existencialismo sartriano. O estruturalismo se opunha à centralidade do sujeito defendida pelo existencialismo, uma versão contemporânea da filosofia do *cogito* de Descartes. Além disso, essa corrente, de acordo com Merquior, também fez oposição ao historicismo, à ideia de que existe uma verdade a ser alcançada e à crença na lógica da história e do progresso.

É comum, entre os críticos do *pensamento estruturalista*, a acusação de que este decretou a morte do sujeito. Sendo assim, por esse viés, *o sujeito nada mais é do que um apêndice estrutural*. Nesse sentido, o sujeito para o estruturalismo é determinado pela estrutura, ou seja, pelo discurso, o que ocasiona o seu desaparecimento enquanto sujeito da ação. Contudo, há que se lembrar que essa visão encontra algum fundamento quando se fala da abordagem althusseriana (FERRY e RENAULT, 1985) ou levi-straussiana (RICOEUR, 1977). Entretanto, o mesmo não se pode dizer a respeito das perspectivas teóricas de Foucault e Lacan, por exemplo.

Aqui importa observar que, embora Foucault e Lacan sejam rotulados de estruturalistas, isso se deve ao contexto em que o movimento aconteceu. Colado à linguística estrutural, Foucault, assim como Lacan, rompe com o sujeito do *cogito* cartesiano para pôr em seu lugar o sujeito descentrado, desenvolvendo, para tanto, a noção de posições de sujeito. Isso porque, de acordo com o autor, um sujeito pode ocupar múltiplas posições no espaço social, tais como o de: mulher, negra, médica, operária, professora, homossexual, etc. Foucault estudou os modos de subjetivação relacionados aos temas do saber/poder e da verdade/sujeito.

Lacan, por sua vez, realiza uma operação inversa à de Ferdinand Saussure com relação ao sujeito. De acordo com Jorge (2011), Saussure, com base na arbitrariedade do signo, busca escapar de uma correspondência psicológica e, com isso, exclui o sujeito de sua teoria. Lacan, ao contrário, recorre ao mesmo processo exatamente para inserir a questão do sujeito em sua reflexão, desenvolvendo, assim, a noção de sujeito como falta-a-ser.

A crítica à ausência de sujeito perante às estruturas por parte dos intelectuais da Sorbonne e de estudantes do Maio de 68 contribuiu para abalar as bases do estruturalismo. Contudo, a decadência do estruturalismo propriamente dita é marcada pela crítica iniciada internamente por Jacques Derrida ao estruturalismo. Este estudioso elabora uma crítica ao logocentrismo e advoga por um “descentramento” da estrutura. No clássico ensaio *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*, Derrida (1978, p. 278) questionava a "estruturalidade da estrutura" ou a ideia de "centro", que, segundo ele operava um limite ao jogo da estrutura:

“Toda a história do conceito de estrutura tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro. O centro recebe, sucessiva e regularmente, formas ou nomes diferentes. A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias. A sua matriz seria a determinação do ser como presença em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença: eidos, arché, telos, essência, existência, substância, sujeito, aletheia, transcendentalidade, consciência, Deus, homem, etc.”.

Assim, para Derrida (1978), o "descentramento" da estrutura e do sujeito soberano pode ser encontrado na crítica nietzscheana da metafísica, especialmente na crítica dos conceitos de "ser" e de "verdade"; na crítica freudiana da autopresença, consciência e do sujeito e, mais radicalmente, na destruição heideggeriana da metafísica platônica. Derrida, seguindo Nietzsche, Heidegger e Saussure, questiona os pressupostos que governam o pensamento binário, demonstrando como as oposições binárias sustentam, sempre, uma hierarquia ou uma economia que opera pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro (DOSSE, 2007; SCHRIFT, 1995).

Todos esses pensadores, inclusive Lacan – do qual, se tomará, aqui, a noção de sujeito –, enfatizam que o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente do contexto. Questionam, portanto, a suposta universalidade das chamadas asserções de verdade. Assim, seguindo o pensamento nietzschiano, todos eles questionam o sujeito cartesiano autônomo, livre e autoconsciente, que é tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento.

A retomada da noção de sujeito, entre outros, foi o ponto de inflexão que fez emergir o chamado pensamento pós-estruturalista. O pós-estruturalismo é, por certo, uma tentativa de superação da ideia de sujeito pressuposta da modernidade no que diz respeito às suas dimensões de sujeito universal ou como indivíduo. Assim, a ideia que preenche parcialmente o significante "pós-estruturalismo" pretende sugerir o esgotamento do pensamento filosófico moderno, sobretudo, em relação a esse aspecto central, o sujeito.

Não obstante, juntamente com o questionamento do conceito de sujeito, o pós-estruturalismo busca romper com as falsas dicotomias sujeito/objeto, teoria/prática, estrutura/ação. Muitos dos pensadores críticos à filosofia da consciência/sujeito adotam como referencial filosófico o pensamento nietzschiano contra a racionalidade moderna. Há, entretanto, que se observar que não só os pensadores rotulados de pós-estruturalistas (Foucault, Derrida, Deleuze, Lacan, etc.) lançaram-se na crítica ao sujeito da filosofia da consciência. Outros pensadores, como os frankfurtianos Adorno, Horkheimer, Benjamin, por exemplo, também se dedicaram a essa empreitada (GALLO, 2012).

Peters (2000) destaca que os pensadores do *pós-estruturalismo*, ao seguirem a crítica nietzscheana da metafísica ocidental, baseiam-se em uma noção de sujeito imerso em toda sua complexidade histórica e cultural. Emerge, então, daí, a ideia de um *sujeito descentrado* e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente

constituído e posicionado, constituído pela interseção de forças libidinais e de práticas socioculturais (PETERS, 2000).

Assim, a problemática do sujeito como o elo que liga as reflexões de todos os estruturalismos da década de 60 foi também uma preocupação foucaultiana, a ponto de Foucault, em uma entrevista a Dreyfus e Rabinow (2010, p. 273), mencionar que “[...] não é a questão do poder, mas sim o sujeito que constitui o tema principal de minhas pesquisas”. Cabe destacar que, além de Lacan e Foucault, outros expoentes da segunda geração de pensadores do movimento pós-estruturalista, Júlia Kristeva, Alain Badiou, Felix Guattari, Suely Rolnik, também se aventuraram pelas questões do sujeito com base no pensamento freudiano e lacaniano.

Quando se fala sobre a questão do sujeito, o intelectual que mais longe chegou em sua teorização foi Jacques Lacan por meio do seu projeto de retorno a Freud com a ajuda da linguística estrutural (DERRIDA e ROUDINESCO, 2004; BADIOU e ROUDINESCO, 2012; STAVRAKAKIS, 2007; ZIZEK, 1999). Nesse sentido, os desenvolvimentos de Lacan sobre o sujeito foram o ponto de partida ou de chegada de muitos teóricos que se aventuraram por esse tema. **No caso dessa tese o sujeito falta-a-ser lacaniano é o sujeito político aqui defendido.**

O sujeito lacaniano é dividido e alienado ao significante e é o lugar de uma impossível identificação. Este sujeito é considerado como a maior contribuição de Lacan à teoria contemporânea e análise política (BADIOU, RANCIERI, LACLAU, CASTORIADIS). Na perspectiva de Stavrakakis (2007), o sujeito lacaniano parece oferecer ao pós-estruturalismo uma teoria da subjetividade compatível com seus fundamentos epistemológicos.

A abordagem lacaniana sobre o sujeito é relevante para a análise política contemporânea em razão de sua concepção da falta constitutiva permitir compreender a relação sujeito e objeto fora dos falsos dualismos, bem como fora da oposição entre o voluntarismo das correntes subjetivistas e o determinismo das correntes objetivista. Isso porque a perspectiva lacaniana se baseia em premissas em exposto contraste com os pressupostos do pensamento moderno. Portanto, a noção de sujeito em Lacan se opõe ao sujeito essencialista e racional da tradição filosófica humanista, o que inclui nessa categoria o sujeito cartesiano, o sujeito kantiano, o sujeito marxista cuja essência se identifica com seu interesse de classe.

De acordo com Lacan (2008), a ilusão essencialista que reduz a subjetividade ao eu consciente não pode se sustentar. Essa fantasia

constrói o mito da unidade da personalidade, o mito da transparência do sujeito e constrói uma objetividade que busca negar e ocultar os momentos de crise e desordem que assolam a todo o momento nossa experiência cotidiana (LACAN, 1998).

Para Lacan (1998), a descoberta freudiana do inconsciente como uma instância que divide o sujeito rompe com toda uma tradição que busca excluí-lo a fim de sustentar a si mesma. Nesse sentido, na visão do psicanalista francês, a descoberta freudiana é mais radical que as revoluções copernicana e darwiniana já que estas últimas deixam intacta a crença na racionalidade do sujeito. Já a perspectiva de Freud põe em xeque essa compreensão, colocando em seu lugar a ideia do sujeito descentrado da ideia de razão, um sujeito dividido entre o consciente e inconsciente, sendo este último uma instância que escapa totalmente a este círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu (LACAN, 2008).

É com base nessa descoberta freudiana associada às discussões da linguística saussuriana que Lacan constrói sua teoria do sujeito. Na perspectiva de Lacan a constituição do sujeito tem relação com sua entrada na linguagem, ordem simbólica<sup>9</sup> constituída pelo discurso do Outro<sup>10</sup> de onde vêm os significantes aos quais o sujeito se aliena e se identifica em sua constituição.

---

<sup>9</sup>O registro do simbólico é o lugar do código fundamental da linguagem. Ele é lei, estrutura regulada sem a qual não haveria cultura. Nele se opera a relação do sujeito e o grande Outro. No sujeito envolve aspectos conscientes e inconscientes, isso significa, nos termos de Lacan (2008) que a maneira que o inconsciente se manifesta se dá através da linguagem. Assim, o simbólico, por um lado se apresenta marcado pelo discurso, pela cultura, pelas regras e pelos seus significantes. Por outro lado esse discurso está marcado pela história e pela estrutura daqueles que o dizem (em geral os pais) e que encarnam à sua maneira, segundo o momento da sua vida, essa cultura (LACAN, 2008).

<sup>10</sup>Com o conceito de “grande Outro” pode-se pensar que Lacan pretendia dar conta da relação do homem com tudo aquilo que se de alguma forma contribui com seu modo de ser. Com essa noção, Lacan pretendeu abarcar em um único movimento teórico as diversas formas por meio das quais a palavra nos constitui: da cultura ao discurso familiar. Lacan grafou distintamente o pequeno e o grande Outro. O pequeno outro é o nosso igual, o nosso semelhante da espécie humana, e o grande Outro é o da ordem simbólica, da linguagem, que foi grafado com letra maiúscula. Para Lacan era necessário fazer essa distinção, dentre outras razões, porque o Outro como lugar da palavra possui uma autonomia que faz com que ele não possa ser reduzido ao que os pequenos outros enunciam. Essa independência da linguagem na determinação do sujeito é certamente uma das grandes marcas da teoria lacaniana (QUINET, 2012).

Na abordagem saussuriana, a língua consiste em um conjunto de signos específicos e ocupa o lugar de objeto da linguística. Desse modo, a língua não se confunde com a linguagem, mas se configura como uma parte dela. A língua é um produto social, e, é externa ao indivíduo que a registra passivamente, já que sozinho não pode criá-la nem modificá-la (ARRIVÉ, 1999).

À língua, soma-se a fala para dar conta do fenômeno da linguagem. A língua é um fenômeno social, enquanto a fala é um fenômeno individual. A fala, segundo Arrivé (1999), é a atualização da língua pelo sujeito falante. Cabe ainda destacar que a linguagem à qual Saussure se dedica é necessariamente humana e falada. Além disso, na linguística saussuriana, é importante o conceito de signo linguístico.

O signo linguístico não é uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Assim, para Arrivé (1999) Saussure deixa bem clara sua rejeição ao modelo de uma língua que funciona como nomeadora das coisas, ou seja, aquela que associa as palavras a um referente. O signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces: conceito (significado) e imagem acústica (significante). A imagem acústica é a impressão psíquica do som, e não o som material como a nomenclatura poderia levar a crer, a qual Saussure substitui respectivamente por significado e significante. (ARRIVÉ, 1999).

Em Saussure, o signo é regido por dois princípios fundamentais, a arbitrariedade e o caráter linear do significante (ARRIVÉ, 1999). Cabe, contudo observar que a arbitrariedade se aplica ao signo linguístico em sua totalidade, enquanto o caráter linear incide exclusivamente sobre o significante. Assim, essa relação entre significante e significado, na perspectiva saussuriana, não obedece a uma lei necessária, sendo, sobretudo, regido pela arbitrariedade.

Aqui, cabe destacar, conforme Coutinho Jorge (2011), a importância da noção de arbitrariedade do signo linguístico para Lacan. O autor observa que Lacan, no início de suas reflexões acerca da linguagem e o inconsciente, havia aceitado o princípio da arbitrariedade do signo tal qual defendido por Saussure. Porém, mais tarde irá introduzir em suas reflexões o conceito de contingência para substituí-lo. É interessante notar, nas palavras de Arrivé (1999, p. 77), que nesse ponto “Lacan é mais saussuriano que o próprio Saussure, ao introduzir com a noção de contingência ou acaso, onde Saussure falava de uma decisão, implícita na noção de arbitrariedade”.

A respeito do caráter linear do significante, Saussure argumenta que, sendo o significante de natureza auditiva, desenvolve-se unicamente no tempo e representa uma extensão que é mensurável numa

só dimensão, qual seja, a de uma linha (ARRIVÉ, 1999). Por isso, os significantes acústicos têm a propriedade de formar uma cadeia, mesmo quando representados graficamente. Esses significantes são escritos numa linha sequencial. Isso fica evidente na assertiva saussuriana de que é impossível pronunciar dois significantes ao mesmo tempo (ARRIVÉ, 1999).

A noção de valor em Saussure pressupõe que os significados (conceitos) são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos da cadeia. Desse modo, a característica mais exata do conceito é ser o que os outros não são (ARRIVÉ, 1999). Além disso, conforme destaca Coutinho Jorge (2011), Saussure ao trabalhar com a produção de sentido no quadro de uma teoria do valor solapou a aporia filosófica do referente, fato que interessou Lacan, para quem a produção de sentido é absolutamente independente do referente.

Lacan (1998), em sua releitura do signo linguístico lança mão da descoberta freudiana do inconsciente para construir sua teoria do significante, destacando sua primazia frente ao significado. Este fato o leva a inverter o algoritmo saussuriano, eliminando o paralelismo entre significado e significante e passando o significante para a parte superior da barra resistente à significação.

Para tanto, Lacan (1998) trabalha a noção da falta na cadeia significante e, a partir da concepção saussuriana de língua como sistema de valores diferenciais, reelabora a noção de sujeito fora da conotação ontológica que implica na alternativa entre o sujeito da liberdade radical do humanismo filosófico ou a morte do sujeito do estruturalismo.

De tal forma, importa salientar que para Lacan (1998), a produtividade do significante se verifica no erro, no equívoco, no vacilo da fala, na pluralidade de sentido, uma vez que permitem a passagem do inconsciente ao discurso. Assim, se é a estrutura da linguagem que se encontra no inconsciente, a primazia do significante sobre o significado revela o fato de que, no inconsciente, o significado é abolido, por isso, o significante só pode ser o que representa o sujeito para outro significante (LACAN, 1998).

Para Lacan (1998), os significantes se apresentam na linha do tempo, numa sucessão diacrônica. Essa estrutura de cadeia do significante envolve uma dimensão temporal que vai da antecipação significante à retroação do significado, fazendo emergir uma significação. O significado, sendo efeito do significante, aparece retroativamente, nos pontos de basta da cadeia significante, ou para falar em termos lacanianos, nesse momento se articula o ponto de estofo

(ponto nodal), pelo qual o significante detém o deslizamento indefinido da significação.

O significante, para Lacan (1998), tem autonomia perante o significado, possuindo sentido somente quando articulados a outros significantes e que só pode operar por estar presente no sujeito. O sujeito lacaniano é um efeito do significante, isso implica dizer que o sujeito não cria seu discurso, mas é causado por ele e só pode se manifestar porque encontra na linguagem um substrato que o cria e permite seu advento. O sujeito precisa da palavra para existir e para dizer-se (LACAN, 1998).

Na perspectiva lacaniana o significado nunca é uma presença plenamente constituída. A radicalização de Lacan em relação a Saussure implica que o simbólico não é a ordem do signo, mas sim é a ordem do significante, no qual este cria o campo da significação. Em Lacan, o significante é capaz de produzir significação em virtude de não se referir a nenhum objeto significado, sendo, pois o signo de uma ausência (STAVRAKAKIS, 2010).

Nesse sentido, conforme Stavrakakis (2007), o que impressiona em Lacan é que o significado desaparece porque já não está associado ao conceito como em Saussure, mas associado ao Real<sup>1112</sup>. Isso porque a barra que divide significante e significado, ao invés de constituir uma unidade entre eles, é entendida como uma barreira resistente a significação como um limite que marca a intersecção do simbólico com o Real.

---

<sup>11</sup> O Real lacaniano é puro não-sentido, ao passo que é precisamente o sentido que caracteriza o imaginário, e o duplo sentido que caracteriza o simbólico. O real é o que é estritamente impensável. É o impossível de ser simbolizado. O real é, por excelência, o trauma, o que não é passível de ser assimilado pelo aparelho psíquico, o que não tem qualquer representação possível. Por isso, o real é também aquilo que retorna ao mesmo lugar, já que o simbólico não consegue deslocá-lo, e o ponto de não-senso que ele implica se repete insistentemente enquanto uma radical falta de sentido (COUTINHO JORGE, 2012).

<sup>12</sup> Na psicanálise lacaniana há uma distinção radical entre o Real e a realidade. Para Lacan, a realidade corresponde a identidade discursivamente construída dos objetos, enquanto que o Real é aquilo impossível de articular no discurso. A realidade é aquilo que o sujeito constrói utilizando-se para isso de seus recursos simbólicos e imaginários. A realidade é, pois uma construção eminentemente fantasmática que, para cada sujeito, faz face ao Real inominável (COUTINHO JORGE, 2012).

Em Lacan (1998), a relação entre o significado e o Real representa o limite de toda significação possível e não o seu núcleo. O significado desaparece em virtude de sua dimensão Real está situada muito além do simbólico e do imaginário<sup>13</sup>. O que permanece é o lugar do significado marcado por uma **falta constitutiva** acompanhada pela promessa de aspiração de alcançar o significado último de preencher o vazio no lugar do significado ausente.

A primazia do significante é crucial para o desenvolvimento da noção de sujeito em Lacan enquanto articulado ao simbólico. Se há sempre algo perdido na ordem da linguagem, se há sempre algo que falta na cadeia significante, então da mesma maneira a significação nunca pode ser completa. A ilusão do significado, o jogo dos significantes nunca eliminam a ausência, a falta do Real que aparece no sujeito quando aceder a linguagem (LACAN, 1998, p. 179).

Nesse sentido, por haver nascido com o significante, o sujeito nasce dividido e faltoso em virtude de sua alienação significante<sup>14</sup>. A alienação, operação fundamental para a constituição do sujeito, envolve um tipo de “escolha forçada” também chamada por Lacan de *vel* da

---

<sup>13</sup> O imaginário é feito de imagens, de fantasias, de crenças, de ilusões, de impressões, de conceitos e preconceitos. Pode-se dizer que após o nascimento, toda imagem do objeto ou coisa que é captada pelo bebê por meio do olhar será inscrita e registrada no seu psiquismo como pertencendo ao campo do imaginário. Tudo aquilo que o ser humano capta e internaliza por meio do olhar vai, pouco a pouco, se estruturando como seu imaginário. A primeira constituição ou estruturação do imaginário se dá na experiência do estágio do espelho, por volta dos seis meses de idade, quando há pela primeira vez a apreensão total da imagem desse outro-si mesmo (COUTINHO JORGE, 2012).

<sup>14</sup> Cabe sublinhar que Lacan realiza um prolongamento crítico na teoria da alienação de Marx em sua apropriação para a psicanálise. Conforme Nahas (1989) a alienação em Marx manifesta-se na divisão do trabalho, isso porque, na sociedade capitalista, o trabalhador encontra-se separado do produto de seu trabalho, que pertence a outro, o capitalista. Esse processo produz um estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho no sentido de um desapossamento ou alienação. A consequência desse processo em Marx é que o homem torna-se alienado de si mesmo, de sua essência (NAHAS, 1989). Lacan retoma o termo alienação de Marx, porém, o faz de uma maneira crítica. Para Lacan a relação do sujeito ao Outro só é possível a partir da entrada do sujeito na linguagem, ou seja, a partir de sua alienação. Esta relação, contudo, implica ao ser vivente fazer uma escolha que inevitavelmente leva a uma perda irrecuperável, mas fundamental para a emergência do sujeito. assim, em termos lacanianos é impossível pensar em alienação senão em termos de significante; não há outra alienação que não seja significante (NAHAS, 1989).

alienação. No *vel* lacaniano, o sujeito, na confrontação com o Outro, sai imediatamente de cena, para emergir cindido e, portanto, faltoso. É, a partir dessa ideia, na visão de Fink (1998, p. 74), que surge o conceito lacaniano de sujeito como **falta-a-ser**: “o sujeito fracassa em se desenvolver como alguém, como um ser específico; no sentido mais radical, ele não é, ele é **não-ser**”.

Assim, para exemplificar o que significa o *vel*, Lacan recorre aos círculos de Euler<sup>15</sup> em sua operação de reunião e intersecção, lançando mão de notações matemáticas para minimizar as dificuldades da linguagem em representar o *vel* da alienação. Conforme Nahas (1989), a palavra *vel* no latim designa uma conjunção disjuntiva inclusiva<sup>16</sup>, e, é nesse sentido que Lacan a utiliza para representar graficamente o processo de alienação do sujeito, e, por conseguinte o *vel* da alienação, como o momento da “escolha forçada” entre o ser e o sentido (LACAN, 2008).

---

<sup>15</sup> Leonard Euler (1707-1783) foi um importante matemático suíço que criou um dispositivo conhecido por diagramas de Euler, ou círculos de Euler, usado como teste de validade de raciocínios dedutivos. Assim, Euler desenha estes círculos para situar as proposições categóricas que podem ser universais ou particulares, negativas ou afirmativas. Estes círculos se recortam dando lugar a duas relações possíveis: reunião e intersecção, e, é deste raciocínio que Lacan se apropria para esquematiza o campo do sujeito e do Outro conforme a figura 1 a seguir.

<sup>16</sup> No sentido do ou lógico entre duas sentenças p e q, por exemplo, na pelo menos uma das sentenças tem que ser verdadeira ou as duas têm que ser verdadeiras.

Figura 1: O vel da alienação



Fonte: Lacan (2008, p. 207)

Lacan (2008), a partir da lógica da reunião dos conjuntos do sujeito com o campo do Outro reproduz o *vel* da alienação. O primeiro círculo diz respeito ao campo mítico do ser vivente que embora habite um mundo marcado pelo simbólico, ainda não fez sua entrada no discurso, de modo que é marcado pelo registro da necessidade, do instinto. O segundo círculo refere-se ao universo da linguagem, lugar por meio do qual o ser vivente pode advir como sujeito da linguagem (NAHAS, 1989).

De acordo Nahas (1989, p. 90) o “*vel* da alienação implica que em uma escolha entre dois termos só se possa eleger um, sempre o mesmo, sabendo que esta eleição acarreta que um termo seja sempre perdido”. Em termos lacanianos, a escolha pelo ser faz desaparecer o sujeito que cai no não-senso, contudo, caso a escolha seja pelo sentido, perde-se o ser do sujeito, aquele que está sob o sentido (LACAN, 2008).

Cabe ainda destacar, conforme Lacan (1998, 2008) que a constituição do sujeito demanda ainda de uma segunda operação fundamental, a separação, que consiste na inscrição no desejo do Outro na falta que há no intervalo significante. Há aqui duas faltas em jogo, a do sujeito, gerada no primeiro processo de sua causação, a alienação; e a segunda falta, a do Outro, reconhecida pelo sujeito no segundo processo de causação do sujeito, a separação. É no processo de separação com a entrada em cena da metáfora paterna, o “nome do pai”, que advém o

pequeno **objeto a**, um **resto** (Real) da operação de constituição subjetiva, por meio do qual o sujeito se faz desejante (NAHAS, 1989).

A falta constitutiva do sujeito afeta também a construção de sua identidade. Por se constituir em falta, o sujeito está condenado a simbolizar a fim de constituir-se, mas esta simbolização, ou seja, essa busca por sua identidade plena é sempre fracassada. Em termos lacanianos o mais correto é falar em identificação e não identidade. O sujeito da falta emerge em virtude do fracasso de constituir uma identidade plena (STAVRAKAKIS, 2010).

O conceito de identificação torna-se importante para a compreensão da concepção lacianiana da subjetividade. A noção de identificação foi trabalhada por Freud e refere-se ao processo mediante o qual o sujeito assimila parcialmente aspectos do outro produzindo com isso sua própria subjetividade. De acordo com Stavrakakis (2007), o processo de identificação é importante para a análise política em virtude de que os objetos de identificação da vida dos sujeitos incluem as ideologias e outros objetos da cultura.

Nesse sentido, a ideia de sujeito como falta não pode se separar do reconhecimento do fato de que o sujeito sempre tenta recobrir essa falta constitutiva por meio de contínuos atos de identificação. O sujeito encontra a falta e a alienação ali onde busca a completude e a identificação. De acordo com Stavrakakis (2007), a concepção não reducionista da subjetividade abre caminho para a confluência entre a teoria lacianiana e a análise do político. A constituição de toda identidade pode tentar se constituir mediante aos processos de identificação com construções discursivas socialmente disponíveis como as ideologias, por exemplo.

Isso porque o social constitui o reservatório dos discursos utilizados pelos sujeitos, ou seja, é o lugar por meio do qual se originam os objetos de identificação oferecidos pela cultura. A teoria lacianiana do sujeito permite a análise do político porque a falta que marca o sujeito também está presente na ordem simbólica. Assim, de acordo com Stavrakakis (2007), a dimensão mais radical da teoria lacianiana diz respeito ao fato de que a falta constitutiva do sujeito se verifica também no grande Outro, na ordem simbólica e, portanto no objeto, como uma falta estruturante.

Importa destacar, conforme Stavrakakis (2010) que na perspectiva lacianiana essa falta é, sobretudo, uma falta de gozo. A falta de um gozo mítico perdido para sempre, como uma parte de nós mesmos que é castrada quando entramos na linguagem. Diante da falta constitutiva, o sujeito se empenha em uma aventura constante na busca

por recobrir essa falta, servindo-se diversos objetos/ideias substitutos desse gozo mítico.

Porém, essa busca por completude é sempre falida, pois nenhum objeto pode suturar plenamente essa falta e devolver ao sujeito o gozo perdido (STAVRAKAKIS, 2010). Desse modo, a repetição do fracasso na busca pela completude é o que sustenta o desejo como uma **promessa** para alcançar o gozo mítico. Essa promessa encontra substrato naquilo que Lacan chama de **fantasia** (STAVRAKAKIS, 2010).

De acordo com Coutinho Jorge (2012), a fantasia é um elemento que se instaura para a criança como uma verdadeira contrapartida ao gozo que ela perdeu, a fantasia se dá, essencialmente, como uma fantasia de completude. Em virtude da falta constitutiva, da perda do gozo mítico, sujeito vai buscar tamponar essa falta formando uma fantasia. Assim, nesse primeiro momento, a fantasia não é mais do que a representação imaginária do objeto perdido. Esse objeto que serve de suporte à fantasia é então o objeto que causa e coloca em movimento o desejo do sujeito (COUTINHO JORGE, 2012).

A fantasia é também a matriz dos desejos atuais. Por meio da fantasia, toda a realidade do sujeito vai ser atravessada pelo desejo, pois ela enquadra, emoldura a realidade, bem como emoldura a correlação do sujeito com o gozo. Dito de outro modo, a fantasia tem uma função organizadora da realidade humana e, enquanto tal, a fantasia não é somente uma função puramente imaginária, mas também uma função simbólica (COUTINHO JORGE, 2012).

É por isso que o sujeito político defendido nesse trabalho é o sujeito falta-a-ser tal qual proposto nas teses lacanianas. O sujeito laciano é um efeito do significante, isso implica dizer que o sujeito não cria seu discurso, mas é causado por ele e só pode se manifestar porque encontra na linguagem um substrato que o cria e permite seu advento. O sujeito precisa da palavra para existir e para dizer-se, precisa, portanto do discurso (LACAN, 1998).

A relação entre o sujeito falta-a-ser e os objetos com os quais constrói sua identidade/subjetividade se produz por meio do discurso. Para compreender o que é discurso mobilizo o referencial teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, perspectiva a qual me possibilita conferir o nome de **sujeito político ao sujeito falta-a-ser da psicanálise laciana**. Já que na perspectiva de Laclau (1990, p. 77), o político é uma categoria ontológica, assim há política porque há subversão e deslocamento do social, por isso, como consequência lógica tem-se que **“todo sujeito é por definição político”**.

## 2.2.TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO: PONTOS NODAIS, ARTICULAÇÃO, SIGNIFICANTE VAZIO

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe possui suas bases epistemológicas no pós-estruturalismo, epistemologia e ontologia antiessencialista, e também pode ser vista no quadro de uma teoria pósfundacional (MARCHART, 2009). Essa menção é importante já que se trata de uma Teoria do Discurso Político e o pósfundacionalismo do qual ela compartilha gira em torno da marcação da diferença ontológica entre o político e a política.

O posfundacionalismo político do qual a Teoria do Discurso laclauiana faz parte tem sua matriz epistemológica no movimento pós-estruturalista, sobretudo, no pensamento nietzschiano-heideggeriano. O posfundacionalismo questiona constantemente as figuras metafísicas fundacionais (MARCHART, 2009), herdeiras do platonismo, tais como a totalidade, a essência, a universalidade, a razão, deus, etc.

Contudo, é importante observar que o posfundacionalismo aqui discutido não se confunde com o antifundacionalismo ou com o não-fundacionalismo. Isso porque, assevera Marchart (2009), a abordagem posfundacional não pretende eliminar por completo as figuras do fundamento, tal fato seria da ordem do impossível, mas pretende isso sim, questionar seu estatus ontológico.

Assim, no enfoque posfundacional o questionamento ontológico do fundamento não pressupõe uma ausência total dos fundamentos, mas sim a impossibilidade de um fundamento último uma vez que sobre o social atua uma contingência necessária. Nesse sentido, as tentativas de fechamento do social, por meio da articulação discursiva de alguns fundamentos, só é possível na ordem do discurso e de maneira precária e contingente (MARCHART, 2009).

Sobre esta questão Butler (1998) observa que o problema não reside em eliminar os fundamentos, assumir essa posição é recair em uma visão fundacionalista, sendo a tarefa primordial do posfundacionalismo a de interrogar sobre o que autoriza e o que exclui o movimento teórico que estabelece o fundamento. Assim, a autora propõe a noção de **fundamentos contingentes**. Por essa ideia fica claro que o posfundacionalismo não supõe a ausência de qualquer fundamento, mas a impossibilidade de um fundamento último já que é somente sobre a base dessa ausência que os **fundamentos contingentes** são possíveis, e, portanto, no mesmo sentido o são as formações hegemônicas (BUTLER, 1998).

Desse modo, Laclau e Mouffe (1987), a fim de evitar imprecisões na forma como se pode compreender a teoria do discurso que formulam, apontam que é necessário o esclarecimento de que uma formação discursiva não se unifica nem na coerência lógica de seus elementos, nem em um sujeito transcendental, mas está contida no conceito de formação discursiva no sentido de Foucault.

Em Foucault, salientam os autores, a regularidade na dispersão de elementos em posições diferenciais que em certos contextos de exterioridade podem ser significados como totalidade, denota o fato de que toda a identidade é necessariamente relacional, logo só pode ser constituída politicamente e de forma inacabada. Não obstante, Laclau e Mouffe (1987) recusam a distinção entre práticas discursivas e não-discursivas e afirmam que todo objeto se constitui como objeto de discurso. Portanto, toda pretensa distinção entre aspectos linguísticos e práticos de uma prática social não se sustenta.

Assim, os autores recusam também a toda ideia que remeta a um caráter mental do discurso. Em contraposição a essa ideia, Laclau e Mouffe (1987) afirmam o caráter **material** do discurso. Com isso, os elementos linguísticos e extralinguísticos formam um sistema diferencial e estruturado de posições que consistem, portanto, em uma dispersão de elementos materiais muito diversos e contingentes.

Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental ou ideal. **Discurso é prática, uma prática social e discursiva**, em virtude de que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, simbólico. Não aparece como algo a ser desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de suas formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas certezas, note-se, sempre contingentes e precárias.

Laclau e Mouffe (1987) observam que o mundo objetivo se estrutura de forma relacional e não possui um sentido finalístico. Assim, basta que algumas regularidades estabeleçam posições diferenciais para que se tenha uma formação discursiva. Dessa ideia, Laclau e Mouffe (1987), tiram duas conclusões importantes: a) a materialidade do discurso não encontra o momento de sua unidade na consciência de um sujeito fundante, uma vez que o discurso tem existência objetiva e não subjetiva; b) a prática articulatória como fixação/desfixação de um sistema de diferenças ultrapassa sobremaneira os fenômenos linguísticos, atravessando as instituições, os rituais e as práticas sociais de maneira geral em busca de sua estruturação.

Os autores, mediante a ideia de discurso buscam ampliar consideravelmente o campo da objetividade para a análise do político. Essa operação, concluem Laclau e Mouffe (1987), permite romper com a dicotomia discursivo e não-discursivo e ampliar, por isso, o campo das categorias que dão conta das relações sociais tais como as metáforas e as metonímias, que longe de se reduzirem a formas de pensamento fazem parte do terreno primário de constituição do social.

Dessa forma, Laclau e Mouffe (1987) asseveram que o discurso conta também com duas lógicas de constituição que são as lógicas equivalenciais ou metafóricas e as lógicas diferenciais ou metonímicas que tornam possível uma formação discursiva em virtude de a totalidade discursiva ser incompleta e contingente<sup>17</sup>.

Assim, os autores chegam a um ponto decisivo de seu argumento, qual seja, o caráter impossível da sociedade como totalidade fechada e autodefinida. Para Laclau e Mouffe (1987, p. 189) “a sociedade não é um objeto legítimo de discurso”, já que não há um princípio último que fixe o campo das diferenças, nem, por seu turno, o campo das equivalências. Ora, de acordo com os autores, é a tensão interioridade/exterioridade que constitui a condição de toda a prática social.

O discurso sob essa tensão diferença/equivalência mostra a impossibilidade de fixação última de sentido, ao invés disso, tem-se lugar as fixações parciais. O discurso se constitui com o objetivo de dominar o campo da discursividade, detendo o fluxo das diferenças na intenção de construir um fundamento impossível por meio da instituição de pontos discursivos privilegiados conhecidos como **pontos nodais**<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Aqui é importante lembrar que essa ideia não é nova e encontra eco nos trabalhos de Freud e Lacan que a seus modos utilizaram-se dos aportes teóricos da linguística (Freud sem o saber, adiantou a Saussure nas palavras de Lacan) para desenvolverem suas teses psicanalíticas. Freud nos textos de 1900, 1901 e 1905 afirma que as formações do inconsciente se utilizam das operações de deslocamento e condensação para emergirem como furo no discurso do Eu. Por sua vez, em Lacan (1996, 2011, 2008) esses processos, muito importantes na constituição dos sujeitos, são conhecidos respectivamente por metáfora e metonímia.

<sup>18</sup> Aqui Laclau pontua que se apropria da noção lacaniana de *points de capiton*, na qual certos significantes privilegiados fixam temporariamente o significado da cadeia significante. E, complementa destacando que é justamente essa limitação da produtividade da cadeia significante que permite a pluralidade de sentidos, já que “um discurso incapaz de fixar algum sentido é o discurso do psicótico” (LACLAU e MOUFFE, 1987, P. 191).

Os **pontosnodais**, afirmam Laclau e Mouffe (1987) se constituem no interior de uma polissemia que o excede, por isso, a sociedade não é uma identidade positiva idêntica a si mesma. Desse modo, o caráter ambíguo do significante, ou seja, o fato de que não se fixa plenamente a nenhum significado só é possível pela existência de uma abundância de significados. Com isso, longe de ser a raridade de significados que desarticula uma estrutura discursiva é o seu excesso que permita essa operação (LACLAU E MOUFFE, 1987).

O **ponto nodal** laclauniano advém da noção de ponto de estofo lacaniano. Na psicanálise lacaniana o ponto de estofo, condensação/metáfora, é a condição necessária para limitar o deslizamento infinito da cadeia significante permitindo por isso a criação de sentido precário e contingente (LACLAU, 1990).

Na perspectiva laclauniana, o **ponto nodal** é crucial na construção de uma identidade política apoiado na concepção freudiana de laços libidinais que mantém a coesão identitária no investimento em um ponto comum de referência. De acordo com Laclau e Mouffe (1987), o discurso constitui o intento de dominar o campo da discursividade por deter o fluxo contínuo das diferenças, para construir um fundamento contingente por meio da instituição de pontos nodais. Nesse sentido, o discurso ideológico deve conciliar-se com uma articulação, uma cadeia de elementos ideológicos ao redor de um **ponto nodal** investido libidinalmente (LACLAU, 2005).

O **ponto nodal**, além de ser o responsável pela fixação parcial de uma construção discursiva, é responsável também pela construção das identidades políticas. Isso porque o **ponto nodal** articula um conjunto de significantes privilegiados numa operação que pressupõe uma exclusão, o que gera uma fronteira política na construção da identidade na medida em que outras identidades por exclusão ajudam a construir a identidade de sujeitos políticos. Cabe destacar que para Laclau (2005) **a dimensão do afeto é constitutiva de todo processo de fixação nodal**. Do mesmo modo, para o autor, todo o processo de identificação supõe necessariamente apegos ideológicos, mas também afetivos.

De acordo com Stavrakakis (2007), o **ponto nodal** funciona como um ponto de referencia uma vez que representa a encarnação da universalidade de uma determinada coletividade. Desse modo, o ponto nodal é um significante particular que na operação discursiva é esvaziado de sua significação primeira com a finalidade de representar a completude geral. Nesse processo, esse significante privilegiado passa a ser um significante vazio que serve como ponto nodal capaz de unir toda uma comunidade.

Para Stavrakakis (2007), não podemos esquecer que a construção simbólica em torno do **ponto nodal** só pode funcionar adequadamente com base na construção da fantasia imaginária na qual o significante vazio funciona como um objeto de desejo investido radicalmente pelo sujeito. Desse modo, se a realidade social é uma construção simbólica articulada em torno de pontos nodais e significantes vazios, ela depende sobremaneira da fantasia imaginária para constituir-se como tal.

Disso desprende-se que todo projeto político que visa construir a sociedade como um conjunto ordenado apontam esse objeto impossível que reduz a utopia a um quadro fantasmático. Assim, com base na máxima lacaniana de Laclau “a sociedade não existe”, enquanto conjunto harmonioso, esta existência impossível é construída e reconstruída constantemente por meio da produção simbólica do discurso e seu investimento fantasmático mediante a redução do político indomesticável à política (STAVRAKAKIS, 2007).

Portanto, para os autores, a prática articulatória se realiza por meio da instituição de pontos nodais que fixam de forma precária e contingente o sentido. Isso é possível em virtude da impossibilidade da sociedade ser um objeto positivo, e por ser, constituída por um excesso de significado que reflete, por isso mesmo, a infinitude do campo da discursividade. Dito isso, tem-se que toda prática social é **articulatória**.

Assim, o social é articulação, isso porque não possui um fundamento último. No social a necessidade só existe como esforço falido de limitar a contingência. Daí decorre que as relações entre necessidade e contingência não são exteriores uma a outra isso porque o contingente só existe no interior do necessário, deslocando-o<sup>19</sup>.

Outrossim, no esforço por desenvolver uma abordagem radical do político, Laclau e Mouffe (1987) deixam claro que é fundamental para tanto, repensar a noção de sujeito subjacente às teorias sociais e políticas tradicionais. Assim, os autores argumentam que a crítica à ideia de sujeito diz respeito à visão do sujeito como um agente racional, pleno e, visto, sobretudo, como a origem e o fundamento das relações sociais.

Sobre essas críticas os autores lembram que suas origens remontam principalmente a Nietzsche e a Freud, os quais em suas reflexões passam a desconstruir a metafísica platônico-aristotélica, com efeitos também sobre o cogito cartesiano e suas versões modernas do homem racional e pleno. Sobre isso, é sabido que a Freud é conferido o

---

<sup>19</sup>A categoria laclauiana de deslocamento é o ponto alto de sua articulação teórica uma vez que abre caminho para a emergência do sujeito político, conceito central nessa tese, e, portanto da ação e mudança social.

status de ter imposto à sociedade a sua terceira ferida narcísica, qual seja a de fazer saber que o Eu ao contrário do que pensa não é o senhor de sua própria casa.

Com respeito a essa questão, Laclau e Mouffe (1987) colocam que sua posição é inequívoca. Para eles, a categoria de sujeito é entendida como posições de sujeito no interior de uma estrutura discursiva. Sobre essa categoria é importante fazer um apontamento já que no desenvolvimento de sua abordagem teórica e em seus diálogos com Zizek e outros interlocutores, abandonaram a categoria posições de sujeito em prol da noção de sujeito da psicanálise lacaniana<sup>20</sup> (STAVRAKAKIS, 2007).

Assim, segundo os autores, os sujeitos não podem estar na origem das relações sociais, nem serem dotados de faculdades essenciais já que toda a experiência subjetiva depende de condições discursivas de possibilidades específicas. Assim, por ser toda a posição de sujeito, uma posição discursiva, da mesma forma que o social, as posições de sujeito não são fechadas.

Ao contrário do que pensa uma fração da ala humanista de que recusar o essencialismo dos valores humanos modernos é também negar sua validade histórica, o que se trata aqui é demonstrar como a categoria de sujeito tem sido produzida nos tempos modernos como o sujeito humano autoconsciente. Essa ideia surge em certos discursos religiosos, em certas práticas jurídicas e se constrói diversamente em outras esferas (LACLAU e MOUFFE, 1987).

Assim, longe de considerar que o sujeito tem uma essência, a abordagem lacaniana do sujeito o vê como efeito do discurso, e, portanto, como um ser faltante (LACLAU e MOUFFE, 1987). Essa noção do sujeito como falta, a qual Laclau se apropria do discurso psicanalítico, sobretudo lacaniano, ele trabalha de maneira renovada em seu livro *Novas Reflexões Sobre a Revolução de Nosso Tempo* com base na categoria deslocamento.

Laclau (1990) abre o texto do referido livro, deixando claro que a perspectiva dita pós-marxista da qual participa é muito mais que uma escolha teórica, se configurando, sobretudo, em uma decisão política já que faz parte dos intentos do autor contribuir para a reformulação do programa político para a esquerda em função dos acontecimentos da última década do século XX.

---

<sup>20</sup>Sobre esse conceito, central nesse projeto de tese, teremos, em seguida, um capítulo a parte.

Em seguida o autor discorre sobre as imagens que cada época histórica traça de si mesma. Mesmo que imprecisa, essa imagem arquetípica, constitui um fundamento sobre o qual transcorre as experiências sociais. Assim, o autor lembra que para o renascimento o fundamento era a crença em uma ordem natural do mundo, para o iluminismo o fundamento era a razão, assim como para o positivismo é a ciência. E conclui dizendo que o que se chama de modernidade nada mais é do que o palco das apostas em um progresso ilimitado em prol de um futuro promissor.

Contudo, Laclau (1990) pontua que o clima intelectual das últimas décadas tem sido dominado por um outro tipo de sentimento. Longe do otimismo de um progresso sem limites, para o autor, assiste-se, isso sim, a emergência da consciência dos limites dos fundamentos defendidos ao longo dos séculos pela metafísica tradicional. Assim, assiste-se, segundo o autor, aos limites da razão, bem como aos limites dos valores e ideais da transformação radical que havia dado sentido à experiência política de várias gerações.

Laclau (1990) enfatiza ainda que há uma reação a isso e como exemplo cita a empresa de Habermas que busca defender a razão e relançar o projeto da modernidade, isso em oposição ao que considera enfoques niilistas, notadamente, à perspectivas epistemológicas pós-estruturalistas. Sobre isso, Laclau (1990, p. 20) assevera que “longe de ver na crise da razão um niilismo que conduz ao abandono do projeto emancipatório, consideramos que ela abre possibilidades inéditas para uma crítica radical de toda a forma de dominação”.

Assim, afirmar os limites dos fundamentos políticos e sociais da modernidade não é dissolver o terreno das possibilidades de novas sociabilidades. Ao invés disso, tal posição permite mostrar que: a) a negatividade é constitutiva de toda identidade; b) que a visibilidade do caráter contingente do social enseja os efeitos dislocatórios que mostram a historicidade do ser; c) o reconhecimento da historicidade do ser abre possibilidades novas para uma política radical (LACLAU, 1990).

Outro ponto importante para se compreender a Teoria do Discurso refere-se à noção de contingência e necessidade que só fazem sentido juntas já que, segundo o próprio Laclau, a contingência é a dimensão que permite romper com a necessidade e, permite, portanto, a emergência dos deslocamentos e das formações hegemônicas e contra-hegemônicas.

A noção de contingência é tomada, desde a perspectiva de Laclau (1990), numa dimensão ontológica, portanto, constitutiva do social e, vai muito além da ideia reducionista de significar algo que poderia ser

diferente, consistindo, sobremaneira, em uma relação dialética, contudo não finalística, entre contingência e necessidade.

O discurso, na perspectiva de Laclau e Mouffe (1987), é uma construção social e política que estabelece um sistema de relações entre diferentes objetos e práticas, proporcionando simultaneamente as posições com as quais os agentes sociais podem se identificar. Além disso, continuam os autores, um projeto político buscará articular as formações discursivas em um esforço para dominar e organizar um campo de sentido de modo a fixar a identidade dos objetos e das práticas de uma forma hegemônica.

Importa ainda salientar que estas práticas são possíveis porque os sistemas de significação são contingentes e nunca podem esgotar completamente um campo de significado, isso denota a incompletude de qualquer hegemonia (LACLAU e MOUFFE, 1987). Ainda, segundo os autores, a teoria do discurso tenta superar o reducionismo de classe e o determinismo econômico do marxismo clássico, bem como as noções marxistas de política e de ideologia.

Ao fazê-lo, conforme Howarth e Stavrakakis (2000), a teoria do discurso concebe a sociedade como uma ordem simbólica, na qual, todos os elementos ideológicos de um campo discursivo são contingentes e não fixos. Além disso, os autores afirmam que não existe nenhum projeto político que determina processos de mudança histórica em uma forma a priori. Em vez disso, a teoria do discurso apresenta um novo quadro conceitual construído em torno do primado dos conceitos políticos e categorias como hegemonia e antagonismo, por exemplo, (HOWARTH e STAVRAKAKIS, 2000).

Nesse sentido, contra a visão essencialista que concebe o social como autodefinido, Laclau e Mouffe (1987) argumentam que o social nunca pode ser fechado ou constituído como uma presença completa; há um **excesso de significado** que sempre envolve o social e que nunca poderá ser plenamente dominado. Este excesso é chamado de **domínio da discursividade**: um campo composto por uma pluralidade de discursos que subverte e contesta o significado dado. Assim, segundo os autores é assumindo o caráter relacional das identidades e renunciando à fixação dessas identidades em um sistema fechado que se pode entender corretamente a lógica do social.

Isso posto, se a fixação total é impossível, o significado social só pode ser parcialmente corrigido. Esta fixação parcial se dá por meio das **práticas articulatórias** e por meio da instituição de **pontos nodais**. Assim, se o discurso se constitui por meio de práticas articulatórias, Laclau e Mouffe (1987) deixam claro o que entendem por articulação.

Para os autores, a articulação diz respeito a toda prática social que estabelece uma relação entre elementos que transformam sua identidade como resultado dessa prática.

Para Laclau (2011) todo o ponto nodal para produzir efeito agregador de identidades necessita ser um **significante vazio**. Laclau (2011) lembra que os significantes vazios são formas de representação as quais são progressivamente esvaziadas de conteúdo ideológico à medida que novas identidades são anexadas a eles. Os significantes vazios servem como ponto de identificação simbólica para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e tornar-se um significante sem significado. A disputa hegemônica, afirma Laclau (2011), é pelo preenchimento deste significante.

Dito de outro modo, de acordo com Laclau (2011, 1990) a articulação de um discurso político só pode ocorrer em torno de um significante vazio que funcione como um ponto nodal encerrando uma importante condição de possibilidade para o seu sucesso hegemônico. Os discursos e as identidades produzidas por eles são entidades políticas que envolvem a construção de **antagonismos** e de exercício do poder.

No início, os antagonismos sociais introduzem uma negatividade irreconciliável nas relações sociais, isso porque, eles revelam os limites na sociedade em que o significado social é contestado e não pode ser estabilizado. Os antagonismos são evidências, portanto, das fronteiras de uma formação social. Além disso, a construção de antagonismos e a instituição de fronteiras políticas entre os agentes são partes constitutivas das identidades e da objetividade do social (LACLAU e MOUFFE, 1987, LACLAU, 1990, 2011).

Laclau (1990) completa dizendo que os antagonismos sociais ocorrem porque os agentes sociais são incapazes de atingir plenamente a sua identidade. Assim, um antagonismo é quando ocorre a presença de [um] outro que me impede de ser totalmente eu mesmo. Para o autor, a relação não surge de totalidades cheias, mas da impossibilidade de sua constituição. Desse modo, a fixação parcial de sentido envolverá sempre uma luta política, isto é, os discursos vão competir para construir e estabilizar significados, articulando os elementos possíveis em torno de certos pontos nodais. O significado resultante será sempre uma fixação "política" que envolverá "vencedores" e "perdedores" (LACLAU e MOUFFE, 1987).

Assim, depreende-se que não há leis que regem a sociedade, tão pouco a história e as identidades são naturais. Em vez disso, os discursos, por meio de práticas de articulação e construção de pontos

nodais, tentam hegemonizar o sentido do social, deformando-o e contaminando-o por um excesso de sentido que o rodeia (LACLAU e MOUFFE, 1987).

**O discurso é a base sobre a qual a ideologia se materializa.** Laclau (1990) para dar corpo a sua máxima “a sociedade é impossível” realiza uma reflexão sobre o conceito de ideologia. O autor fala que a teoria marxista da ideologia se encontra, na contemporaneidade, diante de um paradoxo teórico, uma vez que ao mesmo tempo em que é demandada pelas abordagens marxistas atuais, em nenhum outro momento da história do conceito seus limites referenciais se mostraram tão problemáticos (LACLAU, 1990).

Laclau (1990) disserta que dentro da tradição marxista há duas maneiras clássicas de se conceitualizar a ideologia: como totalidade social ou como falsa consciência. Atualmente, ambos enfoques se encontram desacreditados. Isso porque, a primeira perspectiva parte de uma visão total de sociedade como uma estrutura que funda a si mesma. Já a segunda perspectiva parte da ideia de que os sujeitos sociais são homogêneos e desconhecem suas condições de dominados.

Diante do exposto, Laclau (1990) afirma que os dois pontos de vista se baseiam em pressupostos essencialistas, tanto da sociedade como dos sujeitos. Logo, nas palavras do autor, para entender o problema que enfrenta a teoria da ideologia é necessário problematizar a crise por que passa esse conceito em suas duas variantes, qual seja, a de sociedade e de sujeito.

Ao fazer a crítica do conceito de ideologia na tradição marxista, Laclau (2002) segue a Althusser para o qual a Ideologia é onnipresente e transhistórica. Em Althusser (1985, p. 85) “a ideologia é eterna, desse modo, entende-se que a Ideologia não tem propriamente um final. Nos termos de Laclau (2002) **somos seres ideológicos e simbólicos por natureza**, o que permite a seguinte conclusão: do ponto de vista ontológico é possível afirmar que sempre haverá Ideologia e em termos concretos (nível ôntico), as ideologias nascem, sofrem variações e morrem como os discursos (MENDONÇA, 2014).

Para Laclau (2002), o ideológico consiste naquelas formas discursivas por meio das quais a sociedade trata de instituir-se sobre a base do fechamento, da fixação de sentido, do não reconhecimento do jogo infinito das diferenças. O ideológico seria a vontade de “totalidade” de toda ordem hegemônica e na medida em que o social é impossível sem certa fixação de sentido, sem o discurso do fechamento, **o ideológico deve ser visto como constitutivo do social.**

Desse modo, de acordo com Mendonça (2014), as ideologias, no plano concreto, são sempre precárias e contingentes, ameaçadas por ideologias contrárias. Já, no plano ontológico, a Ideologia é onnipresente e transhistórica. Isto quer dizer que, se não podemos viver sem a presença da Ideologia, toda e qualquer tentativa de eliminá-la será sempre frustrada, interpretando-se que isto não passará tão somente de apenas mais uma ideologia em particular (MENDONÇA, 2014).

### **2.2.1. Hegemonia e identidades políticas: os afetos na construção do social**

O conceito de hegemonia é central para a teoria do discurso. Isso porque conforme Laclau e Mouffe (1987, p. 229), “o campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias”. As formações hegemônicas constituem uma forma de atividade política que envolve a articulação de diferentes identidades em torno de um projeto comum. E, por isso, criam novas formas de ordem social e deslocamentos, permitindo assim, a emergência de resistências e oposições.

As condições de possibilidade de uma articulação hegemônica consistem na presença de forças antagônicas e na instabilidade das fronteiras que as separam, pois só a presença de elementos flutuantes e sua articulação é que constitui o terreno que permite uma prática discursiva emergir como hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 1987).

Diante disso, com base no conceito de hegemonia, os autores, buscam romper com os discursos essencialistas, fixados, sobretudo em um determinismo econômico. Assim, depreende-se que a estruturação da realidade não depende só de necessidades econômicas, mas também de necessidades políticas, e, portanto, das contingências próprias das práticas discursivas.

É sabido que Laclau e Mouffe (1987) buscaram em Gramsci as bases para desenvolver seu próprio conceito de hegemonia. Ora, para Gramsci (1971), a organização social é um discurso político e estratégico, por meio do qual são formadas alianças, que são estabelecidas com o intuito de forjar laços entre diferentes estratos sociais hegemônicos intervenientes nos domínios da economia, do Estado e da sociedade civil.

Com base nisso, Gramsci (1971) desenvolveu o conceito de "bloco histórico", para mostrar que uma classe hegemônica procura liderança não só na esfera da produção, mas também nas esferas do Estado e da sociedade civil. Por isso, o conceito de hegemonia visa a ampliar o significado da política para além do campo da produção

econômica bem como do Estado para incluir a multiplicidade de relações da sociedade civil.

Laclau e Mouffe (1987, p. 234) deixam claro, contudo, os pontos em que se afastam da concepção gramsciana, quais sejam: a) no plano de constituição dos sujeitos hegemônicos (planos das classes fundamentais), b) a unicidade do centro hegemônico (toda a formação social se estrutura em torno de um centro).

Além disso, Laclau e Mouffe (1987) superam a ideia de que a atividade econômica é que estrutura todas as sociedades, as quais implicam que a sociedade é uma totalidade fechada em si mesma, cujo caráter é determinado e compreendido por leis objetivas da história. Não obstante, para os autores a sociedade é um objeto impossível, condição que torna as práticas de articulação e a ação política possíveis.

Segundo Laclau e Mouffe (1987), estabelecer uma relação hegemônica significa constituir uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças. Para Laclau (1990), a sociedade é algo que se faz pela ação política já que as tentativas de elucidá-la completamente são sempre falidas. A hegemonia busca justamente preencher essa falta constitutiva.

De acordo com Laclau (2005) hegemonia é a operação pela qual um discurso particular assume um significado universal incomensurável. Trata-se, portanto, da operação de hegemonização de um conteúdo particular por meio da instituição de um ponto nodal capaz de articular uma série de identidade dispersas no campo da discursividade. Não obstante, **Laclau esclarece que o cimento social que articula as identidades dispersas é o investimento libidinal (afeto) em torno do ponto nodal.** Conforme lembra Laclau (2005) Freud já havia entendido esse fato com clareza ao afirmar que todo laço social é um laço libidinal.

É por isso que, para Laclau (2005) **a instituição de um ponto nodal é um momento discursivo no qual se opera um investimento radical que pertence necessariamente à ordem do afeto.** Diante disso, Laclau afirma que a relação entre significação e afeto é íntima uma vez que o afeto não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. De acordo com o autor, **a fixação parcial de sentido se constitui somente por meio da catexia diferencial de uma cadeia de significação por meio da instituição de um ponto nodal.**

Assim, as formações discursivas ou hegemônicas, que articulam a lógica diferencial e a lógica de equivalência, seriam ininteligíveis sem o componente afetivo. Nesse sentido, Laclau (2005) conclui que **qualquer**

**todo social resulta de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas.**

Na abordagem de Laclau (2005) a hegemonia, em analogia a plenitude mítica da díade mãe/filho lacanianiana corresponde à completude não alcançada, evocada pelo deslocamento ocasionado pelas demandas não atendidas. Entretanto, a aspiração a essa completude não desaparece simplesmente. É transferida a objetos parciais, representado pelo **objeto a** lacanianiano. **Sendo a plenitude da mãe primordial um objeto puramente mítico, não existe gozo alcançável a não ser através de um investimento radical em objetos parciais (ideias/ideologias)** (LACLAU, 2005).

Em termos políticos, de acordo com Laclau (2005) isso é exatamente o que acontece na relação hegemônica: certa particularidade assume o papel de uma impossível universalidade em virtude do fato de que o caráter parcial desses objetos ser inerente à própria estrutura da significação, o **objeto a** de Lacan é o elemento-chave numa ontologia social. Desse modo, para Laclau (2005) um investimento radical significa tornar o **objeto a**, objeto causa do desejo, a corporificação de uma plenitude mítica. Nesse processo, o **afeto** é a própria essência do investimento enquanto seu caráter contingente dá conta do componente radical da fórmula.

Assim, o **objeto a** torna-se a categoria ontológica primária. Porém, a mesma descoberta será feita se partirmos do ângulo da teoria política. Nenhuma plenitude social é realizável exceto através da hegemonia. Desse modo, Laclau (2005, p. 148) assinala que a hegemonia “não é outra coisa que o investimento em um objeto parcial, de uma plenitude que sempre nos escapará porque é puramente mítica”. Assim, a produção hegemônica de significantes vazios é o esforço permanente e necessário de busca pelo preenchimento daquela falta constitutiva. É nesse sentido que Laclau (2005, p. 149) afirma que “hegemonizar não é outra coisa que preencher o vazio. É por isso que a lógica do **objeto a** e a lógica hegemônica não são similares: são simplesmente idênticas”.

Todo processo hegemônico depende, para se concretizar, da instituição de cadeias de equivalências que possam articular identidades políticas dispersas no campo da discursividade. Nesse sentido entender como se constituem essas identidades é um passo importante para a compreensão da hegemonia enquanto lógica política nos termos de Laclau (1990).

De acordo com Stavrakakis (2010), o sujeito, desde o seu nascimento, busca uma completude de identidade, porém essa busca

sempre fracassa o que condena o sujeito a simbolizar, ou seja, a buscar constantemente por uma completude identitária a fim de constituir-se a si mesmo. Simbolizar significa dar sentido aos objetos e a maneira pela qual o sujeito poder fazer isso é pelo discurso por meio do investimento afetivo a ideias, pessoas, objetos de modo a constituir sua identidade (STAVRAKAKIS, 2010).

A simbolização, ou seja, a busca por uma identidade sempre falida se dá em virtude da falta constitutiva (falta de significação plena) e por ser uma impossibilidade é que a busca pela completude continua sendo desejada e buscada. Assim, a falta constitutiva é o que torna impossível uma identidade fixa e o que torna possível e necessária a identificação num frenético jogo político entre a identificação e seu fracasso (STAVRAKAKIS, 2010).

Dada a importância do processo de constituição das identidades/subjetividades políticas para compreender como se processa as articulações políticas torna-se importante aqui o conhecimento do conceito de identidade. O conceito de identidade foi elaborado por Freud em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu* para dar conta do mecanismo pelo qual se constitui a subjetividade. A identificação se refere ao processo mediante ao qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, uma palavra, uma ideia das pessoas com quem se relaciona (STAVRAKAKIS, 2010).

Assim, a identificação, segundo Freud (2011) é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. A identificação diz respeito o esforço do sujeito de moldar o próprio eu segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo. Freud (2011) descreve três formas de identificação: (a) a identificação constituída como forma original de laço emocional com um objeto; (b) a identificação constituída por meio da introjeção do objeto no eu; e (c) a identificação pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa.

Sobre a noção freudiana de identificação Lacan acrescenta a ideia de que a identificação não pode ter como resultado uma identidade estável, desse modo, tem-se que o horizonte ôntico da identificação é o fracasso, seu horizonte ontológico é a impossibilidade. Assim, a mesma impossibilidade de constituir uma identidade fixa é a condição de possibilidade que torna possível o processo de identificação cuja compreensão é importante para a análise social e política (STAVRAKAKIS, 2007).

A importância dos processos de identificação para a análise social e política é que na vida adulta os objetos de identificação dos sujeitos

incluem as ideologias políticas e outros objetos disponíveis no discurso. Assim, o processo de identificação se revela constitutivo da vida política. Para entrar na linguagem o sujeito precisa sacrificar algo, sua completude originária/mítica a fim de ganhar o sentido (precário e contingente). A identificação, nesse processo, é estruturada em confronto com esta falta constitutiva (STAVRAKAKIS, 2010).

O processo de significação coloca em jogo não só a identificação subjetiva, mas, sobretudo, a constituição da realidade. Assim, para que haja realidade acessível ao sujeito, para que um sentido possa ser fixado parcialmente é necessário um ponto de basta no fluxo das diferenças, cabendo ao ponto nodal cumprir essa função. A realidade é construída simbolicamente e articulada pelos processos de estruturação dos discursos e pelas identificações dos sujeitos aos objetos do discurso (STAVRAKAKIS, 2010).

Para que as identificações sejam possíveis a falta é estruturante nisso. A esse respeito fica evidente que a falta é central na concepção lacaniana de sujeito na medida em que é o espaço onde toma lugar a identificação. Assim, a ideia do sujeito como falta não está deslocada da operação pela qual o sujeito sempre busca recobrir esta falta no nível da representação, por contínuos processos de identificações. O processo pelo qual o sujeito busca suturar sua falta revela a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e o social na teoria lacaniana (LACLAU, 1990).

De acordo com Stavrakakis (2007), a concepção não reducionista da subjetividade em Lacan nos possibilita uma confluência entre a teoria lacaniana e a análise do político. Isso porque a constituição (falida) de toda identidade se processa através de constantes atos de identificações com os discursos socialmente disponíveis como as ideologias. Sobre o não reducionismo da abordagem lacaniana é bom lembrar que o sujeito para Lacan não é o indivíduo, a pessoa ou o homem, mas é o que falta a este (STAVRAKAKIS, 2010).

A concepção lacaniana de sujeito permite a articulação entre o nível objetivo e o subjetivo possibilitando a desconstrução das bipolaridades dominantes sujeito/estrutura ultrapassando as relações imaginárias sujeito e objeto. Conforme Stavrakakis (2010), os dois níveis não são idênticos, mas tampouco antitéticos. Há algo que conecta o sujeito e a estrutura, o subjetivo e o objetivo, o universal e o particular, **esse algo é a falta que marca tanto o sujeito como a ordem simbólica**, o social (STAVRAKAKIS).

### 2.2.2. Deslocamento: o momento do sujeito político

Laclau, a partir de seus diálogos com Zizek, logo após a publicação de seu livro com Chantal Mouffe, *Hegemonia e Estratégia Socialista*, dá novo status a categoria de antagonismo, que deixa de ser o limite de toda a objetividade e desenvolve o conceito de **deslocamento** para dar conta dos limites da significação do sujeito. Assim, em sua obra *Novas Reflexões sobre a Revolução de nosso tempo*, Laclau mobiliza os aportes psicanalíticos lacanianos na discussão da Teoria do Discurso Político.

A partir de então, o **deslocamento**, passa a ser visto como a marca da impossibilidade da estrutura produzir sentido diante de um momento de crise. Nesse sentido, o deslocamento é o encontro com o Real laciano (ZIZEK, 2011). O encontro com o Real é traumático já que nesse momento ocorre uma suspensão do sentido e uma **abertura** temporária da estrutura que em seguida se rearticula produzindo novas significações (LACLAU, 1990, LACAN, 1998).

Diante disso, importa destacar, que para Laclau (1990) a estrutura é indecível por ser incompleta e isso remete a ideia de que toda ação social é, em função disso, contingente. O **sujeito** dessa ação contingente não é algo que está separado da estrutura senão que se constitui em relação com ela. Com isso, se o agente não é completamente interior a estrutura em virtude da indecidibilidade estrutural, fica claro que **as ações dos sujeitos políticos a transformam e a subvertem constantemente** (LACLAU, 1990).

Importa destacar que nessa relação estruturada e estruturante, para usar um termo bourdieusiano, os sujeitos mesmos “transformam sua identidade na medida em que atualizam certas possibilidades estruturais e desejam outras” (LACLAU, 1990, p. 47). Isso porque toda identidade, como já foi dito, é relacional e contingente, fato que deixa evidente que qualquer modificação na ordem hegemônica impõe inelutavelmente uma transformação das identidades sociais.

Laclau (1990) argumenta que toda decisão é contingente uma vez que é tomada a partir de uma estrutura indecível. Isso posto tem-se que o **sujeito** se não é externo à estrutura tampouco é plenamente determinado por ela. O **sujeito** é parcialmente autônomo com relação a estrutura já que ele é responsável por ações que a estrutura não determina.

Disso decorre que o **sujeito**, na perspectiva de Laclau (1990, p. 47) “não é outra coisa que esta distância entre a estrutura indecível e a decisão”. A relação estruturada e estruturante entre ação e estrutura

configura as relações de poder. Isso é explicado pelo autor quando fala que ao tomar uma decisão o sujeito exclui tantas outras possibilidades, assim, a objetividade resultante dessa decisão constitui relações de poder.

Dito de outro modo, dado que as relações sociais são sempre contingentes, afirma Laclau (1990), elas são por isso, ontologicamente, relações de poder. Assim, “a constituição de uma identidade social é um ato de poder” e, portanto, buscar compreender as condições de possibilidade que constroem certa identidade é o mesmo que estudar os mecanismos de poder que a tornam possível (LACLAU, 1990, p. 48).

De acordo com o autor, uma identidade é um conjunto articulado de elementos e se constitui mediante a luta política. Assim, Laclau (1990) observa que toda identidade é deslocada na medida em que se relaciona com um exterior constitutivo que nega sua identidade. Os efeitos dos deslocamentos são ambíguos uma vez que ao mesmo tempo que ameaçam as identidades são também a via para a constituição de novas identidades.

Os eventos deslocatórios, quanto mais radicais forem tanto mais expandirão o campo das decisões do **sujeito** não determinadas pela estrutura. Isto significa que o **sujeito**, nesses momentos de liberdade, construirá uma história cada vez menos repetitiva. Esses acontecimentos são permeados por relações de poder. Desse modo, uma estrutura deslocada é, por certo, descentrada, uma vez que nela atuam forças antagônicas que impedem a fixação de um centro (LACLAU, 1990).

Logo, depreende-se disso que o social é permeado por um campo de diferenças que são articuladas discursivamente por forças que disputam uma estabilização de sentido. Contudo, há constantes questionamentos e disputas dos significantes articulados e o **deslocamento** é esse momento indecível capaz de gerar transformações no campo da discursividade, portanto, no social (LACLAU, 1990).

Fica claro, então, conforme o autor, que a dinamicidade do social se observa quando o **deslocamento** ao mesmo tempo em que desajusta o campo da discursividade é a condição de possibilidade de novos arranjos significativos. Assim, há um perpétuo movimento de descentramento-centramento dos centros de poder por meio das disputas entre as múltiplas identidades que compõem o social.

Importa salientar que para Laclau (1990) uma estrutura descentrada não significa a simples ausência de um centro, mas a disputa de centrar e descentrar por meio de antagonismos. Há que se pontuar que só existe a possibilidade de centros, sempre falidos,

justamente porque a estrutura é descentrada. Assim, a resposta ao **deslocamento** da estrutura será a sua recomposição em função das diversas forças antagonicas em torno de pontos nodais. Isso posto, fica entendido então que o **deslocamento** é a condição de possibilidade e impossibilidade de um centro.

As condições de novas possibilidades de ações históricas são dadas, conforme Laclau (1990) pelo **deslocamento** estrutural. Diante disso, a sociedade é menos evidente e, por isso, precisa ser constantemente construída. Contudo, essa não é uma construção somente da sociedade, mas também dos **sujeitos políticos** que transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Aqui, importa destacar que “**o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento**. Portanto, longe de ser o sujeito um momento da estrutura, ele é o resultante da impossibilidade de construir a estrutura como objetividade” (LACLAU, 1990, p. 57).

Outro ponto que merece destaque é o fato de que o deslocamento é a condição de possibilidade própria da estrutura descentrada, e, portanto da ação dos **sujeitos políticos**. Isso porque o deslocamento abre a possibilidade de múltiplas articulações indeterminadas. O deslocamento marca a presença<sup>21</sup> de uma falta que pressupõe a referência estrutural que é sempre uma estruturação relativa e, que por isso mesmo abre espaço para ampliação do campo de possibilidades.

Laclau (1990, p. 59) ainda destaca que o “deslocamento é a forma mesma da liberdade”, liberdade entendida como ausência de determinação. Isso porque o deslocamento produz um descentramento estrutural e em função desses movimentos a estrutura não produz **sujeitos** determinados pelo fato de que a estrutura fracassa no processo de sua plena constituição e, portanto, também no processo de constituição dos sujeitos. Assim, é possível inferir que o **sujeito** parcialmente se autodetermina. Contudo há que se observar que essa autodeterminação não é a expressão de algo que o **sujeito** é, mas, sobretudo, é expressão de sua **falta-a-ser** (LACLAU, 1990).

Desse modo, o **deslocamento** longe de ser um momento necessário e interno da estrutura, é, pelo contrário, o momento que representa o fracasso na sua constituição. Por isso, Laclau (1990, p. 63) sublinha que o **deslocamento** é “pura temporalidade” já que abre múltiplas possibilidades de liberdade aos **sujeitos políticos**. Dito isso, é importante salientar também que essa liberdade radical aberta pelo

---

<sup>21</sup> Aqui o oximoro é proposital já que se trata de uma figura de linguagem que representa muito bem a perspectiva epistemológica pós-estruturalista.

evento deslocatório provoca uma série de novas rearticulações discursivas que são por isso mesmo, inexoravelmente políticas.

O **deslocamento** é o momento da liberdade, porém não uma liberdade de um sujeito que tem uma identidade transparente e positiva já que essa liberdade se constitui a partir de uma falha estrutural. Cabe destacar que os sujeitos buscam constituir uma identidade plena por meio dos atos de identificação, contudo importa também dizer que essa tentativa é sempre falida. Assim, em função disso toda decisão dos **sujeitos políticos** implica necessariamente um ato de poder.

O poder é a marca da contingência e, por isso, é também o ponto que se expressa a radical alienação que constrói a objetividade. Desse modo, tem-se que a objetividade é um poder que apagou o seu momento de instituição política por meio da operação de sedimentação. Nas palavras de Laclau (1990, p. 76) “o ser dos objetos não é em tal sentido outra coisa senão a forma sedimentada de poder. É dizer, um poder que tem apagado suas pegadas”.

Como não há uma origem positiva do poder, ou seja um fundamento último absoluto, a relação entre poder e objetividade não pode ser uma relação entre o criador e a criatura, já que o criador é parcialmente criado em função das identificações com uma estrutura com a qual mantém uma relação estruturada estruturante. Vale lembrar que a estrutura é sempre assolada por deslocamentos que por sua vez não permitem a formação de identidades plenas o que resulta em uma busca constante por preencher o vazio constitutivo e, portanto, em rearticulações discursivas.

Assim, Laclau (1990) disserta que se por um lado há decisão, por outro há as marcas da decisão, o poder. Para o autor, o conjunto dessas marcas não representa a objetividade senão que é o lugar de uma ausência que comporta por isso mesmo o **sujeito**. Esse **falta-a-ser** que é “a forma pura do deslocamento da estrutura (...) o que equivale dizer que a emergência do sujeito é resultado do colapso da objetividade” (LACLAU, 1990, p. 77).

Dito isso, Laclau (1990, p. 77) fala de uma questão fundamental para este trabalho, qual seja, a ideia do sujeito político. Na perspectiva do autor o político é uma categoria ontológica, assim há política porque há subversão e deslocamento do social, por isso, como consequência lógica tem-se que “**todo sujeito é por definição político**”.

Em Laclau (1990), por seu caráter evanescente, todo **sujeito político** é mítico uma vez que habita um espaço de representação que rompe com a continuidade da objetividade estrutural hegemônica. O

autor esclarece que a emergência do mito busca suturar<sup>22</sup> o espaço deslocado por meio da constituição de um novo espaço de representação. Isso quer dizer que toda a objetividade e, portanto, toda formação hegemônica, consiste em ser um mito cristalizado, ou para falar como Husserl uma ordem sedimentada (LACLAU, 1990).

Com isso, fica evidente, segundo Laclau (1990, p. 77) que o momento de sedimentação do mito, não deixa de ser o momento de “eclipse do sujeito e da sua reabsorção pela estrutura - o momento em que o sujeito é reduzido a posição de sujeito”. Assim, se o caráter mítico de um espaço é sua distância em relação à objetividade estrutural dominante, então o sujeito não é outra coisa senão a mediação entre ambos os espaços.

Para o teórico político, o sujeito é também uma metáfora. Se a metáfora cumpre uma função de correlação entre os elementos de um campo discursivo então o mito enquanto metáfora surge no terreno dominado por uma dialética entre ausência/presença (deslocamento/rearticulação). O espaço entre essas duas dimensões é o espaço do sujeito que assume a forma de uma metáfora por representar, nesse não-lugar, uma estruturalidade ausente, por isso o sujeito é evanescente e pura temporalidade já que não pode ser localizado, no sentido de uma espacialização, em nenhum lugar positivo (LACLAU, 1990).

Disto isso, tem-se que as formas de identificação do sujeito funcionam como superfícies de inscrição. A característica central de algo que se apresenta como superfície de inscrição é seu caráter incompleto. Nesse sentido, os mitos sociais são incompletos e seus conteúdos, por isso mesmo, se reconstituem e se deslocam constantemente. Essa dimensão ontológica do mito é a condição de possibilidade da constituição dos imaginários sociais.

Importa destacar que na visão de Laclau (1990, p. 80) o imaginário não se configura como um objeto entre outros, mas sim como “um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é em tal sentido, a condição de possibilidade de emergência de todo

---

<sup>22</sup> A categoria de sutura é apropriada da psicanálise lacaniana e designa a relação do sujeito com a cadeia significante que denota não apenas uma estrutura de falta, mas também a disponibilidade do sujeito a certo fechamento. Em sua obra Laclau e Mouffe utilizam esse conceito para a análise política do social. Para os autores, as práticas hegemônicas são suturadoras na medida em que seu campo de ação é aberto e precário. Esta falta originária é justamente o que as práticas hegemônicas pretendem preencher (GIACAGLIA, 2006).

objeto”. Para o autor, importa sublinhar que não há nenhuma relação necessária entre o deslocamento (que é pura temporalidade) e o espaço discursivo criado a partir dessa desordem. Ora, pois, isso quer dizer que entre a estrutura deslocada e o discurso que tenta construir uma nova ordem não há nada em comum.

Dito isso, Laclau (1990) faz uma afirmação importante, qual seja, a de que o reconhecimento do caráter mítico e contingente das configurações espaciais nos constitui como sujeitos. Já que para o autor, e nisso, ele converge com a noção lacaniana de sujeito, o terreno do sujeito, que se estende em detrimento à estrutura, é um terreno movediço que se faz presente enquanto ausente, disso tem-se que o terreno do sujeito é um não-lugar.

Assim, para Laclau (1990) o mesmo excesso de sentido, o mesmo caráter precário de toda a estruturação que se encontra no terreno do social se encontra também no campo da subjetividade. Por isso, o autor fala da importância de se pensar em uma teoria da subjetividade para uma abordagem pós-marxista para pensar o político.

### 2.3.MÍDIA TRADICIONAL, MÍDIA ALTERNATIVA E INTERNET: DOS MARCOS REGULATÓRIOS PARA A COMUNICAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE SUBVERSÃO DA MÍDIA ALTERNATIVA

Os estudiosos do tema (BARBOSA, 2010, SODRÉ, 1999, LIMA, 2006, MORAES, 2003, MARTINS, 2007) observam que as comunicações limitadas em seus primórdios aos serviços telegráficos, passaram a integrar o cenário legal brasileiro no ano de 1860, com a publicação do Decreto Imperial nº 2.614, primeira legislação nacional sobre o setor, estabelecendo a organização e exploração dos telégrafos elétricos.

Martins (2007) salienta que, a partir daí, inúmeros instrumentos normativos entre decretos, disposições constitucionais e leis foram instituídos, em um período que se estendeu até, pelo menos, o início da década de 1960. Assim, por exemplo, em 1897, dois anos após a inauguração dos serviços telefônicos no Brasil foi outorgada, por meio do Decreto nº 7.539, a primeira autorização para a exploração privada de telefonia no país concedida à época a um empresário norte-americano que teve o direito de operar nas cidades do Rio de Janeiro, então capital federal.

O ano de 1891 é marcado pela promulgação da primeira Constituição Republicana do Brasil, que em seu artigo 9º e parágrafo 4º declara a possibilidade de os Estados da Federação explorarem linhas

telegráficas e telefônicas em áreas não servidas pela União. Dessa forma, os governos estaduais e até as prefeituras municipais, as quais não possuíam nenhum marco legal para isso, passaram a permitir a instalação de operações de telegrafia e telefonia em seus territórios de forma descontrolada. Essa situação agravou-se em 1911, quando foi permitido aos Estados competirem com os serviços sob a chancela federal (MARTINS, 2007).

A regulamentação do setor se complexifica ainda mais quando ao longo das décadas de 1910 e 1920 com a criação de novos regulamentos, tais como, o Decreto 3.296 de 10 de julho de 1917, que revogou a disposição constitucional de 1891, voltando a limitar o poder de outorga como competência exclusiva da união, o Decreto 4.262 de 13 de janeiro de 1921 que restringiu a exploração do setor somente à empresas brasileiras, e, por fim o Decreto 16.657 de 05 de novembro de 1924, que pela primeira vez na história da legislação nacional se referiu a radiodifusão<sup>23</sup>, definindo-a como a difusão pública de comunicação de interesse geral.

Cabe observar ainda que esse decreto estabelece, por meio do seu artigo 51, que é de competência exclusiva da união a outorga de licenças. A promulgação do Decreto 16.657 pode ser considerada uma decorrência das transmissões radiofônicas no Brasil, inauguradas dois anos antes em função dos eventos de comemoração do centenário da independência do Brasil. Outro marco importante foi a inauguração em 20 de abril de 1923 da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira do país, fundada por Edgard Roquette Pinto cuja programação teve um caráter exclusivamente educativo e cultural, não permitindo qualquer tipo de anúncio com fins comerciais (MARTINS, 2007).

Martins (2007) ressalta que nessa época o governo de Getúlio Vargas viu uma oportunidade política importante com a emergência das rádios como um veículo de massas. Desse modo, Getúlio Vargas por meio do Decreto-lei nº 2.073 de 1940, já no período do Estado Novo, estatiza algumas emissoras de rádio e algumas agências de jornais, passando a considerá-los patrimônio da União.

Martins (2007) relata que a década de 1930 nasce conturbada, um exemplo é a crise econômica mundial causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, responsável por uma forte recessão econômica no Brasil agravada pela crise política, que culminou com a Revolução de

---

<sup>23</sup> O termo radiodifusão aqui se refere somente aos veículos de rádio e TV que são alvos de uma legislação específica desde 1962, não fazendo parte, portanto, do restante das outras tecnologias de comunicação, tais como telefone e internet.

1930. Esse acontecimento permitiu que o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, assumisse o poder, na forma de um governo Provisório legitimado depois pela constituição de 1934.

O autor, salienta que é de responsabilidade de Vargas as propostas de modernização política do Estado brasileiro, a partir do fortalecimento e centralização do poder na União em detrimento do País e a industrialização da economia nacional, que enxergou com clareza a força potencial do rádio, tanto em alcance quanto em profundidade, sobre a opinião pública, capaz de legitimar seu projeto de desenvolvimento.

Com isso, Getúlio Vargas lançou nos primeiros anos de seu governo dois instrumentos legais, o Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931 e sua respectiva regulamentação, o Decreto nº 21.111, de 01 de março de 1932, que, de forma inédita, estruturaram organicamente as comunicações brasileiras, classificadas então como serviços de radiocomunicação. Considerados marcos na regulamentação das comunicações no Brasil, estes dois decretos conseguiram sobreviver às Constituições Federais de 1934, 1937 e 1946.

Os Decretos 20.047 e 21.111 só foram integralmente revogados com a promulgação da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 que instituiu o primeiro e único, até os dias atuais, Código Brasileiro de Telecomunicações e, com a edição do Decreto nº 52.026, de 24 de maio de 1963, que aprovou seu regulamento geral. Foi a partir do Decreto nº 20.047 que o leque dos serviços normatizados foi ampliado, incluindo-se além das convencionais radiotelegrafia e radiotelefonia, a radiofotografia e radiofusão.

Importa destacar, conforme Martins (2007), que os instrumentos legais supracitados apresentaram uma grande novidade, qual seja, a citação precoce, de um novo serviço, que só viria a ser lançado no Brasil cerca de vinte anos mais tarde: a radiotelevisão. Já o Decreto nº 21.111, além de detalhar as disposições do Decreto nº 20.047, definindo serviços, estabelecendo padrões técnicos e impondo uma política tarifária para o setor, propôs a criação de uma rede nacional de estações da radiofusão. Essa rede facilitava a transmissão obrigatória de um programa diário produzido pelo governo federal, simultaneamente para todo país, denominado à época “Hora do Brasil”, nome que permanece até hoje.

Os anos de 1950, conforme Barbosa (2010), foram marcados pela inauguração da TV Tupi de São Paulo, de Assis Chateaubriand proprietário da cadeia de jornais Diários Associados. No decorrer da década de 1950, outras emissoras de televisão foram criadas. Assim, em

20 de janeiro de 1951, começaram as transmissões da TV Tupi Rio de Janeiro. Em 1953, foi instalada a TV Record, de São Paulo e em 1955, a televisão em Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luiz, Belém, Goiânia e Campina Grande, ampliando os domínios dos Diários e Emissoras Associados.

Para Martins (2007), o governo Jânio Quadros, empossado em janeiro de 1961, abalou as estruturas do setor de radiodifusão no Brasil, editando uma série de decretos que impunha regras rígidas ao funcionamento das emissoras de rádio e de televisão. O primeiro deles, o Decreto nº 50.540, editado em 12 de abril de 1961, considerava que a penetração da televisão e o seu alto poder de insinuação doméstica exigem a maior atenção do Governo, sendo necessário disciplinar as atividades comerciais das emissoras de televisão (MARTINS, 2007).

No dia 30 de maio do ano seguinte foi editado o Decreto nº 50.666 que tramitava no Congresso Nacional. Isto porque, a exemplo do projeto de lei em análise pelo Poder legislativo, o referido decreto previa a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), diretamente subordinado ao Presidente da República, estabelecendo sua estrutura e funcionamento. E foi mais além: determinou como uma das finalidades da CNT rever, coordenar e propor legislação sobre telecomunicações e seus órgãos de planejamento, execução e controle, devendo apresentar dentro de três meses após sua instalação o anteprojeto de lei complementar sobre radiodifusão (PIERANTI, 2007).

No dia 27 de agosto de 1962, com a presença de todos os diretores das estações de rádio e TV do Rio de Janeiro e de São Paulo, o presidente João Goulart sancionou o Código Brasileiro de Telecomunicações. Para surpresa de todos, entretanto, a sanção não foi integral, seguindo nitidamente os preceitos restritivos das políticas de radiodifusão estabelecidas por Janio Quadros, Jango impôs ao CBT 52 vetos relativos a artigos e expressões contrários aos interesses nacionais (PIERANTI, 2007).

Contudo, conforme Pieranti (2007), cabe observar que os vetos do presidente Goulart foram derrubados pelo Congresso Nacional, fato que deixa evidente a força de empresários de mídia no parlamento brasileiro. Prova disso, é que em reuniões que antecederam a votação sobre os vetos presidencial ao CBT, havia participado, por exemplo, Carlos Lacerda, dono da Tribuna da Imprensa, e Antônio Carlos Magalhães, que, com o tempo, viria a se tornar um dos principais nomes da radiodifusão nacional (PIERANTE, 2007, LIMA, 2006).

Cabe salientar que sob a bandeira da importância estratégica para a integração e o desenvolvimento nacional foi criada a Lei 4.117 que

definiu a política de telecomunicações, a sistemática tarifária e o plano para integrar as companhias num Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT); estabeleceu o Contel (Conselho Nacional de Telecomunicações); autorizou a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações SA (Embratel), que tinha como finalidade implementar o sistema de comunicações de longa distância; e instituiu o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) (PIERANTI, 2007).

Com a crise democrática que se instaurou com o governo Goulart e a tomada do poder pelos militares ocorreram mudanças também no campo da comunicação. Assim, de acordo com Gørgen (2009), com a ditadura militar, passa para a ordem do dia o projeto do Estado brasileiro de transformar a comunicação social em uma das salvaguardas da política de segurança nacional.

Assim, a partir de 1964, o lema dos militares era que as comunicações tinham, como objetivos, a promoção da integração e do desenvolvimento nacionais; a difusão da informação, educação e cultura; e a garantia da segurança nacional. Neste ambiente, de busca por desenvolvimento e segurança nacional, nasce a televisão<sup>24</sup> que iria hegemonizar os mercados e sistemas de comunicação no Brasil pelos próximos 40 anos (GÖRGEN, 2012).

Conforme Pierante (2007), uma das primeiras incursões dos militares no campo da legislação brasileira referente às comunicações foi o Decreto-Lei nº 236 de 1967, cujo maior mérito foi o estabelecimento de limites para a posse de emissoras de radiodifusão. Além disso, tratava-se de documento legal marcado já por um grau de autoritarismo que iria aumentar na legislação brasileira nos anos seguintes, como reflexo do endurecimento do regime militar nos mais diversos setores.

A Lei nº 5.250 de 1967, conhecida como Lei de Imprensa, também estabeleceu parâmetros coercitivos. Se, em seu art. 1o, afirma que é livre a manifestação do pensamento e a difusão de ideias, logo no *caput* do mesmo artigo é estabelecida a proibição de propagandas de guerra e de processos de subversão da ordem. A Lei de Imprensa estabelece punições, parâmetros para definição de responsáveis pelas matérias jornalísticas e do direito de resposta e obrigatoriedade de registro para publicações impressas (PIERANTI, 2007).

---

<sup>24</sup> Não há como falar de comunicação e mídia sem se deparar com a história da televisão, porém ela não é, por si só objeto de estudo desse trabalho. Para uma pesquisa mais detalhada sobre a televisão ver os trabalhos de Caparelli (2011).

Além desses marcos referentes à radiodifusão e à imprensa foram criados no regime militar, um conjunto de leis destinadas à sociedade civil de uma forma geral restringiu a liberdade de imprensa e a manifestação de ideias no Brasil. Trata-se dos chamados Atos Institucionais (AI). Assim, em 13 de dezembro de 1968 o AI-5 tornou-se conhecido e com base nele, o presidente da República poderia decretar o recesso do Congresso Nacional e de assembleias legislativas, intervir no governo de estados e municípios, cassar e suspender direitos políticos, decretar e prorrogar o estado de sítio, etc (PIERANTI, 2007).

Assim, na esteira das políticas de desenvolvimento e segurança nacional foi criado o Ministério das Comunicações, em 1967, cujo posto máximo, à exceção do que ocorreu no governo de Costa e Silva, foi sempre ocupado por um militar. Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado montou empresas estatais para capitanear os investimentos nessa área e modificou o aparato tecnológico voltado à transmissão de dados (PIERANTI, 2007).

Pieranti (2007) destaca ainda que é fruto dessa política dos militares a criação da Embratel (1965), da Telebrás (1972) e da Radiobrás (1975), por meio das quais foi possível consolidar e ampliar a comunicação via satélite e as linhas de transmissão de dados, viabilizar a TV em cores e aumentar a capilaridade da radiodifusão e da telefonia nacionais. Com essas inovações, tornou-se possível a integração de pontos remotos do país, contribuindo para a difusão da imagem ansiada pelos militares, sendo que coube às empresas privadas a modernização de seu próprio aparato técnico, em consonância com os investimentos em infraestrutura feitos pelo Estado.

Assim, em parceria com a iniciativa privada, notadamente com novos expoentes do empresariado dispostos a investir na radiodifusão, o Estado proporcionou uma expansão das emissoras de rádio e de televisão, não raro, para políticos e empresários aliados. Ainda que o regime militar tenha proporcionado a criação das emissoras educativas estatais tanto no âmbito federal quanto no estadual, criando, inclusive, legislação para esse fim, a expansão da radiodifusão foi alicerçada sobre base eminentemente privada e comercial (PIERANTI, 2007).

Aos poucos o Estado brasileiro, já sob os auspícios democráticos, diminuiu os investimentos em infraestrutura para as comunicações. Em um primeiro momento, salienta Pieranti (2007), os investimentos feitos durante o regime militar foram suficientes para atender às demandas, mas, na década de 1990, mostrava-se flagrante a defasagem da infraestrutura nesse campo e, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve um processo massivo de privatizações.

O autor destaca ainda que para operacionalizar as privatizações, o governo de FHC separou a radiodifusão da telefonia. A radiodifusão ficou regulada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, enquanto a telefonia passa a ser regulada pela nova Lei Geral das Telecomunicações (LGT) de 1997. A partir da LGT, foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como garantia para que o Estado mantivesse mecanismos para a regulação da telefonia e da transmissão de dados.

A Anatel também é a responsável pela regulação da TV por assinatura. Trata-se de autarquia especial que, legalmente, é independente do ponto de vista administrativo e autônoma do ponto de vista financeiro, comandada por dirigentes com mandato fixo e estabilidade e não subordinada hierarquicamente a nenhum órgão. Com funções principalmente no setor de telefonia, a Anatel é responsável, ainda, por administrar o espectro de radiofrequências e estabelecer as condições para a obtenção e transferência de outorgas nos serviços que regula (PIERANTI, 2007).

Contudo, conforme observa Pieranti (2007) apesar da pretensa neutralidade da Anatel o que se visualiza na realidade são conchavos políticos entre a mídia e o poder, bem como a manutenção das velhas práticas clientelistas no que se refere ao modelo de expansão da radiodifusão adotado durante o regime militar e intensificado no regime democrático das décadas de 1980 e 1990.

De acordo com o autor, a Constituição de 1988 em seu artigo 222, manteve a posse de emissoras de radiodifusão reservada a brasileiros natos, estendendo-a também, a partir de sua promulgação, a brasileiros naturalizados. No artigo 223, a Constituição Federal incorpora o Poder Legislativo à rotina do setor, como o responsável pela fiscalização das outorgas e das renovações de concessões de emissoras, historicamente feitas pelo Poder Executivo.

Contudo, o efeito dessa regulamentação é limitado. Em 2002, em face das crescentes dívidas das empresas de comunicação brasileiras, foram aprovadas uma emenda constitucional ao artigo 222 e a lei nº 10.610, abrindo as empresas de radiodifusão a investimentos estrangeiros, desde que limitados a 30% do capital total. Contudo, a fiscalização do Poder Legislativo se revelou inócua. Uma possível explicação para a falta de deliberação acerca de legislação sólida para a radiodifusão seria o notório interesse dos parlamentares por essas emissoras (PIERANTI, 2007).

Lima (2008) destaca também que, desde o início da redemocratização política, cresce o número de congressistas que

possuem relações pessoais com empresas de radiodifusão, seja na gestão ou na composição acionária destas. Parte das concessões foi ganha graças a uma prática comum na história recente da democracia brasileira, qual seja, o uso de emissoras como moeda de troca na relação com o Poder Executivo.

A exposição do marco legal do campo da comunicação no Brasil permite verificar as relações entre as organizações oficiais e hegemônicas de mídia no país e a política institucional. No entanto, como bem coloca a Teoria do Discurso aqui mobilizada toda hegemonia comporta brechas e resistência e nessas fissuras novas formas de sociabilidades e lutas políticas convivem, subvertem e transformam a realidade social. Esse é o caso das organizações de **mídia alternativa como o CMI** que diariamente buscam em suas práticas ser um veículo democrático de informação com a ajuda da internet e do ciberativismo.

A palavra mídia tem origem no latim *media*, plural de *medium*, meio. A mídia passou a designar, depois da invenção da imprensa, do rádio e da televisão, o conjunto de meios de comunicação social, ampliando-se na década de 1990 com a invenção da internet para outros meios virtuais (MORAES, 2005).

O CMI Florianópolis, objeto de pesquisa dessa tese, pode ser entendido como mídia alternativa que se contrapõe à mídia hegemônica. Assim como o CMI, há e houve muitas formas alternativas de transmissão das informações ao longo da história do homem. De acordo com Moraes (2005), no caso brasileiro, desde a época da Imprensa Régia havia a prática por aqueles dissidentes do governo da circulação clandestina de informações, que davam outra versão aos fatos ou faziam circular informações consideradas perigosas à Coroa Portuguesa.

Essa prática permanece viva até os dias atuais, e o CMI é um exemplo desse tipo de ato político. Além do CMI outros exemplos de mídia alternativa podem ser citados no Brasil: o *sitelibertar.org*, o *passa.palavra.info*, o *ponte.org*, o *artigo19.org*, o *apublica.org*, a Mídia Ninja<sup>25</sup> e sua defesa do midialivrismo<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Mídia Ninja é uma organização de mídia alternativa criada em 2011, fazendo um ativismo sociopolítico, declarando ser uma alternativa à mídia tradicional. O grupo tornou-se conhecido mundialmente na transmissão dos protestos no Brasil em 2013 que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. A Mídia Ninja é uma organização ligada ao coletivo cultural Fora do Eixo. Para mais informações acessar: <http://foradoeixo.org.br/>

<sup>26</sup> O termo midialivrismo que ficou conhecido nas redes sociais do facebook depois das jornadas de junho de 2013 em virtude da cobertura do coletivo de mídia alternativa conhecido como Mídia Ninja postou via facebook imagens em

A palavra alternativa para a mídia designa algo que se coloca como nova possibilidade diante do que é estabelecido, portanto, do que é hegemônico. A mídia cumpre papel importante na definição de valores e padrões a serem seguidos na sociedade, por isso, ao longo da história, os movimentos contestatórios usaram meios alternativos de comunicação, para fazer frente ao discurso proferido pela mídia hegemônica com seus interesses políticos e econômicos (MORAES, 2005). Em linhas gerais, a mídia alternativa visa ao exercício da liberdade de expressão, oferecendo outras versões dos fatos, democratizando a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir à transformação social. De acordo com Kucinski (1991), a mídia alternativa possui algumas características gerais, como: a) o rompimento de regras; b) a distribuição em pequena escala; c) poucos recursos financeiros para se manter; d) periodicidade indefinida; e) variedade de linguagens, sendo seu principal caráter o de resistência.

Para Kucinski (1991), o alternativo é diferente do tradicional, não somente por suas ideias contrárias, mas também em função de sua organização, em que predominam o voluntarismo e a cooperação não monetária e no envolvimento afetivo dos seus participantes (KUCINSKI, 1991).

O conteúdo alternativo da mídia alternativa, suas propostas e formas organizativas é tema central dos estudos de John D. H. Downing (2002), desde a década 1980 que, apoiado na abordagem gramsciana, realizou importantes reflexões sobre a mídia alternativa. O autor propõe

---

tempo real dos protestos de junho de 2013. O midialivrisimo, segundo Renato Rovai da revista Fórum tem inspiração jornalística na imprensa alternativa, mas suas demandas e construções são de outra ordem, bem mais diversas, bem mais plurais do que aquelas. O que caracteriza o midialivrisimo é a busca pela construção uma associação de jornalistas, blogueiros, revisteiros, documentaristas, fotógrafos, ilustradores, jornalistas, radiocomunicadores, professores que não têm a mídia comercial como referência do seu trabalho e que busque a luta pela democratização das comunicações. Nesse sentido, ser midialivrista é ter que negociar com o Estado pressionando-o para atender nossas demandas de financiamento e espaço para uma atuação midiática livre e democrática. Fonte: (<http://vermelho.org.br/noticia/47033-6>). Com relação ao midialivrisimo os voluntários do CMI dizem não reconhecer esse termo nem o movimento que lhe deu origem uma vez que não se identificam politicamente com parte das propostas que pleiteiam seus integrantes e nem como a forma que o fazem por meio de negociações com o Estado em busca de financiamento e reconhecimento.

uma visão bastante elaborada que ultrapassa a visão limitada da mídia como radiodifusão, percebendo as mediações artísticas em vários níveis. Downing (2002, p. 21) define mídia alternativa como:

(...) a utilização dos recursos da comunicação midiática em pequena escala, que assume diversas formas - rádio, imprensa, televisão, vídeo, teatro, tapeçaria, muralismo, grafite, foto montagens, vestuário, gravuras satíricas, pornografia, cartazes, culture-jamming e Internet para expressar uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas.

Para Downing (2002), geralmente, quando falamos de mídia alternativa ou qualquer forma de comunicação de resistência, o que vem às nossas mentes são meios comunicativos ligados a um pensamento de esquerda, que luta por mudanças estruturais na sociedade, atreladas principalmente ao anticapitalismo e ao antiliberalismo.

No entanto, Downing (2002, p. 47) alerta que a mídia alternativa engloba, também, práticas de caráter “negativo” como, por exemplo, os veículos de cunho fascistas, racistas e fundamentalistas que, conforme o autor, “força a sociedade a retroceder a problemas ainda mais grotescos do que os enfrentados hoje”.

As mídias alternativas englobam, ainda, uma diversidade de formatos que vão além do rádio e da televisão e têm, em seu âmago, a intencionalidade de romper regras, de propor uma ação reativa às lacunas e desinformações da grande mídia, além de se apropriar dos meios de comunicação de forma íntegra, expondo as demandas dos oprimidos/excluídos, criando redes que possam se opor aos ditames dos discursos hegemônicos (DOWNING, 2002).

Dessa forma, a mídia alternativa tem uma posição de resistência capaz de contrariar, contestar as estruturas ideológicas dominantes na tentativa de suplantá-las, quebrando o silêncio das chamadas minorias, refutando as mentiras e fornecendo outras verdades, que não a do discurso oficial. (DOWNING, 2002).

A mídia alternativa, a partir da década de 1980 com o advento da internet, passa a atuar também no espaço virtual, fazendo dele seu maior meio de divulgação das lutas sociais, bem como o utilizando como um espaço para a discussão e o compartilhamento de ideias sobre política, economia, sociedade, etc.

Assim, a invenção da internet foi um marco importante para as mídias alternativas, uma vez que, segundo Malini e Antoun (2013, p. 19) ela possibilitou a invenção do ciberespaço, “território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens, ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões em comunidades virtuais”.

O ciberespaço congrega inúmeros grupos ativistas que praticam o ciberativismo: “ações coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa” (MALINI e ANTOUN, 2013, p.20). Assim, na história da militância política, com o advento da Internet e a prática do ciberativismo, tornar-se-á rotina comum a política de vazamento de informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares dos Estados.

Além disso, as práticas do ciberativismo promoveram apoio à articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis, amparados em torno de instituições não governamentais que usam a internet na organização de suas lutas ou para vazar notícias que sofrem barreiras das censuras políticas e econômicas locais (MALINI e ANTOUN, 2013).

Os autores revelam ainda que, com o ciberativismo se vai além do ativismo social, ampliando o alcance das informações. Antes da internet, a *guerrilha midiática* acontecia com a produção de contrainformação, usando o meio da radiodifusão (rádio, especialmente) e mídia impressa. Com a invenção do ciberespaço, a guerra de informação ocorre de modo subterrâneo, entre aqueles que possuem centrais de comunicação mediadas por computador (MALINI e ANTOUN, 2013).

Castells (1999) aponta que o advento da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação (NTICs), voltadas às ações coletivas alcançaram outros patamares com a diversificação das pautas e reivindicações, aparentemente adormecidas, como o livre acesso e produção coletiva do conhecimento e informação; novas possibilidades de mídia alternativa; o movimento do software livre; a constituição de redes e as questões relativas ao direito autoral são elementos que trazem à tona novas práticas e discursos às mídias de contestação.

O movimento do software livre, por exemplo, surgido na década de 1980, questionou radicalmente a propriedade intelectual, os *copyrights*, optando pela prática da abertura dos códigos fontes dos programas de computador, quebrando, desse modo, com a lógica da propriedade privada.

De acordo com Richardson e Kleinner (2006), o direito autoral como conhecemos hoje, nem sempre existiu; ele é uma construção histórica intrínseca ao sistema de produção capitalista. Da mesma forma, o ato de plagiar, reproduzir, distribuir e acessar obras literárias, filosóficas e políticas sem permissão do autor, nem sempre foi visto como um crime. Pelo contrário, se não fosse essa reprodução muitos dos conhecimentos construídos por civilizações milenares estariam perdidos. Nesse sentido, em sinal de repúdio a normas impostas pelo capitalismo, como a centralidade do mercado nas relações humanas e a propriedade privada sem razão social, os ativistas do movimento *Software Livre* se insurgem (RICHARDDSON e KLEINNER, 2006).

Conforme os autores, o questionamento da propriedade intelectual tem uma tradição anterior ao movimento do software livre, por meio de pessoas e grupos que se manifestaram contra o surgimento do autor proprietário, tais o dadaísmo, movimento surgido em Zurique, durante a I Guerra Mundial que rejeitava a originalidade artística; para eles, todas as obras consistiam em reciclagem e remontagem, sendo seu ilustre representante Marcel Duchamp (RICHARDDSON e KLEINNER, 2006).

Os autores revelam ainda como exemplo de contestação à propriedade intelectual, os situacionistas, grupo que definia a si mesmo como uma vanguarda política e artística e que, nos anos 50, tinham como prática a criação de textos coletivos e frequentemente anônimos. Além disso, os autores lembram que, ao longo dos anos 60, 70 e 80, expressões da contracultura hippie e punk se colocaram contra à propriedade intelectual, através de suas práticas de compartilhamento dos bens culturais produzidos coletivamente, o faça você mesmo, gerando alternativas coletivas em resposta à mercantilização do conhecimento e da tecnologia.

No âmbito das **disputasdiscursivas** em torno das questões da propriedade intelectual (*copyright*), o ano de 1984 foi emblemático em razão da criação da *Free Software Foundation*, que abriu possibilidades de ativismo no terreno da produção e distribuição de *software*, ao ser criado o sistema operacional GNU<sup>27</sup> e a licença pública copyleft (esquerda autoral), cuja origem do termo vem do trocadilho com

---

<sup>27</sup>A sigla GNU significa Gnu's Not Unix. A palavra "Gnu" faz parte da abreviação GNU, isso se chama um acrônimo recursivo. O GNU é um sistema operacional de código aberto, ou seja, é um software livre. Já o sistema operacional Unix é propriedade do The Open Group, um consórcio formado por empresas de informática (<http://idilix.net/pt-br/post/que-gnu>).

copyright (direito autoral). A gênese do Movimento do Software Livre se remete à figura do seu fundador, o programador norte-americano Richard Stallman que, na década de 80, trabalhava no Massachusetts Institute of Technology (MIT) (MALINI e ANTOUN, 2013).

O MIT comprou uma impressora matricial que, desde o início de seu uso, apresentou problemas de configuração. O então programador Richard Stallman se propôs a acabar com o problema, solicitando à empresa fabricante o código-fonte (a sequência das instruções do programa) da impressora, para que o erro pudesse ser corrigido. Contudo, a empresa se negou a disponibilizar o código, alegando razões comerciais, e os programadores tiveram de seguir, torcendo para que o diabólico aparelho não triturasse seu trabalho (MALINI e ANTOUN, 2013).

Este fato fez com que Stallman se pusesse a trabalhar, incessantemente, em software livre para que ninguém pudesse se apropriar do código de um programa, sendo que qualquer pessoa pudesse usar e modificar os programas da forma que quisesse. Stallman decidiu produzir um sistema operacional baseado no Unix, pois assim o sistema seria portátil e seus usuários poderiam migrar para ele com facilidade (MALINI e ANTOUN, 2013).

Em 1984, o programador norte-americano concluiu seu feito, batizando-o de Projeto GNU, o marco fundador do Movimento do Software Livre. Logo após o lançamento desse sistema operacional, seu criador o caracterizou como software livre, sobre o qual estava embutida a ideia de liberdade de: a) executar um programa com qualquer propósito; b) modificar o programa e adaptar às necessidades do usuário com acesso, portanto, ao código fonte; c) redistribuir cópias, tanto grátis como com taxa; d) distribuir versões modificadas do programa (MALINI e ANTOUN, 2013).

Contudo, Stallman, observando a rápida massificação do seu invento, por meio de uma distribuição livre e temendo que alguém se proclamasse, unilateralmente, dono da sua criação, criou a licença *copyleft*. A ideia central do *copyleft* é permitir a qualquer pessoa executar o programa, copiá-lo, modificá-lo e redistribuir versões modificadas, mas sem permissão de reclamar sua propriedade (MALINI e ANTOUN, 2013).

O *copyleft* utiliza o mesmo modelo da lei dos direitos autorais, mas, inversamente, no termo do propósito habitual: em vez de ser um meio de privatizar o software, torna-se um meio de mantê-lo livre. Não há brecha no *copyleft* à permissão de uma combinação entre um programa livre com outro proprietário. Se for usado um código livre

para modificar um *software* não livre, a versão final tem de ser copyleft (MALINI e ANTOUN, 2013).



### 3. ARTESANATO INTELLECTUAL: NOTAS SOBRE O CAMINHO DA PESQUISA

Esse trabalho foi construído com base na epistemologia pós-estruturalista, um pensamento antiessencialista para o qual, as opções de métodos são escassas; dentre elas, podemos citar o desconstrucionismo derridiano, as análises de discurso, os métodos arqueológicos e genealógicos foucaultino e a chamada metodologia reflexiva (HOWARTH, 2005; VERGARA, 2005).

Importa observar que essa escassez de método não é por acaso, uma vez que a emergência das abordagens antiessencialistas é recente na história das ciências sociais, contrapondo-se nessa disputa pela interpretação da realidade às abordagens fenomenológicas e positivistas (VERGARA, 2005). Dessa disputa faz parte, também, a noção de sujeito, defendida pelas abordagens que concorrem pela explicação da realidade. Assim, **o método nos termos da Teoria do Discurso (epistemologia pós-estruturalista) necessita suportar, como pressuposto, a ideia de um sujeito sem essência.**

O que se observa com frequência segundo os estudos de Oliveira et al (2013), é que a complexidade da crítica epistemológica pós-estruturalista afasta muitos pesquisadores iniciantes e faz com que outros incorporem parte de seu discurso e de sua linguagem sem, contudo compreenderem, profundamente, as implicações ontológicas e metodológicas de seus pressupostos.

Os **pressupostos epistemológicos** que a sustentam partem de algumas premissas que precisam ficar claras na pesquisa, entre as quais está a ideia de que **não há neutralidade possível na ordem do discurso, não há como separar sujeito e objeto, tampouco excluir do processo de pesquisa as experiências vividas pelos sujeitos em todos os aspectos de sua vida.**

Desse modo, a ideia, segundo a qual é possível separar a vida pública da vida privada, é uma ilusão na medida em que **o sujeito não interpreta papéis, mas é interpelado pelo discurso e ideologias.** A partir dessa sobredeterminação, o sujeito constrói parcialmente sua identidade, carregando-a consigo para todos os lugares, seja no trabalho, no lazer, na igreja, na família, na escola, no parlamento e na pesquisa.

Nesse sentido, defende-se aqui que, abraçar os pressupostos do pensamento antiessencialista e antifundacionista, **é entender que não realizamos investigações/pesquisas livres de valores e afetos.** Por que o pesquisador também é sujeito, portanto se encontra atravessado e

interpelado pelas formações discursivas e por identificações ideológicas como qualquer sujeito falante. O que o pesquisador faz é questionar os valores derivados dos pressupostos epistemológicos de sua abordagem, considerando que, **em uma perspectiva antiessencialista, não há lugar a certa fixação significativa/objetiva que não seja, por sua vez, ética e política.**

Como propõe David Howarth (2005), a própria teoria deve ser observada como um discurso contingente a ser articulado com os discursos sociais, o que também se constitui num processo discursivo, atravessado por relações de poder que devem ser reconhecidas e levadas em conta no trabalho do pesquisador.

Com base nesses pressupostos, essa tese foi inspirada nas reflexões de Wright Mills em seu texto *Artesanato Intelectual*, que aponta o caminho da pesquisa e recupera o sentido original da ideia de método, palavra de origem grega (*methodos*), cujo significado é caminho, rota para se chegar a um fim<sup>28</sup>. **Por essa acepção se entende que não há fórmulas, leis, receitas, mas sim um caminho escolhido para a pesquisa, guiado pela escolha epistemológica e ontológica, com o objetivo de investigar e construir o seu objeto.**

Wright Mills (1985) defende uma prática de pesquisa, a qual denomina de artesanal em detrimento à atitude fechada, formalista e instrumental da pesquisa sociológica de sua época. A pesquisa, teorizada por Wright Mills é caracterizada pelas escolhas do pesquisador em todo o processo da pesquisa, desde a definição do tema, passando pela organização dos arquivos até à exposição dos resultados.

A atividade de pesquisa consistiria, assim, num artesanato intelectual que permitiria tanto a criação das condições à interpretação da realidade, quanto liberar a imaginação do pesquisador, de modo a torná-la permeável a novas questões e possibilidades de resposta.

À maneira de um artista, o artesão intelectual precisa estar atento às combinações não previstas de elementos, numa palavra, atendo a contingência, evitando normas de procedimento rígidas que levem a um “fetichismo do método e da técnica” (MILLS, 1980, p. 56).

A imaginação sociológica é estimulada pela postura de artesão intelectual que, no exercício desse artesanato, combina, de forma original, experiências recolhidas do trabalho e da vida num processo contínuo de enriquecimento mútuo. Em seu trabalho acadêmico, usa as experiências de vida, abrindo espaço ao crescimento recíproco (MILLS, 1980).

---

<sup>28</sup><http://www.dicionarioetimologico.com.br/metodo/>

Pode perguntar-se: como fazer isso? A resposta de Mills é clara: organizar um arquivo, manter um diário. Unidas, experiência pessoal e reflexão profissional no arquivo, sendo continuamente revisitado e rearranjado; desta maneira, o artesanato intelectual estimula a imaginação sociológica. A manutenção de um arquivo como o proposto por Mills (1980) contribui com o hábito da autorreflexão, por meio da qual o pesquisador social aprende como manter seu mundo interior desperto, relacionando àquilo que faz, intelectualmente, e o que está experimentando como sujeito.

Corroborando essa perspectiva, as reflexões de Howarth<sup>29</sup> (2005) contribuem ao entendimento que faço nessa tese sobre o processo de pesquisa. De acordo com o autor, o método não é sinônimo de um conjunto de regras e técnicas neutras que podem ser aplicadas, mecanicamente, a todos os objetos empíricos. Howarth (2005) cita Foucault, para o qual é necessário refletir a respeito de como conduzimos nossas pesquisas e para o qual **o processo de pesquisa está inextricavelmente ligado a questões epistemológicas e ontológicas.**

Construir a pesquisa com base em pressupostos pós-estruturalistas é permitir que a contingência das identidades e das práticas sociais sejam reveladas, mostrando as possibilidades excluídas pelas lógicas dominantes. É admitir, entre outras coisas, que sejam feitas interpretações de interpretações, como também que as práticas sociais são, em parte, construídas pelas crenças e desejos dos sujeitos, havendo uma relação íntima entre as ações e os significados subjetivos e que a compreensão do sentido pressupõe um conjunto de práticas compartilhadas. (HOWARTH, 2005).

Em consequência, um aspecto chave da Teoria do Discurso é o esclarecimento cuidadoso dos objetos de estudo, problematizando-os mediante sua descrição, interpretação e compreensão. Assim, pela Teoria do Discurso, isto significa que os dados devem ser situados

---

<sup>29</sup> David Howarth foi orientado por Ernesto Laclau em seu doutorado (1990/1995) no curso de Pós-graduação em Análise de Discurso e Ideologia na Universidade de Essex. Atualmente ele é professor no Departamento de Governo e codiretor do Centro de Estudos Teóricos da Universidade de Essex. Ele é antes de tudo um teórico político, cujo principal interesse são pelas teorias pós-estruturalistas da sociedade e da política, centrados especialmente no estudo empírico das ideologias políticas e discursos; a relação teórica entre o espaço, o tempo e a política; e as interseções entre identidade, diferença e subjetividade. Desde seu doutoramento David Howarth tem sido um interlocutor privilegiado da Teoria do Discurso refletindo sobre sua potencialidade de explicação da realidade.

dentro do contexto discursivo em que foram gerados, e que a sua interpretação é baseada nos conceitos teóricos definidos por sua ontologia, não esquecendo que as interpretações são, em última instância, contingentes e contestáveis. (HOWARTH, 2005).

Cabe destacar ainda, que um pensamento antiessencialista, assim como o da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, enfrenta grandes desafios no distanciamento tanto das perspectivas fenomenológicas quanto das positivistas. Por isso, a escassa reflexão metodológica, conforme assinala Howarth (2005), não é por acaso, senão uma expressão que marca a dificuldade de enfrentar coerentemente essa complexa e, em alguma medida, insolúvel tensão entre sujeito e objeto.

Nesse caso, o que se percebe é que há permanente tensão entre o posicionamento antiessencialista da epistemologia pós-estruturalista, que fundamenta a Teoria do Discurso e certa posituação do sentido na hora de desenvolver um método de pesquisa sobre problemas específicos. Howarth (2005) alerta à possibilidade de ficarmos capturados pelos críticos, que qualificam qualquer reflexão sobre o método como cúmplice do positivismo e àqueles que, ao contrário, consideram ditas reflexões como pouco científicas e prescritivas.

Assim, tendo em vista a posição epistemológica da qual parto nessa pesquisa, bem como pela natureza do objeto deste estudo, a opção de pesquisa é a qualitativa. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa consiste num conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo, na tentativa de entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados conferidos a eles pelos sujeitos.

Nesse sentido, em coerência com o pensamento de Laclau e Mouffe (1987), para quem uma abordagem que permita compreensão adequada de um discurso requer sua análise a partir do contexto social e político, no qual foi (re)produzido; escolhi o estudo de caso como orientação de pesquisa aqui desenvolvida.

Stake (2000), por exemplo, recomenda que a escolha do caso a ser estudado possa ser capaz de representar o fenômeno de forma mais abrangente, buscando nesta representatividade a melhor explicação possível para um determinado fenômeno. Nesse sentido, torna-se importante levar em consideração o que se pode aprender com o caso, selecionando aquele que apresente as melhores oportunidades de aprendizado.

Desse modo, a escolha do CMI Florianópolis para investigação é antes de tudo uma escolha política em virtude de o CMI se posicionar categoricamente contra o capitalismo e o neoliberalismo, bem como

contra o poder e o monopólio da informação da mídia hegemônica e a seu *modus operandis* de produzir informações. O CMI Florianópolis é uma organização de resistência e se opõe ao capitalismo, neoliberalismo e à mídia hegemônica por meio da prática de seus **princípios políticos e organizacionais: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta** de clara inspiração no anarquismo libertário<sup>30</sup>.

Assim, em função da visão de mundo e, portanto do campo de pesquisa defendido nessa tese, o caminho metodológico escolhido foi o da via militante. A ideia de militar com o CMI durante a pesquisa me proporcionou o contato e a vivência de momentos diversos da vida cotidiana do CMI, momentos que a simples observação direta e entrevistas semiestruturadas não me dariam.

À luz destas considerações, realizei nessa pesquisa os procedimentos de coleta e geração de dados, desde minha militância junto ao Centro de Mídia independente, realizada entre os meses de fevereiro de 2013 a agosto de 2014.

Ainda no período de construção dessa problemática de estudo, entrei em contato por e-mail com os membros de CMI Florianópolis, expondo minha vontade de fazer parte da organização. O retorno foi positivo e no dia 22 de fevereiro de 2013, às 15horas, na Praça XV de Novembro em Florianópolis participei da primeira reunião como aspirante a membro do coletivo CMI Florianópolis. Fui bem recebida por eles ao me apresentar e expor minhas intenções militantes e de pesquisa. Estavam presentes quase todos os membros do coletivo (cinco

---

<sup>30</sup> O campo libertário surge no século XIX com o anarquismo, muito especialmente com Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876). Contudo, desde a segunda metade do século XX, o anarquismo dos clássicos (Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin, Malatesta) que compõe o chamado anarquismo clássico, não esgota, o pensamento e a práxis libertários, dado que a partir dos anos 50 e 60 emerge o neoanarquismo e o autonomismo que podem ser vistos como manifestações mais ou menos distintas do ethos libertário: o comprometimento simultâneo com a liberdade e a igualdade, com os direitos individuais e com os direitos coletivos, com o polo da autonomia individual e com o polo da liberdade coletiva; e, conseqüentemente, a “guerra em duas frentes” contra o binômio capitalismo e democracia representativa, corretamente identificada pelo filósofo autonomista Cornelius Castoriadis como uma “oligarquia liberal” e o socialismo burocrático e suas raízes autoritárias no marxismo, chamado por Bakunin de “comunismo autoritário” (SOUZA, 2006).

integrantes do coletivo, na ocasião) e, daquele momento em diante, fiz parte de todas as reuniões.

Permaneci com o CMI, participando de suas reuniões e atividades políticas de fevereiro de 2013 até sua dissolução em novembro do mesmo ano, no qual o CMI, por intermédio de ato político, sobre o qual veremos nos próximos tópicos, pediu o desligamento da rede Brasil. Observa-se que desde a dissolução do CMI até agosto de 2014, fiquei acompanhando os ativistas em suas múltiplas militâncias noutros coletivos de luta política, dentre os quais, o Movimento Passe Livre e a Frente Autônoma de Luta por Moradia, ambos localizados em Florianópolis, de modo que mantive contato com os voluntários extinto CMI Florianópolis até o final desta pesquisa.

Durante minha estadia no CMI Florianópolis pude conhecer, fora dos espaços das reuniões e das lutas políticas, os ativistas desse coletivo de mídia, em confraternizações ou caminhadas até o ponto de ônibus, quando saíamos das extensas reuniões. Os voluntários do CMI, embora soubessem dos meus interesses de pesquisa, parecia-me não estarem preocupados com essa questão, tratando-me sempre como uma companheira de luta.

Durante a pesquisa com o CMI, os dados foram gerados por meio da observação e participação nas atividades do coletivo: reuniões, confecção de textos para o site, organização das coberturas das lutas sociais na cidade, etc, bem como pelas conversas mantidas com os voluntários do CMI. Realizei, também, a coleta de documentos, vídeos, fotografias e informações no site do Centro de mídia Independente. Fiz anotações das minhas impressões sobre o CMI em um caderno de campo. Sempre que era possível durante as reuniões eu anotava os assuntos tratados e as minhas impressões sobre a dinâmica organizacional do CMI perante as decisões a serem tomadas nesses momentos.

Ao longo da pesquisa, atingi seis conversas em profundidade, todas gravadas e transcritas integralmente, para complementar as informações sobre o coletivo e tirar algumas dúvidas surgidas a partir dos processos de interpretação dos dados coletados.

A análise dos dados (falas, ações, documentos, entre outros, gerados durante a pesquisa) em consonância à perspectiva epistemológica dessa tese, foi interpretativa e ocorreu ao longo e depois da coleta daqueles. Os dados foram analisados mediante os conceitos que dão corpo à Teoria do Discurso e à psicanálise lacaniana.

A Teoria do Discurso é uma ontologia sobre o social (MENDOÇA, 2012), para a qual o social é conflito e caos e o discurso é

uma maneira de constituir certa ordem e inteligibilidade ao social. Portanto o discurso é uma construção política e ensaja uma disputa pela definição de uma visão de mundo.

A abordagem laclauiana é composta por uma série de conceitos importantes, tais como hegemonia, articulação, ponto nodal, significante vazio, antagonismo, deslocamento que se constituem um em relação ao outro não podendo ser dissociados. A concepção de sujeito pressuposta nas teses de Laclau (1994) é o sujeito falta-a-ser lacaniano.

Entretanto, como Laclau não explicita o longo de sua obra o que entende como sujeito lacaniano, precisei recorrer aos trabalhos de Lacan para poder compreender a noção de sujeito como falta de modo a conseguir fazer a conexão com o objeto de estudo dessa tese, a organização da resistência do CMI Florianópolis.

A categoria da Teoria do Discurso que me permitiu fazer essa operação, de ligação sujeito e organização, rompendo de maneira radical com os falsos dualismos, foi o **ponto nodal**. O ponto nodal me possibilitou compreender a relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência na medida em que o ponto nodal articula a busca do sujeito, via identificações (processos inconscientes), aos objetos dos discursos que possam completar sua falta constitutiva, um processo que conduz a constituição de sua identidade/subjetividade de forma precária e contingente.

Com relação aos sujeitos da pesquisa, os voluntários do CMI Florianópolis, pude perceber durante a pesquisa que, paradoxalmente, apesar de militarem em um coletivo de mídia, não gostavam de exposição pública, não se deixavam fotografar durante os protestos que cobriam tampouco se identificavam em seus textos publicados no site do coletivo. Segundo os ativistas, essa não exposição era uma estratégia de segurança.

Assim, para realizar a pesquisa, os voluntários do CMI me deram permissão para fazer anotações sobre as suas atividades diárias, bem como para gravar algumas conversas, com a única condição de não identificar nenhum voluntário.

Assim, respeitando essas condições, faço a descrição do perfil dos voluntários do CMI, utilizando codinomes, os quais são uma prática comum na militância autonomista por questão de segurança; eu mesma tive um codinome durante o tempo em que permaneci com o CMI. Meu codinome era Ariadne.

- Rox: 27 anos estudante de filosofia. Entrou na militância política em Porto Alegre desde os 15 anos começando em

grupos anarcopunks, com quem permaneceu por 7 anos. Entrou para o CMI no ano de 2008, permanecendo até sua dissolução. Rox atuava com atividades ligadas à tecnologia e manutenção do site.

- Atenas: 26 anos, mestre em sociologia política. Atuou militância na política desde os 14 anos, começando junto ao movimento estudantil de sua cidade em Brasília. Entrou para o CMI em 2005, permanecendo até sua dissolução. Juntamente com o CMI, Atenas também militava no Movimento Passe Livre. Atenas cuidava da produção textual do CMI e fazia parte do Coletivo Editorial;
- Cazu: 40 anos, doutorando em sociologia política e professor na rede pública de educação. Entrou na militância política aos 15 anos, atuando inicialmente no movimento estudantil da sua cidade em Florianópolis. Participou da construção do CMI em Florianópolis, tendo alguns períodos de afastamento; fez parte do coletivo até a sua dissolução. Juntamente com o CMI, Cazu militava em outros coletivos de luta política de orientação anarquista. Cazu realizava as coberturas dos protestos, fotografando e fazendo vídeos.
- Bozo: 27 anos, bacharel em geografia e professor na rede pública de educação, atuou, desde os 15 anos na militância, inicialmente no movimento estudantil de sua cidade. Entrou para o CMI em 2009, permanecendo até sua dissolução. Bozo realizava, juntamente com Cazu, as coberturas de (fotos e vídeos) dos protestos e manifestações dos quais o CMI participava. Bozo militava também, além do CMI, num coletivo anarquista.
- Vini: 25 anos, mestre em geografia. Na militância política desde os 15 anos, inicialmente no movimento estudantil de sua cidade. Entrou para o CMI em 2009, permanecendo até a dissolução do CMI. Vini, juntamente com Atenas cuidava da produção textual de matérias para o site. Vini, além do CMI, militava também na FALM.
- Goya: 25 anos, bacharel em ciências sociais. Na militância política desde os 14 anos. Começou a militar no movimento anarcopunk. Entrou para o CMI em 2005 e permaneceu até sua dissolução, tendo breves afastamentos. Cuidava da edição e legenda de vídeos. Também militava no MPL.
- Ruth: 23 anos, estudante de história. Na militância política desde os 15 anos. Iniciou no movimento estudantil. Cuidava da

parte de editoração de vídeo e legenda. Militava também em um coletivo anarquista feminista.

- Pancho: 35 anos, bacharel em ciências sociais. Na militância política desde os 16 anos. Começou em coletivos anarquistas. Sua atividade no CMI foi editoração de vídeo e produção de texto. Militava também num coletivo anarquista.

### 3.1. NOTAS SOBRE O PROCESSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Como se houvesse um fio que me ligasse àqueles sujeitos da pesquisa, a toda aquela engenharia de subversão, sigilo e insurgência, eu era, agora, Ariadne. Um codinome que serviria para me identificar no *Riseup*<sup>31</sup>, um gerenciador seguro de *e-mails*, um destes dispositivos do nomadismo e da subversão, fundado e conduzido por ativistas e hackers que lutam contra a propriedade intelectual da informação e das ferramentas que possibilitam sua disseminação. As comunicações travadas por meio do *Riseup* estavam a salvo dos mecanismos de controle, da ordem, do Estado, do Google, do espaço estriado de ordenamento.

No mito de Ariadne, Teseu, um jovem herói ateniense, sabendo que a sua cidade devia a Creta um tributo anual de quatorze jovens para serem entregues e devorados pelo monstro Minotauro, solicitou ser incluído entre eles. Em Creta, encontrando-se com Ariadne, a filha do rei Minos, recebeu dela um novelo de fio de ouro que deveria desenrolar ao entrar no labirinto, onde o Minotauro vivia encerrado. Recolhendo o fio que desenrolara Teseu, poderia encontrar a saída. O herói ateniense adentrou o labirinto, matou o Minotauro e, com a ajuda do fio que Ariadne lhe dera, encontrou o caminho de volta (VERNANT, 1999).

---

<sup>31</sup> O coletivo *Riseup* se define como uma organização autônoma e independente com o objetivo de ajudar na criação de uma sociedade livre, um mundo sem hierarquias e opressão, onde o poder é compartilhado de forma igual. Para atingir seus objetivos, os membros do *Riseup*, fornecem recursos de comunicação e informática para os ativistas engajados nas lutas antissistêmicas. São recursos de *e-mails* seguros para os ativistas e servidores espalhados pelo Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Estados Unidos e Alemanha, que auxiliam na criação de páginas e projetos usando sempre software livre. Para o *Riseup* esse tipo de ação política é fundamental para segurança dos movimentos e seus membros frente às ações dos governos, que buscam cada vez mais utilizar das tecnologias digitais meios de controle e mapeamento das ações políticas (<http://help.riseup.net/about-us>).

Poderíamos dizer que Labirintos não têm saídas ou têm apenas uma de difícil localização. São construções arquitetônicas sem aparente finalidade, de complicada estrutura, na qual, uma vez em seu interior é quase impossível encontrar a saída, a menos que encontremos o seu segredo, reconhecemos as suas encruzilhadas e tenhamos o fio que nos conduza por seus trajetos (VERNANT, 1999).

O labirinto pode ser concebido como um nó que deve ser desatado, a exemplo do nó Górdio desatado por Alexandre, o grande. Esse nó é normalmente associado a um problema insolúvel que é resolvido quando o nó é, por engano, desatado pelo acaso e contingência da situação. (VERNANT, 1999).

Metaforicamente, o labirinto, assim como o discurso, apresenta um excesso de significado sobre o qual construir um sentido é uma tarefa árdua, já que cada palavra pode ser o elo para um novo texto ou uma nova história sobre o mesmo assunto e assim sucessivamente. Assim, infinitas portas vão se abrindo no sentido de se ampliar o conhecimento sobre determinado tema, à semelhança de um labirinto que se abre em novas salas que conduzem a novas passagens num movimento incessante, a não ser que se ache uma saída ao acaso.

Nessa metáfora, o fio de Ariadne pode significar o **ponto nodal**, a referência sobre a qual os **afetos** se depositam, a fim de encontrarem uma possível significação, no caso do **discurso/labirinto**, para que o sujeito não fique à deriva angustiante do não sentido. Eu era, então, Ariadne e estava ligada como que por um fio mágico aos voluntários do CMI Florianópolis e **identificada** com suas lutas e ideologia.

Mas como, afinal, tomei conhecimento do CMI, a quem me liguei com o codinome Ariadne? No segundo ano do curso de doutorado, cursei disciplinas no Programa de Pós-graduação de Sociologia Política da UFSC, onde conheci Cazé, voluntário do Centro de Mídia Independente de Florianópolis. Naquele momento, vislumbrei mais especificamente meu objeto de pesquisa, o CMI Floripa, conforme se autodenominavam os membros daquele coletivo de mídia alternativa. A partir desse contato com Cazé, passei a pesquisar na internet sobre o CMI e tomei conhecimento da história do seu surgimento, bem como de seus princípios basilares, com os quais conduzem a luta política: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia e independência. A essa época, estávamos no final do ano de 2012.

Depois de algumas leituras para conhecer mais da história desse coletivo de mídia alternativa, voltei a fazer contato com o CMI em fevereiro de 2013, solicitando participação na lista de e-mail e também ingresso no coletivo como militante. Em resposta, os membros do CMI

me convidaram a participar da reunião que ocorreria em 15 dias, quando conversaríamos sobre meu ingresso no coletivo.

Chegou o dia da reunião e eu estava ansiosa e ensaiando mentalmente o que diria na hora de me apresentar e falar dos meus objetivos com o coletivo. Mas, como veremos nessa pesquisa, em que é proposta uma reflexão sobre o sujeito, há forças inconscientes que agem sobre os sujeitos e nem sempre aquilo que é pensado, com antecedência, realiza-se conforme o que foi planejado. Na hora eu não consegui falar nada daquilo que tinha imaginado antes. Uma das coisas que logo me chamaram a atenção foi o local escolhido para a reunião, a Praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis.

Penso ser importante expor essa experiência com o CMI, porque ela começa já a me colocar diante de uma situação que rompe com o pensamento *mainstream* em Administração, na medida em que a reunião foi realizada em um local aberto ao público, com ruídos ao redor, pessoas passando o tempo todo e perguntando as horas, pedindo cigarros ou dinheiro. Ah, os cigarros, eu que não fumo passei a conviver com eles, quinzenalmente, porque eram uma presença constante durante as reuniões.

A reunião tinha uma pauta, e o primeiro ponto era sobre o meu ingresso no coletivo. A reunião começou com a apresentação do coletivo, sua história, princípios éticos e políticos, presentes em sua política editorial, do qual não abrem mão para quem vai ingressar no coletivo. Foi-me exposto, então, que para fazer parte do coletivo era necessário respeitar a política editorial do CMI, bem como os princípios que comandam a organização das lutas sociais e do dia-a-dia do coletivo, quais seja: **a horizontalidade, a não liderança, a autonomia/independência e o consenso.**

Logo após essa exposição sobre o CMI, os voluntários pediram que me apresentasse e falasse os motivos de eu querer militar no CMI. Falei que era estudante da UFSC, fazendo doutorado na área de Organizações e que tinha interesse de pesquisa no CMI, além de um sonho de militar em algum movimento social. Expus um pouco da pesquisa que, na época ainda não estava bem delimitada, mas já era de meu conhecimento que estudaria o sujeito político na organização da resistência.

O clima durante a reunião que durou cerca de duas horas foi de descontração e brincadeiras, permeado por assuntos sérios, tratados na pauta de como organizar uma discussão com os coletivos autonomistas de Florianópolis sobre o facebook e as redes sociais ligadas ao *copyright*. O CMI detém uma crítica contundente sobre esses espaços

corporativos à luta social e propunha uma discussão ampliada sobre os pontos positivos e negativos das redes sociais como suporte à luta política. Outro item da pauta era o de reativar a Rádio Tarrafa, uma rádio livre que funcionava da UFSC, cujos equipamentos foram apreendidos pela polícia há alguns anos.

E por fim, naquela tarde de sábado, o último ponto tratado na reunião foi sobre uma situação que aconteceu internamente em um CMI ligado à rede Brasil, como veremos no decorrer do trabalho, que colaboraria para o fim do CMI Floripa em poucos meses da minha entrada no coletivo. Fui aceita do CMI Floripa em março de 2013, participei de sete reuniões, realizei algumas atividades e, em novembro do mesmo ano, o CMI Floripa pediu desligamento da rede Brasil, como protesto e ato político, em função da falta de consenso diante de um acontecimento de agressão num CMI integrante da rede no Brasil.

No decorrer da minha participação nas atividades do CMI, pude vivenciar e observar suas práticas organizacionais. Vi, que para se comunicarem, os voluntários do CMI utilizavam *email*, *chat* e as listas de discussões: editorial, de tradução, de vídeo, técnico, etc.; não era usado qualquer servidor de e-mail, somente o *Riseup*, por segurança.

Outra prática comum é a utilização e contínua recomendação aos parceiros de lutas e aos novos voluntários, dos softwares livres, que são mais seguros e também por questão de coerência política, não utilizando as ferramentas comerciais das megacorporações, contra as quais o CMI se insurge.

O trabalho no CMI é voluntário, não obedecendo a uma lógica rígida de eficiência, sendo que os coletivos se organizam como preferirem, desde que sigam o princípio contra o capitalismo. Lembrando que o CMI é antipartidário, anticlerical e anticapitalista. O site do CMI é o meio pelo qual as notícias de interesse das comunidades locais, movimentos sociais, protestos são divulgados em âmbito nacional e mundial.

Também vi que o CMI produz alguns projetos midiáticos alternativos como os jornais impressos (CMI na Rua e o Ação Direta) e os planos futuros, relatados nas reuniões, eram os de lançar algumas revistas temáticas, mas essas ideias sempre esbarravam na falta de dinheiro. Essa foi uma questão que me chamou muito a atenção. O CMI Florianópolis não possui nenhuma forma de financiamento, a não ser a contribuição dos seus próprios voluntários, incluindo-me, que também passei a contribuir com o coletivo mensalmente.

Não havia uma quantia estipulada, dávamos o que podíamos, os valores doados giravam em torno de R\$ 10,00 mensais. Além disso, as

despesas com transportes, para fazer as coberturas de protestos e matérias ficava a cargo dos voluntários, assim como os equipamentos utilizados nessas atividades eram dos próprios voluntários: câmeras fotográficas e celulares. Para projetos maiores como a edição de jornais, por exemplo, o CMI buscava apoio financeiro junto a alguns sindicatos da cidade para pagar a impressão do material. Uma das maiores preocupações, debatidas em todas as reuniões das quais participei, era o levantamento de dinheiro para o pagamento dos servidores que suportam o site do CMI. Para conseguir o recurso, passava-se literalmente o chapéu durante as reuniões, além de fazer contato com outros coletivos conhecidos, pedindo-lhes apoio nesse sentido.

Percebi que não possuir um caixa abundante não era impedimento para os voluntários realizarem suas atividades midiáticas e a cobertura de protestos. Porém, havia outros impedimentos, sempre relatados pelos ativistas como sendo de ordem pessoal, que os levavam, muitas vezes, a se ausentarem nalgumas reuniões, bem como ao não cumprimento de algumas atividades. Essas situações aconteceram uma vez que outra durante a pesquisa e gerou algum desconforto ao coletivo, mas geralmente havia a justificativa do voluntário e ficava por isso.

Em todas as reuniões de que participei do próprio CMI e com o CMI em outros espaços de militância, sempre imperou o clima de descontração. Como o CMI não tem sede própria, as reuniões sempre ocorriam em locais diferentes, ora públicos, como a Praça XV de Novembro em Florianópolis e o Centro de Eventos da UFSC, ora em ambientes privados, como nas casas de alguns colegas militantes.

As reuniões sempre tinham uma pauta construída, coletivamente, nos dias que antecediam à reunião e fazíamos uma ata dos assuntos tratados e das responsabilidades assumidas. Também continuamente faziam parte das reuniões os cigarros, o café e guloseimas. Quando as reuniões eram realizadas nas casas dos militantes tínhamos refeições mais elaboradas.

Era muito comum chegar às reuniões e, enquanto a pauta era repassada e os informes discutidos, algum dos colegas estarem cozinhando uma feijoada. A habilidade de alguns me impressionava, pois enquanto falava das atividades de que ficou encarregado de fazer na semana, cortava cebolas com uma destreza de deixar inveja a qualquer chefe de cozinha. Isso aconteceu várias vezes durante as reuniões.

Outra coisa que despertou minha atenção e eu me peguei rindo sozinha, foi o fato de o anfitrião estar vestido bem à vontade, de pijamas e pantufas, quando a reunião ocorria na casa de algum colega. Os trajes informais, o clima de descontração, a comida farta não eliminava,

contudo, a seriedade das reuniões. Decisões importantes eram tomadas por nós nesses momentos em todas as vezes em que participei das reuniões, quase sempre as decisões foram tomadas por consenso.

Geralmente, não era difícil chegar ao consenso, talvez porque lá estivessem reunidas pessoas que já se conheciam há tempo, compartilhando princípios comuns. Além disso, tratava-se de um coletivo pequeno com oito ativistas. Apesar disso, os conflitos não eram algo incomum. Brigas e discussões em função de divergências eram frequentes. Essa situação não era vista como um problema, já que os conflitos eram vistos como parte da construção do consenso.

Durante as reuniões, observei que todos tinham muita tranquilidade na exposição de suas ideias e opiniões e na condução das atividades. Não consegui observar polarizações muito acentuadas de liderança, porém havia alguns ativistas mais envolvidos do que outros nas atividades do coletivo. Menciono isso no sentido de que, enquanto alguns, às vezes, faltavam às reuniões, deixando de cumprir algumas atividades, havia aqueles que nunca faltavam e tampouco deixavam pendentes as atividades sob suas responsabilidades.

Desde o início da minha militância no CMI (março/2013) até o término da pesquisa de campo (agosto/2014), aconteceram muitos imprevistos, fatos que demonstram, empiricamente, a força da Teoria do Discurso que mobilizo na tese, cuja premissa fundamental é a precariedade e contingência de toda ordem discursiva. Pois bem, depois de seis meses de ter ingressado no CMI, deparei-me com o pedido de desligamento da rede e eu ainda não havia coletado todos os dados de campo de que precisava para compor a tese e responder ao meu problema de pesquisa.

Porém, algumas coisas que aprendi na militância me fizeram manter a calma e continuar apostando no CMI. Afinal, essa organização que existiu por nove anos me oferecia, pelo menos, uma história de lutas para contar e, conseqüentemente, uma forma de organização a conhecer. Contudo, não seriam somente os nove anos de luta que eu teria para resgatar e complementar pela minha observação participante. Eu aprendi que a militância para aqueles sujeitos que conheci no CMI, foi uma opção de vida feita por muitos ainda na adolescência.

Dos militantes com quem eu tive contato aqui em Florianópolis e, portanto, só posso falar deles, oito no total, todos tiveram sua primeira experiência de militância entre catorze, quinze e dezesseis anos e, daí em diante, nunca mais pararam. Isso quer dizer que, embora o CMI Florianópolis deixasse de existir a partir de outubro de 2013, o mesmo não aconteceu com a militância. Até por que, e isso foi outro

aprendizado interessante dessa rica experiência, no meio ativista, o comum é a dupla, tripla militância e essa condição não é exclusiva de Florianópolis. Segundo meus colegas do CMI, essa é uma prática comum a todos os coletivos do CMI no Brasil. Por exemplo, como a fundação do CMI coincide com a fundação do Movimento Passe Livre e essa coincidência não é mero acaso, pois foram os membros do CMI que fundaram o MPL, sendo durante muito tempo seus únicos militantes.

Essa prática comum na militância dos coletivos autonomistas de Florianópolis me permitiu continuar a pesquisa, acompanhando alguns dos membros do extinto CMI, atuando em outros coletivos da cidade como o MPL e a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM). Assim, tive a oportunidade de conhecer muitos outros militantes pela cidade, o que me pipocou de ideias para futuras pesquisas nesse campo, embora noutros enfoques.

Importa dizer, também, que meu esforço em vivenciar essa experiência de militância é pela busca de coerência com o referencial teórico que mobilizo na tese, cuja base epistemológica é pós-estruturalista e, portanto, vê o mundo como diferença, como conflitivo e discursivo, sem essência ou fundamento último. Essa perspectiva se distancia das abordagens e metodologias positivistas que ainda dominam no campo das ciências sociais e humanas.

A epistemologia pós-estruturalista vai de encontro ao trabalho da dialética que, em sua visão, abriga as falsas dicotomias e enseja as hierarquias de um termo ao outro da relação binária. Portanto, o pós-estruturalismo busca romper os dualismos sujeito/objeto, teoria/prática, ação/estrutura, preto/branco, mulher/homem, etc. Nesse sentido, em função da escolha epistemológica aqui feita, foi preciso um alinhamento metodológico que, também, buscasse contemplar o objeto de pesquisa, sem recorrer a instrumentos positivistas de pesquisa.

Assim, em função da visão de mundo e, portanto do campo de pesquisa defendido nessa tese, o caminho metodológico escolhido foi o da via militante. A ideia de militar com o CMI durante a pesquisa me proporcionou o contato e a vivência de momentos diversos da vida cotidiana do CMI, momentos que a simples observação direta e entrevistas semiestruturadas não me dariam.

Não me bastava observar, eu queria vivenciar o que acontecia nas reuniões e noutros espaços, como quando nos reuníamos para confraternizar na casa de militante. Eu queria ver, ao longo do tempo, como os militantes do CMI conduziam a decisão por consenso.

Agora chegou a hora de falar da experiência do que foi ser uma militante de um coletivo autonomista de mídia alternativa. Apesar de ter

falado desde o início do meu interesse em pesquisar o CMI, assim como de militar nele, pela minha avaliação, o que prevaleceu para os colegas do CMI foi a militância. Em nenhum momento me tratavam como pesquisadora, mas sempre como *compa*, uma expressão que utilizam para denominar companheiros de luta.

Parecia que haviam apagado de suas mentes a parte em que eu disse que o CMI era meu objeto de pesquisa. Essa impressão me acompanhou durante toda pesquisa. No entanto, os meus sentimentos em relação à militância foram conflitantes e paradoxais. Ora me sentia uma verdadeira militante, ora me via observando as práticas deles e refletindo, constantemente, à luz das teorias que escolhi para a tese.

À medida que o tempo passava e eu ia conhecendo melhor os colegas de militância, participava com eles de alguma ação direta. Eu via o quanto eles se conheciam de longa data e o quanto conheciam os militantes dos outros coletivos e os seus opositores *direitosos*, conforme eles gostavam de chamar o pessoal que eles identificavam como pertencente à direita política.

Nas reuniões que ocorreram, convocando todos os coletivos de lutas sociais da grande Florianópolis para compor uma Frente de Luta contra a criminalização dos movimentos sociais, pude ter noção do campo, pois compareceram diversas organizações, desde sindicatos até movimentos sociais, quilombolas, feministas, de gênero, de negros. Foi interessante presenciar a amizade daqueles sujeitos que se conheciam há muitos anos.

Fiquei maravilhada com essa experiência, cobrando-me, muitas vezes, uma militância melhor, mais engajada com as causas defendidas pelo CMI e pelos coletivos que ele apoiava. De fato, eu estava envolvida mesmo, mas essa ligação se dava, sobretudo com a minha pesquisa.

Com as causas defendidas pelo CMI eu também me sentia atraída, mas não como eles. Eles respiravam a militância 24 horas por dia. Não era raro recebermos mensagens no celular para fazer alguma cobertura urgente ou nos dirigirmos ao local onde algum problema estava acontecendo, para dar apoio aos compas de luta. Como foi o caso da reintegração de posse da ocupação Amarildo<sup>32</sup>, atualmente chamada

---

<sup>32</sup> Em dezembro de 2013 a Ocupação Amarildo se instalou às margens da SC-401, em um terreno no bairro Vargem Grande, em Florianópolis. A intenção dos integrantes era tomar o local para produzir alimentos e tirar famílias do aluguel. Falava-se em fazer reforma agrária dentro da cidade e frear a especulação imobiliária na Ilha  
(<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2014/04/530947.shtml>).

de Comuna Amarildo, numa clara inspiração na Comuna de Paris. Era madrugada e eu não pude ir.

Foram muitas experiências vividas e observadas, não sendo possível a narração de todas aqui. Nessa inserção no campo, pude observar também que os coletivos autonomistas de Florianópolis, com os quais tive contato durante a militância, são compostos por um número pequeno de membros, de 04 a 12. Esse número reduzido de militantes facilita a prática do consenso nas decisões do coletivo.

Segundo Bookchin (1977), um militante anarquista muito lido pelos voluntários do CMI, os grupos autonomistas desde a época da Guerra Civil Espanhola se unem nos chamados grupos de afinidades. Esses grupos contam com número reduzido de membros, que facilitaria a tomada de decisão por consenso, pois, nesse tipo de organização, os sujeitos tendem a criar laços afetivos mais fortes entre si, o que contribui à formação da confiança no grupo e nas práticas de consenso.

Sobre os laços de confiança, um fato me chamou atenção. Percebi que os militantes do CMI que conheci tinham companheiras/companheiros<sup>33</sup> militantes também, seja do próprio CMI ou de algum outro coletivo autonomista. Eram relações duradouras, a maioria estava junto há vários anos.

Outra questão que foi amplamente discutida, enquanto participei do CMI, era a segurança, tanto na rede virtual como nas ações diretas. Sobre a segurança na rede, falou-se da importância de serem usados codinomes para o *e-mail*, assim como usar somente o Riseup para se comunicar com os demais membros. Além disso, quando participávamos de reuniões fechadas, envolvendo outros coletivos autonomistas, tínhamos de desligar e retirar a bateria dos celulares, pois é comum, segundo os colegas ativistas, o grampo na linha telefônica de militantes conhecidos.

Havia orientações sobre como participar de ações diretas e marchas pela cidade. A orientação era a de que ficassemos todos juntos, numa formação que lembrasse um círculo para nos proteger e evitar que outras pessoas adentrassem à roda, levar telefones de advogados populares, ter os artigos do código penal em mão, etc. Observei que alguns levavam *spray* de pimenta e cassetetes para se protegerem. Quando os indaguei, disseram que não era para a polícia, mas sim aos

---

<sup>33</sup> No CMI não se utilizam termos convencionais como esposo(a), namorado(a) para falar dos amores, mas sim companheiro/companheira e para falar dos amigos é brode, compa, parsa, com estas grafias mesmo.

*direitos* sarqui-inimigos, velhos conhecidos de oposição e luta que, às vezes, com ânimos mais exasperados podiam partir ao ataque.

Dessa experiência com o CMI foram muitos aprendizados. Além do rico contato com práticas organizacionais, pautadas por valores estranhos à lógica do resultado e maximização das oportunidades, eu me vi, muitas vezes, como se tivesse habitando um país estrangeiro, pois não foi fácil me adaptar à linguagem da militância autonomista de Florianópolis; a cada nova reunião, atividade e conversa com os colegas, novas palavras se somavam aos léxicos novos que eu ia, aos poucos, incorporando à minha.

Realizada essas considerações epistemológicas sobre a perspectiva teórica mobilizada nessa tese, passo no capítulo seguinte à descrição e análise do contexto histórico de emergência da rede Indymedia que deu origem ao CMI Brasil e ao CMI Florianópolis. Nesse resgate histórico, enfatizei os aspectos que foram fundamentais no processo, tais como os protestos da década de 1960, a crise do socialismo real, o acirramento das políticas neoliberais, a insurgência do neozapatismo da década de 1990, bem como dos Movimentos de Resistência Global.

#### 4. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA REDE INDYMEDIA: DESLOCAMENTO E REATIVAÇÃO DO POLÍTICO: YA BASTA! ZAPATISTA E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA GLOBAL

*“A liberdade é como o amanhecer. Há aqueles que esperam que ela chegue dormindo, mas há aqueles que caminham pela noite para alcançá-la”.*

(Subcomandante Marcos)

Essa tese é sobre o sujeito político e com ela se pretende trazer ao debate essa questão que é, ao mesmo tempo, tão discutida e incompreendida. O sujeito como é entendido no âmbito da filosofia deixa suas marcas nas discussões geradas em outros espaços de conhecimento, como o das ciências humanas e sociais, o que não é sem efeito à construção do conhecimento e para a luta política.

Assim, a importância de se refletir sobre a questão do sujeito se justifica na medida em que a disputa pelo entendimento do que é o homem, comporta a disputa pela imposição de uma visão de mundo, conforme as definições de homem defendidas. Vimos no referencial teórico dessa tese, que a noção hegemônica de homem é aquela defendida pela tradição do pensamento filosófico ocidental, o qual identifica o homem como um ser transparente, autoconsciente e autônomo.

Vimos também que essa noção de homem foi desafiada no final do século XIX por Nietzsche e Freud e retomada como crítica à metafísica da presença<sup>34</sup> pelos teóricos do chamado pensamento 68, Lacan, Althusser, Derrida, Deleuze, Guattari, Foucault, emergindo desse

---

<sup>34</sup>A metafísica da presença é um termo criado por Derrida (1991) para descrever a tradição filosófica ocidental como “metafísica”, no sentido de que ela estabelece um fundamento último para a realidade. A este fundamento Derrida dá o nome de “presença”. Derrida segue a filosofia heideggeriana para o qual a história do pensamento ocidental foi a história do esquecimento do Ser, no qual este foi tomado como simples presença, ou seja, como objetividade plena, como aquilo que é simplesmente dado, presente, cristalizado na noção de identidade. Nos termos da linguística, dentro do espectro da filosofia analítica, a palavra que nomeia algo é identificada como sendo a própria coisa, o pensamento pós-estruturalista com base nos desenvolvimentos de Ferdinand Saussure rompe com essa ideia do referente para por em seu lugar que a palavra mata a coisa e o sentido é uma construção relacional, precária e contingente.

embate teórico, a noção de sujeito associada à ideia de descentramento e fragmentação.

A década de 60, palco dos acontecimentos do chamado maio de 1968 (LACLAU, 1990; DOSSÉ, 2007) representou para a história da humanidade, bem como às ciências sociais e humanas, um importante ponto de inflexão com o surgimento, no campo das lutas sociais, de diversos sujeitos políticos, para além da tradição sindical e da luta da classe operária, que antes não eram vistos dessa maneira.

Desse modo, nos anos 60 emergem outros sujeitos políticos, a exemplo das minorias sexuais, dos movimentos feministas, dos movimentos étnicos, que implicaram uma ruptura com o padrão tradicional de mobilização social, uma vez que o foco da noção de luta de classe foi deslocado para questões mais amplas de identidade e cultura (LACLAU, 2008; HALL, 2000).

Vale lembrar que acontecimentos como a queda do muro de Berlin (1989), bem como o acirramento da onda neoliberal por todo o globo conduziram ao afloramento de novos protestos sociais e formas de ativismo e resistência à hegemonia estabelecida. Nesse processo de **reativação do político**, a invenção da internet e do ciberativismo na década de 1980 foi fundamental à emergência dos Movimentos de Resistência Global, dos quais o Centro de Mídia Independente é um exemplo.

Assim, houve a expansão dos valores neoliberais nas décadas de 1990 e o fortalecimento e atuação de suas instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Comércio (OMC), etc. que fizeram eclodir, em muitos países do globo, manifestações de resistência contra suas políticas de exclusão social e valorização do mercado (HARVEY et al, 2013).

O surgimento da rede global de mídia alternativa, a Indymedia, que no Brasil ficou conhecida como Centro de Mídia Independente, objeto desse estudo, é uma herança dos movimentos de protestos surgidos na década de 1990 que ficaram conhecidos, mundialmente, como movimentos antiglobalização<sup>35</sup>, cuja centelha primeva foi

---

<sup>35</sup> O termo antiglobalização é polêmico e foi cunhado pela imprensa internacional para se referir aos protestos contra a OMC, em Seattle em 1999, sendo rejeitado por diversos ativistas por abarcar um significado pejorativo e de cunho nacionalista (RYOKI e ORTELLADO, 2004). Nesse sentido, alguns estudiosos falam em movimentos em movimento, movimento de resistência global ou em alter-globalização para se referir aos levantes ocorridos a partir de

instaurada pelos levantes de Chiapas, movimento que ficou conhecido como neozapatismo.

O movimento neozapatista surgiu sob inspiração dos valores das lutas operárias e do anarquismo libertário dos séculos XIX e XX, congregando com ele seus princípios políticos e organizacionais da **horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta** (HILSENBECK FILHO, 2007).

A primeira resposta política à globalização neoliberal organizada em âmbito internacional foi o levante indígena neozapatista em janeiro de 1994. O setor mais marginalizado e excluído, socialmente mais atrasado do hemisfério norte, os indígenas pobres do México se lançaram contra a expressão mais moderna da ofensiva neoliberal, o NAFTA, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (HILSENBECK FILHO, 2007).

O levante neozapatista foi materializado, em âmbito internacional, em 1996 no I Encontro Intergaláctico convocado pelos neozapatistas em Chiapas, no qual convergiram num mesmo espaço, pela primeira vez, diversos sujeitos políticos do Norte e do Sul do mundo (RYOKI e ORTELLADO, 2004). Todos compartilhavam um ideal comum de estarem dispostos a enfrentar o neoliberalismo, o que lhes possibilitava **articular um discurso** antineoliberal e a constituir uma **identidade política**, cujo **corte antagônico** era o neoliberalismo (LACLAU, 1990).

Nesse sentido, com base em uma leitura laclauniana, o ato de ser contra o neoliberalismo uniu de um lado da **fronteira antagônica** diversas **identidades políticas**, constituindo assim um “nós” contra um “eles”, representado pelos organismos multilaterais<sup>36</sup> que sustentam as políticas neoliberais. O surgimento da rede Indymedia não está deslocado dos acontecimentos e, portanto, da história dos séculos XIX e XX, espaços/tempos marcados por eventos e **disputas hegemônicas** não sem efeitos aos sujeitos e sociedades.

As **disputas hegemônicas**, no campo político, referem-se aos conflitos oriundos das duas grandes guerras mundiais que influenciaram

---

Seattle. Nessa tese será utilizado o termo Movimento de Resistência Global (MRG) para nomear esses protestos que gestaram o CMI.

<sup>36</sup> Organismos multilaterais referem-se a instituições criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de traçar políticas que devem ser seguidas pelos Estados e aplicadas nas diferentes áreas da atividade humana: política, economia, saúde, segurança, etc. são exemplos de organismos multilaterais o FMI, a OMC, a ONU, a OIT, etc.

na geopolítica do mundo; da crise do chamado socialismo real com a desilusão dos regimes socialistas de Stalin e Mao e da queda do muro de Berlim em 1989, que representou um marco do fim da divisão do mundo entre capitalistas e socialistas, abrindo espaço à reconfiguração geopolítica do mundo (GRAEBER, 2009).

Conforme Graeber (2009), com a queda do muro de Berlim, saiu-se de uma situação de polarização entre capitalismo e socialismo para uma situação mais difusa dentro do que se costumou chamar globalização. Além da chamada globalização social e econômica, os ideais renovados do liberalismo econômico, sob os auspícios do que se chamou de neoliberalismo, conformaram as condições de emergência dos Movimentos de Resistência Global.

Isso por que, com o afloramento do neoliberalismo, houve também a reconfiguração das instituições internacionais, as quais garantiam a **hegemonia do discurso liberal**. E, como toda **hegemonia gera exclusão e, por isso, comporta brechas**, vozes se levantaram lá das profundezas da selva Lacandona, terra que já fora habitada pelos Maias, para gritar o famoso Ya Basta! Essa expressão representa um rotundo **não** aos ditames neoliberais do Estado Mexicano e do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

O Ya Basta! foi brandido pelos indígenas de Chiapas, no México, no dia 01 de janeiro de 1994, dando início assim ao movimento que ficou conhecido como neozapatismo, em homenagem a Emiliano Zapata<sup>37</sup>, composto também pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O movimento neozapatista foi a fagulha que reacendeu a luta política contra o capitalismo, dando origem aos chamados Movimentos de Resistência Global (MRG), ao movimento de Ação Global dos Povos e ao CMI nas décadas de 1990 e anos 2000.

Pela lente da Teoria do Discurso, podemos pensar que a queda do socialismo real (muro de Berlim), juntamente com a emergência dos valores neoliberais pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, gestaram o contexto a uma **crise de sentido** para muitos sujeitos políticos marginalizados por esses processos. Desse modo, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), em 1994,

---

<sup>37</sup> Emiliano Zapata, nascido no México no ano de 1879, foi um importante líder na chamada Revolução Mexicana de 1910 contra a ditadura de Porfirio Díaz. Zapata declarava seu desejo de promover a distribuição das terras de latifundiários entre a população carente. Sob o lema “Terra e Liberdade”, passou a realizar ações de guerrilha, ocupando e repartindo as terras (<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/08/522822.shtml>).

representou o ápice de um momento de crise e, portanto, um **deslocamento** da estrutura discursiva dominante até então, cujo centro era representado pelo discurso neoliberal, passando a não fazer mais sentido aos insurgentes de Chiapas.

Na perspectiva da Teoria do Discurso, o deslocamento é o encontro com o Real. O Real é traumático, já que nesse momento ocorre uma suspensão do sentido e uma **abertura** temporária da estrutura que, em seguida, rearticula-se produzindo novas significações (LACLAU, 1990, LACAN, 1998).

Assim, a emergência e atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) podem ser lidas como uma **reativação do político**, no sentido lacaniano do termo, que legou ao campo social novas formas de lutas por novas formas de se estar no mundo e o questionamento da ordem neoliberal vigente. É importante compreender a lógica existente entre as **ideologias/utopias** que movem esses movimentos e as formas de **subjetivação política** que engendraram seu surgimento à abertura de novos possíveis.

O grito Ya basta às políticas neoliberais construiu um **imaginário social**<sup>38</sup>, servindo como ponto articulador dos discursos de resistências. Deste modo, ele pode ser compreendido como um **ponto nodal** que permitiu a aglutinação de uma diversidade de **forças sociais/identidades políticas**, apesar de toda sua **heterogeneidade**, formando **laços equivalentes** temporários em prol de um mundo mais coletivista.

Cabe observar que os Movimentos de Resistência Global, surgidos com o levante de Chiapas, diferentemente da tradição dos movimentos de esquerda marxista-leninista, não reivindicaram o controle sobre o Estado, nem tampouco formaram uma vanguarda ou um partido. Foi sob a inspiração do movimento neozapatista de orientação autonomista<sup>39</sup> que os MRG ganharam força, constituindo-se

---

<sup>38</sup> Na perspectiva de Laclau um imaginário social é um discurso (um ideal compartilhado) que busca alcançar uma posição hegemônica, construindo para tal um espaço discursivo capaz de criar um campo de significação e inteligibilidade das categorias que permitem uma visão compartilhada sobre mundo social (uma ideologia comum). Neste momento o imaginário social consegue se firmar como um fundamento (contingente) legítimo que assegura a continuidade da comunidade (LACLAU, 1990).

<sup>39</sup> De acordo com Souza (2006), autonomismo é o nome dado a um conjunto de movimentos socialistas existentes principalmente na Europa. Esses movimentos se caracterizam pela oposição à burocracia dominante nos Estados contemporâneos, sejam eles capitalistas ou socialistas. Os autonomistas, de

em novas formas de organização e práticas de resistências, que emergem no cenário político mundial, a partir do ciclo de protestos organizados pela Ação Global dos Povos (AGP), que vai de Seattle (1999) à Gênova (2001), culminando nos Fóruns Sociais Mundiais<sup>40</sup> (RYOKI e ORTELLADO, 2004).

De acordo com Hilsenbeck Filho (2007), foi se colocando contra as políticas neoliberais do governo mexicano que o movimento neozapatista, juntamente com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, aderiu à Internet e, na primavera de 1994, convocou o mundo à luta antissistêmica em uma insurreição que ocupou parte de Chiapas, tendo como primeira resposta o enfrentamento militar por parte do Exército Mexicano.

O movimento Zapatista reconheceu a importância da internet e do ciberespaço para os movimentos de resistência à hegemonia posta. Assim, com a ajuda da internet, os neozapatistas criaram a Flor da Palavra<sup>41</sup> que se espalhou pelas mídias convencionais e alternativas nos

modo geral, propõem a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração em rede entre todos os que se dispõem a estabelecer novos modelos sociais, de modo a que a sociedade no futuro possa superar os modelos historicamente mais autoritários. O autonomismo ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1960 inspirado nas lutas e conflitos italianos, e, mais recentemente, na produção intelectual de Cornelius Castoriadis, Antonio Negri e John Holloway (SOUZA, 2006). No Brasil é destaque na literatura sobre o autonomismo e campo libertário o professor e intelectual **Maurício Tragtenberg** que foi citado várias vezes pelos militantes do CMI como uma referência no assunto ao longo da pesquisa de campo.

<sup>40</sup> Em janeiro de 2001 foi organizado o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre. Contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas, abrangendo 117 diferentes países. Funcionou como um momento de celebração da rede dos Movimentos de Resistência Global ao reunir para o encontro diversos ativistas e ciberativistas em torno da ideia de que “um outro mundo é possível”. Segundo seus organizadores, o objetivo do FSM foi ser uma continuidade dos Movimentos de Resistência Global que desde Seattle buscam alternativas para as políticas liberais elaboradas pelas instituições do capitalismo global (<http://www.forumsocialmundial.org.br/index.php>). Para mais informações sobre o FMS ver a tese de Júlia Ruiz de Giovanni: Cadernos do outro mundo: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2013.

<sup>41</sup> A Flor da Palavra é uma rede de inspiração zapatista que pretende facilitar a criação de laços de comunicação e solidariedade entre povos, movimentos, grupos e indivíduos, tecendo assim "um mundo onde caibam muitos mundos" e

cinco continentes, encontrando abrigo no seio de comunidades indignadas com os organismos multilaterais e em busca de igualdade, justiça e liberdade (HILSENBECK FILHO, 2007).

Com a Flor da Palavra, os textos do EZLN e do subcomandante Marcos<sup>42</sup> rompiam com a tradição pretensamente racional e científica dos escritos políticos modernos e se tornaram célebres pelo senso de humor, bem como pelo sincretismo entre o mundo Maia e o mundo Ocidental, utilizando-se de recursos estilísticos tomados da literatura (FIGUEIREDO, 2003).

Os insurgentes de Chiapas se contrapunham, assim, ao Estado autoritário e suas instituições, bem como às grandes corporações, por meio da palavra e da internet, da comunicação horizontal enraizada nas tradições locais, livre em suas traduções e invenções, feita da interlocução que brota das minorias/excluídos e das **brechas da hegemonia**.

Depreende-se disso, que os neozapatistas desempenharam um papel crucial no ressurgimento das lutas antissistêmicas no Ocidente nas duas últimas décadas. O que se percebe é que, em boa medida, a utilização da internet auxiliou os neozapatistas nas lutas, comunicando-as ao mundo e **articulando identidades dispersas no campo da discursividade** ao instituir **pontos nodais** que comportem a ideia de que outro mundo é possível: “um mundo onde caibam vários mundos”<sup>43</sup>.

o combate ao capitalismo. A escolha desse nome pelos neozapatistas faz referência a importância da palavra e da comunicação como armas da luta política. A expressão “flor da palavra” vem de um trecho da IV Declaração da Selva Lacandona do Exército Zapatista dos índios Maias: “não morrerá a flor da palavra, poderá morrer o rosto oculto de quem a nomeia hoje, mas a palavra que veio do fundo da história e da terra já não poderá ser arrancada pela soberba do poder (...)”. (<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/11/434110.shtml> - consultado em agosto de 2014).

<sup>42</sup>Subcomandante Marcos é o codinome de Rafael S. G. Vicente, nascido em 1957 no México. Ele foi o principal porta-voz do comando militar do grupo indígena mexicano do chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O subcomandante Marcos ficou mundialmente conhecido por sua habilidade comunicativa e pelos belos textos políticos e poesias que produziu. Seus textos podem ser facilmente encontrados na internet. No dia 25 de maio de 2014 ele anunciou seu afastamento da liderança do EZLN alegando mudanças internas no grupo (<https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/2014/05/page/2/>).

<sup>43</sup>Frase comum no discurso neozapatista que ajuda a sustentar um imaginário rebelde e a luta por uma outra organização societária.

Esse **ponto de articulação discursiva**, portanto **significativo**, é o lócus de um **investimento libidinal** em virtude dos **afetos** que mobilizam os sujeitos identificados com esses ideais. Os **afetos**, nos termos de Laclau (2005), é o que tornam a política possível. .

O próprio subcomandante Marcos do EZLN, por diversas vezes, ressaltou a importância da palavra e da internet na luta zapatista. Porém, fez questão de lembrar também que a mudança de vida das comunidades zapatistas, após o levante, foi tornada possível em virtude de ter se consolidado numa base bem mais material, qual seja, a tomada dos meios de produção pelos insurgentes neozapatistas (LIBERATO, 2006).

Conforme Liberato (2006), a tomada dos meios de produção, prevista na Lei Agrária zapatista, que entrou em vigor no dia do levante (01 de janeiro de 1994), foi a base à mudança de vida, embora limitada dos neozapatistas. Segundo o autor, a tomada dos meios de produção permitiu aos neozapatistas instituir os chamados Municípios Autônomos e as Juntas do Bom Governo<sup>44</sup>. Desse modo, sem a tomada dos meios de vida (meios de produção), os neozapatistas não alcançariam a mudança, o desenvolvimento de suas instituições educacionais e de saúde, tão importantes à luta política como o são também os Caracóis<sup>45</sup>.

Segundo Hilsenbeck Filho (2007), os Caracóis foram idealizados pelos neozapatistas como centros de comunicação autônomos. O nome vem da metáfora das conchas de caracóis utilizadas como instrumento de comunicação pelos povos indígenas. Diz-se que os primeiros deuses maias traziam consigo caracóis em seus corações, o que só vem a enriquecer esse símbolo, ajudando a construir e a manter um **imaginário social** em que é possível construir, coletivamente, outro mundo.

A formação dos Municípios Autônomos e a tomada dos meios de produção são fundamentais à derrubada do capitalismo, segundo o entendimento do subcomandante Marcos. Para ele, a destruição do

---

<sup>44</sup> Os Municípios Autônomos e as Juntas do Bom Governo são formas de organizações autônomas e práticas políticas produzidas pelos neozapatistas. O termo autônomo desses municípios significa um alto grau ou total independência em relação ao Estado e as corporações. Significa, pois, que as comunidades zapatistas se autogovernam naqueles municípios, isto é, todos participam igualmente do poder, decidem e se dão suas próprias leis, construindo ativamente no dia-a-dia a democracia direta e o autogoverno da vida social, prática política que visa a instituição de um mundo, onde caibam muitos mundos (LIBERATO, 2006).

<sup>45</sup> Para saber mais sobre os funcionam os Caracóis e a Junta do Bom Governo na prática acessar o relato de um viajante pelas terras dos neozapatistas em Chiapas: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/01/301908.shtml>.

sistema capitalista só se realizará quando muitos movimentos de resistência o enfrentarem em seu núcleo central, qual seja, a propriedade privada dos meios de produção e de troca (HILSENBECK FILHO, 2007).

Os Movimentos de Resistência Global (MRG) buscaram exercer esse papel de enfraquecimento das bases do capitalismo. Com base na Teoria do Discurso, os MRG, diante do reconhecimento da situação de opressão imposta pelo capitalismo, podem ser vistos como um momento de **articulação** de múltiplas identidades que anulam, temporariamente, suas diferenças para entrarem em **equivalência** à medida que compartilham um **imaginário social**, no qual a superação do capitalismo se torna num horizonte possível e desejado; com isso engrossaram o Ya Basta! neozapatista contra as políticas neoliberais.

O Ya Basta! à maneira de um **ponto nodal** se refere, sobretudo a um não às políticas neoliberais dos Estados, que colocam as populações marginais em uma situação ainda mais degradante de vida. Além de ser um não ao neoliberalismo, esse **ponto nodal articula** uma série de outras lutas sociais, levadas a cabo por uma miríade de sujeitos políticos desde a década de 1960 (racismo, gênero, feminismo, meio ambiente, etc).

Isso fica evidente no pronunciamento do subcomandante Marcos em 1994, quando buscou explicar o porquê do capuz para cobrir o rosto e por que todo mundo é “Marcos”. Na passagem abaixo, o subcomandante Marcos assim como o Ya Basta, num momento de reativação do político, podem ser vistos como ponto privilegiado do discurso que representa **múltiplas identidades**:

Marcos é gay em São Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, roqueiro na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-guerra fria, pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem portfólio, dona de casa num sábado à tarde, jornalista nas páginas anteriores do jornal, mulher no metropolitano depois das 22h, camponês sem terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no Sudoeste do México. Enfim, Marcos é um ser humano qualquer neste

mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, exploradas, dizendo ¡Ya basta! Todas as minorias na hora de falar e maiorias na hora de se calar e aguentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Tudo que incomoda o poder e as boas consciências, este é Marcos.<sup>46</sup>

Em 1996, os neozapatistas convocaram o primeiro *Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo*, reunindo mais de 6000 pessoas de diversos movimentos sociais ao redor do planeta. O sucesso do Encontro é repetido novamente em 1997, na Espanha e, em 1998, em Genebra. Na ocasião, relata Ryoki e Ortellado (2004), os movimentos sociais e ativistas reunidos em Genebra criaram uma organização chamada de Ação Global dos Povos (AGP).

Essa organização tinha como objetivo servir de coordenação mundial e comunicação dos Movimentos de Resistência Global contra o capitalismo e o neoliberalismo. Nesse encontro de fundação da AGP, estavam presentes representantes de importantes movimentos sociais, entre os quais, os neozapatistas e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Para tanto, a AGP convocou os movimentos sociais de todo o mundo à prática da ação-direta nas ruas nos momentos em que os organismos multilaterais se reunissem, para decidir o destino da humanidade (LIBERATO, 2006).

Conforme o relato de Ryoki e Ortellado (2004), não se tratou das pressões parlamentares nem da elaboração de plataformas, mas de protestos e desobediência civil que visavam questionar e pressionar os **discursos** do Estado e das grandes corporações. No manifesto<sup>47</sup>, seus idealizadores deixaram claro que a AGP não é uma organização formal, mas uma rede de comunicação e coordenação de lutas em escala global, baseada apenas em princípios comuns (LIBERATO, 2006).

Dentre seus objetivos, destacam-se os seguintes: a) inspirar o maior número possível de pessoas, movimentos e organizações a agir contra a dominação das empresas, através da desobediência civil não violenta e de ações construtivas voltadas aos povos; b) oferecer um instrumento para coordenação e apoio mútuo em âmbito mundial para aqueles que resistem ao domínio das empresas e ao paradigma de

---

<sup>46</sup>[www.midiaindependente.org/pt/red/2011/01/483404.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/red/2011/01/483404.shtml) acessado em agosto de 2014.

<sup>47</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/10/8736.shtml>

desenvolvimento capitalista; c) dar maior projeção internacional às lutas contra a liberalização econômica e o capitalismo mundial<sup>48</sup>.

Os princípios organizacionais da AGP são baseados na descentralização e na autonomia. A AGP, no decorrer das lutas sociais das décadas de 90 e anos 2000, assume o status de **ponto nodal** que, antes, era realizado pelo Ya Basta. Assim, em novas articulações e reconfigurações políticas, a AGP passa a ser um movimento aglutinador, um **ponto nodal** das lutas contra as políticas neoliberais e ficou sendo o núcleo responsável por convocar e promover os chamados *Dias de Ação Global*<sup>49</sup>.

A AGP promoveu uma série de mobilizações em escala global, com destaque para o J18<sup>50</sup> em junho de 1999, quando mais de 50 cidades se manifestaram contra a reunião do G7 na Alemanha; o N30, por ocasião das manifestações contra o encontro da OMC em Seattle, em novembro de 1999; e o S26, quando mais de 100 cidades em todo o mundo, inclusive na América Latina, protestaram contra o encontro do FMI e do Banco Mundial, em Praga, em setembro de 2000.

Além dos *Dias de Ação Global*, a AGP realizou encontros, visando à promoção da comunicação e o intercâmbio das experiências de luta, servindo, portanto, de **ponto nodal** sobre o qual várias identidades políticas se **articularam** em uma **cadeia de equivalências** que possuísse como **corte antagônico** um inimigo comum, qual seja, as políticas neoliberais.

De acordo com Santos (2010), no Brasil a AGP aconteceu pela primeira vez no Estado de São Paulo em 2000, com a participação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST); a partir de então, diversas mobilizações com esse caráter afloraram no Brasil. Conforme o autor, aconteceram no Brasil, o Dia Sem Compras, em Belo Horizonte, também no de 2000 e o chamado A20 (20/04/2001), quando mais de 2

---

<sup>48</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2001/10/8736.shtml> - consultado em agosto de 2014.

<sup>49</sup> Os Dias de Ação Global dizem respeito a prática de ações-diretas coordenadas ocorrendo em diversos locais ao redor do globo com o objetivo de impedir o encontro dos gestores do capitalismo internacional (Organização Mundial de Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) e deslegitimar tanto o capitalismo quanto essas instituições.

<sup>50</sup> J18 significa dia 18 de junho, dia do protesto mundial contra o encontro dos G7 na Alemanha. Os sujeitos políticos do MRG criaram essas siglas para designar os Dias de Ação Global. Cada dia e mês em que ocorreram protestos globais contra os organismos multilaterais é grafado com o dia e a letra inicial do mês correspondente.

mil pessoas foram às ruas protestar contra a Cúpula das Américas, onde se negociava a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Outros marcos relevantes foram: o J20 (20/07/2001), que articulou protestos contra o G8, reunindo 5 mil pessoas em São Paulo. O fim do ano de 2001 foi marcado pelo N9 (09/11/2001), com protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza. Pode destacar-se também, no período de 2001 a 2003, as participações de ativistas coletivos autonomistas ligados à AGP nos encontros do Fórum Social Mundial (SANTOS, 2010).

Conforme Ryoki e Ortellado (2004), em meados de 2004, observa-se um refluxo dos movimentos inspirados na AGP, ainda que iniciativas surgidas nesse contexto tenham continuado a existir. Os autores acreditam que houve um movimento natural de volta aos coletivos locais. O pessoal da Argentina, por exemplo, foi em peso para o Movimento Piquetero e, no Brasil, houve muita gente criando novos coletivos de luta social como os Centros de Mídia Independente locais e o Movimento Passe Livre (MPL). (RYOKI e ORTELLADO, 2004).

É importante destacar que os Movimentos de Resistência Global das décadas de 1990 e 2000 se diferenciavam da esquerda tradicional, que mantinha sua organização de maneira hierárquica e autoritária, fundamentada, sobretudo no partido. Conforme Ryoky e Ortellado (2004), a forma organizacional dos movimentos inspirados na AGP começou a seguir um caminho mais autonomista, voltados aos princípios anarquistas dos séculos XIX e XX, com influência também da tradição francesa com Castoriadis e, da italiana, com Antônio Negri ou Mario Tronti. A autonomia perseguida pelos movimentos da AGP e os que vieram depois, Centro de Mídia Independente, Movimento Passe Livre, Black Blocs, Reclaim the Streets<sup>51</sup> era, sobretudo em relação ao Estado e às empresas (PRUDÊNCIO, 2006).

O protestos desencadeados pelo levante de Chiapas, culminaram com a emergência de diversos movimentos de resistência ao neoliberalismo que se uniram sob a sigla de Ação Global dos Povos (AGP) dos quais a rede Indymedia e o centro de Mídia Independente é fruto, sendo nesse processo a organização responsável pelas comunicações e divulgação dos protestos mundiais contra o neoliberalismo.

---

<sup>51</sup>O grupo define-se como uma rede de ação direta para revoluções sócio-ecológicas, globais e locais, para transcender qualquer hierarquia ou autoritarismo, bem como o capitalismo, defendendo a ideia de uma forma diferente de ocupação do espaço público (RYOKI e ORTELLADO, 2004)

Para Santos (2010), o CMI foi a expressão midiática dos Movimentos de Resistência Global e muito importante ao movimento como um todo, servindo como meio de difusão de diversos movimentos de resistência à hegemonia estabelecida (PRUDÊNCIO, 2006).



## 5. O SURGIMENTO DA REDE INDYMEDIA: VOZES QUE SE LEVANTAM DAS MARGENS E BRECHAS DA HEGEMONIA

Conforme Santos (2010), observa-se que foi uma orientação do movimento neozapatista para que todos os coletivos de luta social tivessem sua própria mídia que inspirou a criação de um site, o Indymedia, que servisse aos manifestantes dos Movimentos de Resistência Global noticiar suas lutas.

Desde o levante de Chiapas, em 1994, diversos ativistas e *hackers* de computadores trabalharam, incessantemente, na criação de redes *online* para reunir manifestantes do mundo todo quando, em 1999, eclodiram os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle. Na ocasião, muitos desses mesmos ativistas e hackers foram a Seattle trabalhar como voluntários com os grupos anticapitalistas, hackeando servidores para criar as primeiras linhas de código do site, que seria o veículo de comunicação dos manifestantes (SANTOS 2010).

Essa não foi uma tarefa fácil, pois além dos desafios das novas tecnologias, os ativistas precisaram colocar barricadas na porta, a fim de impedir a entrada da polícia no ambiente em que eles programavam e noticiavam os protestos. Assim, em meio aos protestos de Seattle contra a OMC, nasceu o Indymedia que logo se tornaria uma rede de coletivos de mídia alternativa espalhada pelo globo (SANTOS 2010).

Importa observar que as lutas de Seattle, no seio dos Movimentos de Resistência Global, serviram de ponto de **articulação**, reunindo adeptos do movimento estudantil, anarquistas, ambientalistas, feministas e outros interessados em combater os acordos de livre comércio encabeçados pela OMC, tendo, como **ponto nodal** de articulação de diversas identidades, as lutas contra a hegemonia neoliberal. Além disso, o Indymedia enquanto coletivo de mídia alternativa se insurgia contra o *modus operandis* da mídia tradicional, vista por eles como tendenciosa e servidora dos interesses do capital.

A atuação do Indymedia no que ficou conhecido como a Batalha de Seattle foi emblemática para a história da mídia alternativa em tempos de internet, uma vez que noticiou, aos quatro cantos do mundo, o outro lado da história dos protestos contra o III encontro do milênio com a Organização Mundial do Comércio e os países do G8 (SANTOS 2010).

De acordo com Malini e Antoun (2013), a cobertura da mídia hegemônica aos protestos de Seattle atendeu a interesses econômicos e políticos, tendo cobertura parcial dos acontecimentos. Assim, a mídia hegemônica, em sua versão dos fatos, enfatizou a indignação dos

fazendeiros de todo o mundo contra o protecionismo do governo norte-americano, subsidiando agressivamente seus produtos agrícolas.

Malini e Antoun (2013, p. 134) relatam, ainda, que o embaixador brasileiro Carlos Lampreia fez inúmeras aparições nos noticiários da mídia hegemônica e foi apresentado como o “herói” que tinha a “coragem” de contrariar os poderosos interesses econômicos dos Estados Unidos, defendendo o direito à “competitividade” dos produtos agrícolas brasileiros e à prática de salários “diferenciados”, sem os quais o *Agrobusiness* pátrio “iria à bancarrota”.

Os autores lembram ainda que os noticiários dos canais da TV a cabo, como a CNN, ou o noticiário da ABC e NBC, fornecidos pela *Superstation*, não fugiram à regra da parcialidade e edição das notícias que mais favoreciam a seus interesses. Num primeiro momento, reportavam os comunicados produzidos pela agência de notícias do World Trade Center, sede da OMC onde se realizava a reunião, complementando-os com entrevistas e reportagens.

Algumas vezes era possível assistir, nesses veículos de mídia, a uma rápida alusão aos protestos dos ativistas contra a OMC. A gritante ausência de imagens dos protestos, na leitura de Malini e Antoun (2013), era o sintoma mais evidente de que algo estranho ao universo do espetacularizável estava acontecendo. Os protestos eram aludidos, principalmente, a partir de uma dupla ótica ou eram apresentados como críticas corporativistas à liberdade comercial, feitas por grupos contrários à competitividade global ou eram apresentados como badernas de anarcopunks e delinquentes afins.

Conforme os autores, a interessada cobertura jornalística da mídia corporativa, da qual foi enfocada apenas a face mais generalizada e agressiva dos protestos, teria passado ao mundo somente as notícias de seu interesse, se não fosse afrontada pela emergência de uma nova mídia, o Indymedia. Um veículo de mídia alternativa sediado, sobretudo na Internet e que, ao final do movimento conhecido como Batalha de Seattle, tornou-se a principal mídia alternativa de notícias sobre o acontecimento (MALINE e ANTOUN, 2013).

Para os autores, o surgimento do Indymedia, gerado pelo entrelaçamento das teias interativas da Internet com o ciberativismo, abriu espaço ao casamento da política de ação-direta com o novo ativismo interativo e descentralizado dos sistemas de mídia. Sua atuação possibilitada, sobretudo pelo advento da internet, trouxe a tempestade da anarquia para assombrar o horizonte da organização capitalista no mundo globalizado (MALINE e ANTOUN, 2013).

O Indymedia noticiou aos quatro cantos do mundo o que foi considerada uma vitória parcial dos protestos de Seattle, qual seja, o cancelamento da reunião ministerial da OMC. Além disso, o Indymedia denunciou a exclusão dos representantes dos países em desenvolvimento das decisões sobre as políticas e sobre a questão dos subsídios agrícolas (PRUDÊNCIO, 2006). Os protestos de Seattle deram visibilidade à arbitrariedade da OMC e dos programas de desenvolvimento como práticas pouco democráticas e causadores de injustiça social. Com isso, os protestos de Seattle passaram a ser o exemplo de ação política bem sucedida e se transformaram numa espécie de padrão aos protestos anticúpula subsequentes (PRUDÊNCIO, 2006).

Nos meses seguintes, os Movimentos de Resistência Global foram reconhecidos pelos seus inimigos, os organismos multilaterais, os quais já admitiam, publicamente, que o modelo de globalização não era mais consenso, levando a uma **crise de hegemonia, um deslocamento** no que diz respeito ao discurso da globalização.

Se, em Seattle, os ativistas surpreenderam os conferencistas da OMC, assim como a polícia, no protesto seguinte, em Washington no dia 16 de agosto de 2000 (A16) contra o FMI e o Banco Mundial, a história foi diferente. Desta vez, o encontro aconteceu e a polícia já esperava pelos ativistas. Na ocasião do A16, a polícia infiltrou pessoas entre os ativistas, interceptou correspondências, monitorou *websites* e listas de discussão, fechou gráficas acusadas de reproduzir panfletos, tudo para neutralizar os ativistas (PRUDÊNCIO, 2006).

Desta vez, se os protestos não impediram a realização do encontro, ao menos forçaram os participantes a procurar diferentes itinerários e horários para chegar ao local das reuniões. O Indymedia centralizou a produção de informação sobre o A16, bem como ficou responsável pelos contatos e chamadas dos ativistas aos locais de protestos. Isso evidencia a centralidade da internet, tanto para a mobilização quanto na comunicação dos protestos antissistêmicos (PRUDÊNCIO, 2006).

De acordo com Prudêncio (2006), o A16 representou para os Movimentos de Resistência Global um momento de legitimação do seu discurso. Não foi um evento tão grandioso como o que ocorreu em Seattle, mas os ativistas consolidaram sua imagem como sujeitos políticos importantes no debate sobre a globalização.

Em 26 setembro de 2000 (S26), os protestos aconteceram em Praga, quando o FMI e o Banco Mundial se encontraram para sua conferência anual. Cabe observar que algumas **demandas sociais** dos ativistas haviam sido incorporadas na pauta de discussão dos

coordenadores do encontro, tais como a redução da dívida externa dos países pobres e os programas de combate à pobreza. Mas o S26 teve menor número de participantes que o esperado, e a cobertura midiática hegemônica focou a violência e a depredação durante o protesto, dando uma imagem negativa dos manifestantes (PRUDÊNCIO, 2006).

De acordo com notícias no site do Indymedia, havia, em Praga, quase um policial para cada manifestante. Tal contingente policial não era visto desde a primavera de 1969 em Praga. (PRUDÊNCIO, 2006). Foram criadas zonas de proteção; moradores das áreas próximas aos locais do evento foram aconselhados a deixar a cidade, as fronteiras e os aeroportos foram monitorados com listas de nomes de manifestantes mais notórios de Seattle e Washington.

Nas ruas, os protestos do S26 foram mais agressivos do que os do N30 e A16, com barricadas em chamas, ataques às lojas do McDonalds e confrontos violentos com a polícia. Em razão disso, o encontro foi cancelado após o primeiro dia de reuniões. Os Movimentos de Resistência Global exibiram a amplitude da interatividade da internet nas chamadas aos protestos, também, pelo crescimento dos Indymedias no mundo (PRUDÊNCIO, 2006).

De acordo com Prudêncio (2006), após os protestos do S26, os ativistas fizeram um balanço das manifestações, abrindo um fórum de discussão no site do Indymedia. O saldo do debate revelou problemas entre grupos socialistas libertários e outros grupos com hierarquia mais instituída, o que provocou desacordo em relação às estratégias de ação. Os ativistas admitiram haver ocorrido falhas na comunicação entre os diferentes espaços de organização do protesto, bem como por causa da dominância da língua inglesa nos processos. Os pontos positivos foram o cancelamento do encontro no segundo dia de reuniões e a inclusão do tema da pobreza na pauta das reuniões (PRUDÊNCIO, 2006).

Depois dos protestos em Praga foi a vez de Québec, onde os chefes de Estado do continente americano se encontraram para negociar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 20 de abril de 2001 (A20). Para esse encontro, os ativistas se prepararam meses antes por ocasião da realização, em janeiro de 2001, do I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, cujo lema era: um outro mundo é possível (PRUDÊNCIO, 2006).

Para a reunião em Québec, os organizadores do evento construíram um muro de, aproximadamente, seis quilômetros em torno do centro de conferências para impedir a passagem dos manifestantes, o qual foi denominado de “muro da vergonha”. Os cerca de mil manifestantes que tentaram derrubá-lo receberam mais atenção da

imprensa que os outros 25 mil que tomaram as ruas pacificamente. Assim, o A20 amplia as lutas dos Movimentos de Resistência Global contra o livre comércio, incluindo a questão da democracia e da exclusão dos países da América Latina de processos políticos importantes (PRUDÊNCIO, 2006).

Em julho de 2001, ocorreu o encontro do G8<sup>52</sup> em Gênova e esse foi o episódio mais violento do ciclo de protestos dos MRG. Na ocasião do encontro do G8, a exemplo de Québec, um muro também foi erguido em torno do local da reunião e mais de 20 mil policiais estavam a postos, muitos disfarçados de ativistas. Cerca de 200 mil manifestantes tomaram as ruas da cidade. A polícia invadiu o local onde os ativistas do Indymedia estavam fazendo a cobertura dos protestos, equipamentos foram destruídos, documentos confiscados, manifestantes presos e agredidos (PRUDÊNCIO, 2006).

De acordo com Prudêncio (2006), os protestos em Gênova foram duramente reprimidos pela polícia e são lembrados por causa do assassinato de Carlo Giuliani, manifestante de 23 anos que levou um tiro na cabeça e teve o corpo atropelado, duas vezes, por um jipe da polícia. Esse fato foi explorado, tanto pela mídia corporativa internacional, quanto pela mídia alternativa e foi isso que deslegitimou o encontro do G8, pois gerou mais protestos em todo o mundo contra a repressão da polícia italiana (PRUDÊNCIO, 2006).

A cobertura midiática relacionada aos protestos em Gênova provocou, ao mesmo tempo, o fortalecimento da rede de ativistas e o recuo das manifestações. Desse modo, a solidariedade entre os ativistas dos MJG aumentou, gerando, também, o refluxo dos protestos,

---

<sup>52</sup> O G8 surgiu do grupo dos sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia. O G8 é composto pela Inglaterra, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos mais a Rússia. Desde a década de 1970 esses países tem se encontrado para discutir questões econômicas e políticas. Quando a Rússia iniciou a transição para uma economia de mercado em 1994, os países do G7 permitiram que ela participasse de todas as discussões econômicas e financeiras. O G7 mais a Rússia assumiu oficialmente o título de G8 em 1997 no “encontro dos oito”, em Denver. As nações do G8 possuem uma enorme capacidade de manipular outras instituições de governança global, tais como o conselho de segurança da ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, a OMPI (organização mundial da propriedade intelectual) e até mesmo alterar diretamente os rumos políticos de diversos países do globo (<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/06/319983.shtml>).

primeiramente pelo trauma do assassinato de Giuliani e, mais tarde, pela onda de antiterrorismo que tomou conta do noticiário internacional, depois do ataque aos prédios do World Trade Center em Nova York. A partir de 11 de setembro daquele ano, qualquer manifestação poderia repetir a violência de Gênova e todo ativista passou a ser considerado um terrorista em potencial (PRUDÊNCIO, 2006).

Esse foi o contexto de emergência e de atuação nos primeiros anos de existência da rede Indymedia. De acordo com Santos (2010), o objetivo inicial da Indymedia era contribuir à formação de um canal para a participação política dos Movimentos de Resistência Global. Nesse sentido, o Centro de Mídia Independente foi idealizado como ferramenta de mídia que consistia em um site na internet, no qual qualquer manifestante ou testemunha das manifestações poderia registrar seu relato, sua reportagem e suas fotos sem intermediários.

O autor ainda relata que o CMI foi visto, na ocasião, como um mecanismo encontrado pelos manifestantes, na tentativa de escapar da distorção e ocultamento operado pela chamada mídia corporativa na cobertura dos protestos anticapitalistas. A ideia básica era a de uma mídia não mediada, onde o próprio manifestante se torna jornalista e editor, prescindindo da figura do especialista do sistema capitalista.

Assim, preocupados com uma possível cobertura insuficiente ou inadequada dos protestos pela mídia hegemônica, um grupo de organizações e ativistas de mídia alternativa criaram algo inovador na época, uma ferramenta que possibilitasse a cobertura espontânea e fluída dos eventos. Após o registro do domínio *www.indymedia.org* com um fundo coletivo de doações, os voluntários oficializaram a rede Indymedia (SANTOS, 2010).

Por meio de um sistema de publicação aberta em que os leitores eram também os produtores do conteúdo, o *site* foi alimentado com textos, fotografias, vídeos e arquivos de áudio captados, diretamente, das ruas do centro de Seattle, gerando mais de dois milhões de visitas durante os dias dos protestos (SANTOS, 2010).

O Indymedia, nos protestos em Seattle, propunha-se a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando para isso um democrático sistema de edição; disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft*<sup>53</sup> por meio do seu site. Desta forma, alinhados à política da

---

<sup>53</sup> O termo *copyleft* foi criado para contrapor-se ao termo *copyright* que rege o material produzido pela mídia corporativa e regulamenta a propriedade intelectual garantindo as restrições de reprodução, divulgação e utilização da

ação-direta, o ato de cobrir o acontecimento de Seattle para o Indymedia significava participar, ativamente, de sua elaboração e não apenas noticiar as ações que se desenrolam quando de sua manifestação (PRUDÊNCIO, 2006).

As manifestações tornaram famosos alguns grupos tais como: os Tute Bianchi, na Itália, e o Black Block, na Inglaterra e Estados Unidos. Em Seattle, os ativistas fizeram uma corrente e trancaram a passagem para o Centro de Convenções, local das reuniões, e o encontro foi cancelado, mas logo após a decisão, a polícia reprimiu as manifestações com gás de pimenta e balas de borracha, iniciando o confronto. Os chefes de Estado se pronunciaram pela mídia hegemônica (PRUDÊNCIO, 2006).

Embora esta tenha sido uma manifestação nas ruas, não se pode deixar de citar que a organização do protesto foi uma ação virtual na internet. Ao longo daquele ano, foi divulgada pela internet uma chamada à campanha contra a OMC: “Say NO to WTO”. Essa campanha estimulou o debate e a adesão aos protestos. As chamadas na internet buscavam explicar, ao longo do texto, como as ações seriam organizadas e orientadas, também em outras cidades (PRUDÊNCIO, 2006).

Além disso, as chamadas enfatizavam que o alvo dos protestos seria o sistema capitalista, baseado na exploração de pessoas e do meio ambiente para lucro de poucos, como causa dos atuais problemas sociais e ecológicos. O objetivo, segundo a convocatória, era o de transformar a ordem do sistema capitalista e construir estruturas sociais e econômicas alternativas, baseadas na cooperação, sustentabilidade ecológica e democracia direta (PRUDÊNCIO, 2006).

Assim, a associação entre exploração de trabalhadores, ruína de camponeses, deslocamento de populações indígenas, destruição do meio ambiente é o argumento para a formação de um movimento unificado. Os protestos de Seattle funcionaram como momento de **articulação** de diferentes forças sociais à criação de uma rede de resistência aos valores neoliberais divulgados pelo Indymedia.

Para noticiar os protestos, os ativistas do Indymedia escolheram um software de Publicação Aberta<sup>54</sup> numa clara alusão e defesa das lutas

---

produção. O *copyleft* permite a livre distribuição e veiculação do material, desde que respeitada sua integridade e citada a fonte produtora e a sua autoria. Falaremos sobre o *copyleft*, sua origem e ligação com o movimento de *Software Livre* no próximo tópico.

<sup>54</sup> Publicação Aberta significa que qualquer um pode publicar sua versão dos fatos ou textos de interesse social no site do CMI sem edição ou intermediação,

contra a propriedade intelectual, levada a cabo pelo movimento de Software Livre em décadas precedentes. Conforme Santos (2010), era a primeira vez que os organizadores dos protestos davam importância aos meios alternativos de comunicação, pois, geralmente, a preferência era dada aos jornalistas da mídia tradicional ou a pequenos canais de notícias independentes.

Assim, após Seattle, o Indymedia se espalhou por todos os continentes do globo, desdobrando-se em dezenas de sites locais. A partir de então, o CMI se dedicou também a trazer informações, não apenas de manifestações de rua anticapitalistas, mas de temas de interesse social, de movimentos sociais, tornando-se um veículo de mídia alternativa permanente, por meio da difusão, redação e edição de conteúdos de interesse geral (LIBERATO, 2006).

Santos (2010) ressalta que, ao longo dos anos 2000 e 2001, foram criados CMIs na Austrália, na Índia, no Japão, na Palestina, no Oriente Médio, na Rússia, na Coreia do Sul e na América Latina. O autor observa ainda que o rápido crescimento do Indymedia, passando de 01 coletivo em 1999 para 39 em 2000 e 70 em 2001, levou os voluntários dos coletivos já federalizados na rede a perceberem a necessidade de orientar os novos coletivos, segundo os princípios de unidade e da Política Editorial<sup>55</sup> concebidos desde o primeiro coletivo, baseando-se nas concepções políticas dos Movimentos de Resistência Global.

Na primeira reunião presencial da rede, realizada em São Francisco nos Estados Unidos, em 2001, nasce um grupo de trabalho com a função de fazer o acompanhamento da formação de novos coletivos, segundo as concepções políticas da rede. Até o final do ano de 2001, a rede Indymedia passou a contar com coletivos no continente africano, decorrentes das manifestações contra o racismo e pela proteção do meio ambiente (SANTOS, 2010).

Santos (2010) mostra que, entre 2000 e 2004, houve um crescimento ascendente do número de coletivos do CMI que possuíam *sites* próprios na *web*, 106 coletivos em 2002, 136 em 2003 e 162 em

---

na mesma linha política do movimento de software livre conforme vimos no tópico precedente. A prática da Publicação Aberta é um dos aspectos mais importantes e defendidos pelo CMI por representar sua luta pela democratização dos meios de comunicação.

<sup>55</sup> A Política Editorial da rede Indymedia é compartilhada por todos os coletivos do CMI espalhados pelo globo, inclusive o CMI Brasil, sendo assim, mostraremos a Política Editorial na íntegra quando apresentarmos a estrutura do site do CMI Brasil que é a mesmo para todo o Brasil.

2004. Em 2007, com 170 coletivos do CMI espalhados pelo Globo com sites próprios. Após 2007, a rede Indymedia global entrou numa fase de estabilização e, nos anos seguintes até os dias atuais, a rede segue em refluxo<sup>56</sup>.

Cabe observar que se o CMI é fruto do levante neozapatista que conduziu aos Movimentos de Resistência Global, não podemos deixar de citar a importância da internet, bem como do ciberespaço e do movimento de Software Livres na sua consolidação como mídia alternativa.

### 5.1.CMI BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA À HEGEMONIA NEOLIBERAL E À MÍDIA TRADICIONAL

A ideia de trazer o CMI para o Brasil surgiu por volta dos anos 2000 por conta das manifestações em Praga, em 26 de setembro de 2000, contra a reunião do FMI e do Banco Mundial. Os primeiros integrantes do CMI Brasil foram ativistas envolvidos com os chamados Movimentos de Resistência Global, sendo a primeira matéria veiculada no site do recém-criado CMI Brasil, o dia sem compras em Belo Horizonte no dia 23 de dezembro de 2001 (SANTOS, 2010).

O CMI Brasil buscou desde o princípio ser um coletivo de mídia alternativa aberto à participação de qualquer pessoa, sendo a única exigência o respeito a sua Política Editorial e **aos princípios organizacionais da rede: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta.**

Conforme Santos (2010), durante algum tempo, o CMI Brasil chegou a ser um coletivo de apenas três pessoas, mas devido ao seu envolvimento em outras iniciativas de democratização da informação, como o I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre e a campanha contra o ALCA nos anos 2000, muitos ativistas passaram a integrar o coletivo como voluntários (SANTOS, 2010).

O FSM foi um espaço importante ao encontro de ativistas de todo o mundo, inclusive da rede Indymedia, para a troca de experiências com as pessoas interessadas em montar coletivos em várias cidades no Brasil.

---

<sup>56</sup> Realizei uma exaustiva pesquisa em periódicos nacionais e internacionais com a intenção de encontrar trabalhos sobre o CMI nos quais pudesse atualizar as informações sobre o número de coletivos ativos na rede Indymedia. Apesar de encontrar diversos artigos e 3 dissertações em nenhum desses documentos foi possível encontrar informações atualizadas, tampouco no site da rede Indymedia ou do CMI Brasil pude encontrar essa informação.

A campanha contra a ALCA é relatada pelos ativistas do CMI Florianópolis como o **ponto nodal**, que possibilitou a aglutinação de coletivos autônomos, movimentos sociais e sindicais em torno de um objetivo comum no Brasil, qual seja, barrar o processo de liberação do livre comércio e as medidas neoliberais, implantadas como exigências pelos Estados Unidos para a assinatura do acordo (SANTOS, 2010).

Sobre os protestos contra a ALCA, o CMI gerou uma série de materiais como as três edições do jornal *O Independente*<sup>57</sup> e o vídeo *Não Começou em Seattle e Não Vai Terminar em Quebec*<sup>58</sup>, realizados em São Paulo por conta da manifestação contra a ALCA. A Campanha Nacional contra a ALCA foi composta por diversas organizações. Destacam-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), alguns segmentos do Partido dos Trabalhadores (PT) e por diversas organizações ativistas. No total, a Campanha foi composta por cerca de 60 organizações, inclusive o CMI Brasil, com capilaridade em praticamente todo o território nacional (SANTOS, 2010).

No Brasil, a Campanha contra a ALCA propôs a realização de um plebiscito. Os encaminhamentos discutidos e deliberados no final de 2001 ganharam visibilidade no II Fórum Social Mundial em fevereiro de 2002, quando o Plebiscito Popular sobre a ALCA foi lançado. No dia 17 de setembro de 2002, a coordenação da Campanha contra a ALCA entregou aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário um Manifesto, contendo os resultados do plebiscito. A votação final, divulgada oficialmente, chegou ao total de 10.234.143 votos, dos quais 98% foram contra a ALCA (SANTOS, 2010).

O Plebiscito Popular foi uma etapa importante, mas a Campanha não se encerrou com a sua votação. O acompanhamento das negociações continuou até o encontro dos chefes de estado do continente americano em 2005, em Mar Del Plata para a assinatura do tratado. Na ocasião, as lutas de resistência popular contra a ALCA, aliadas à vontade política de alguns governantes latino-americanos, conseguiram bloquear a agenda do Governo dos Estados Unidos e, portanto, bloquear a assinatura da ALCA por tempo indeterminado (SANTOS, 2010).

---

<sup>57</sup> Pode ser consultado em:  
<http://brasil.indymedia.org/media/2005/03/309853.pdf>

<sup>58</sup> Pode ser consultado em:  
<http://prod.midiaindependente.org/pt/red/2007/03/377159.shtml>

Desta maneira, o **projeto hegemônico** neoliberal estadunidense da ALCA sofreu uma nova derrota e ficou paralisado. A campanha continental contra a ALCA brindou um significativo aporte nesta batalha, mostrando a capacidade dos movimentos sociais de realizar as ações coletivas. Estas representaram um símbolo da luta e enfrentamento às negociações e assinaturas de Tratados de Livre Comércio<sup>59</sup> (TLCs) em vários países do continente (SANTOS, 2010).

Diante do exposto, depreende-se que o Centro de Mídia Independente do Brasil nasceu como desdobramento da organização dos Movimentos de Resistência Global, da qual a campanha contra a ALCA fez parte. Em janeiro de 2001, o site do Centro de Mídia Independente Brasil foi ao ar e, desde então, tem se esforçado para cobrir eventos ligados à luta social antissistêmica.

De acordo com Santos (2010) quando, o CMI Brasil foi criado, seus voluntários já tinham o entendimento da importância da Publicação Aberta para um projeto de mídia alternativa, ideia que já havia se consolidado após Seattle. Desse modo, imbuído do **imaginário social** de insubmissão aos valores liberais e capitalistas, fruto das lutas antissistêmicas, o CMI Brasil se autodenomina: “[...] uma rede de produtores independentes de mídia, que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”<sup>60</sup>. Ainda, o CMI Brasil por meio da sua prática ativista busca dar “[...] voz a quem não tem voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia hegemônica, que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais”<sup>61</sup>.

O CMI Brasil tem como objetivos a democratização dos meios de produção e a distribuição de imagens, sons e textos acerca dos movimentos sociais, grupos autônomos e comunidades, sem os filtros oficiais; a livre e aberta troca de informações; a criação de laços e conexões entre elementos e grupos autônomos; a colaboração mediante à coordenação descentralizada das lutas sociais e as tomadas de decisão por consenso (SANTOS, 2010).

---

<sup>59</sup> Tratados de Livre Comércio são acordos bilaterais ou multilaterais realizados entre os países. Esses TLCs se proliferaram depois que as negociações da ALCA esfriaram  
(<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/02/307208.shtml>).

<sup>60</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>

<sup>61</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>

A descrição feita na página da internet do CMI Brasil contém a ênfase da cobertura sobre os movimentos sociais e as lutas das comunidades locais contra aqueles que negam seus direitos e os mantêm à margem do sistema. Para tanto, os voluntários do CMI, munidos de filmadoras, gravadores e máquinas fotográficas revelam, sem mediação, a outra face da moeda no que diz respeito às práticas políticas das megacorporações dos Estados e dos organismos multilaterais que impõem uma globalização de cima para baixo, seus acordos de livre comércio e suas guerras imperiais (SANTOS, 2010).

Santos (2010) relata ainda que, no Brasil, entre 2001 e 2009, o CMI contava com 14 coletivos em atividade, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé/Amazônia, Salvador e São Paulo. Atualmente, conforme os voluntários do CMI Florianópolis, há somente quatro coletivos ativos em: Curitiba, Tefé/Amazônia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Santos (2010) observa que, ao longo dos treze anos de atuação, a rede CMI Brasil passou por momentos de expansão e refluxo e acompanhou as mudanças nos movimentos sociais de base territorial, a criação de movimentos juvenis autonomistas como, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL), que começou em Florianópolis e encontrou no site do CMI uma ferramenta, não só para narrar os protestos, mas também para espalhar a causa a outros Estados. A partir da Revolta da Catraca, que conseguiu baixar as tarifas do transporte coletivo em 2005, em Florianópolis, o MPL se espalhou pelo Brasil e, oito anos depois, foi o principal protagonista dos protestos que fizeram os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro baixarem as tarifas em 2013.

A dinâmica dos fluxos e refluxos dos movimentos de protestos impacta o CMI em seus momentos de grande atividade e latência, o que evidencia o caráter político do social, uma vez que toda **ordem hegemônica** tem seus momentos de fluxo e refluxo, o que nos termos de Laclau (1990) pode ser lido como momentos de **sedimentação e reativação do político**.

Depreende-se disso que nas lutas sociais haverá momentos em que as circunstâncias proporcionarão uma realidade de lutas mais radicalizadas e permanentes. Em outras, contextos de dificuldade na **articulação** e condução das lutas.

Dentre as campanhas e coberturas realizadas pelos coletivos que compõem a rede CMI Brasil ao longo dos seus 13 anos de atuação, as

que mais se destacaram, segundo os ativistas do CMI Florianópolis, foram:

- As coberturas da repressão policial às comunidades de baixa renda, em consequência dos jogos Panamericanos, que aconteceram em 2007, no Rio de Janeiro e a campanha contra o caveirão, carro blindado, utilizado pela polícia militar nos morros cariocas; são pautas que se destacam na produção do coletivo do Rio de Janeiro, em colaboração com voluntários de outros coletivos do CMI e com movimentos sociais e comunitários locais;
- A realização de oficinas de repórteres populares pelo CMI Porto Alegre em 2004 e um editorial/vídeo explicativo sobre a produção e divulgação das notícias referentes às lutas sociais e o cotidiano dos movimentos sociais com base em um modelo de comunicação horizontal, onde o receptor pode ser o próprio emissor e vice-versa. Conforme explica Santos (2010), fez parte da atividade uma discussão geral sobre mídia, abordando as diferenças entre mídia alternativa e corporativa e a importância dos repórteres populares para a democratização da comunicação;
- A realização pelo CMI Goiânia do vídeo *Sonho Real - Uma História de Luta por Moradia*<sup>62</sup> sobre a desocupação violenta da Ocupação Sonho Real em Goiânia. Esse vídeo contou com a ajuda do ativista do CMI Nova York Brad Will<sup>63</sup>. Essa é uma das produções do CMI, que teve maior repercussão no meio ativista e foi vencedora da mostra de Vídeo Universitário do I Festival de Cinema Brasileiro de Goiânia, em novembro de 2005. Esse vídeo é emblemático na luta do CMI junto às minorias, junto aos marginais do sistema;
- A cobertura da Revolta do Buzu em 2003 que ficou conhecida por revolta popular, reunindo milhares de jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras para protestar contra o aumento da tarifa, foi a primeira grande cobertura do CMI de Salvador; como

---

<sup>62</sup> Vídeo Sonho Real: Uma História de Luta por Moradia, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1h28d-niU4>.

<sup>63</sup> Brad Will era militante do CMI Nova York que participou da rebelião popular em Oaxaca, México, em 2006 quando foi alvejado por um tiro de fuzil no peito por paramilitares mexicanos. Sobre a rebelião de Oaxaca e a vida e morte de Brad Will foi produzido um documentário intitulado *Uma noite a mais nas barricadas*, disponível em: <http://vimeo.com/1983128>.

também a revolta das catracas em Florianópolis, principalmente nos anos de 2004 e 2005.

Santos (2010) relata que o CMI Brasil em seus primeiros anos de existência era composto por voluntários vindos dos MRG que integravam os protestos dos chamados Dias de Ação Global e protagonizavam as manifestações contra os organismos multilaterais em todo o mundo até meados dos anos 2000 (SANTOS, 2010).

Essa realidade vai se modificando mesmo porque houve uma arrefecida nos MRG a partir de meados dos anos 2000. Assim, de 2006 até os dias atuais, o CMI Brasil esteve voltado à cobertura de ações coletivas realizadas por comunidades e movimentos sociais locais que, ao longo da trajetória da rede, estabeleceram laços de solidariedade pelos desdobramentos das lutas sociais no cotidiano das comunidades locais. (SANTOS, 2010).

### **5.1.1. Política Editorial e o *site* do CMI Brasil/Florianópolis<sup>64</sup>**

Falar da Política Editorial do CMI é importante porque ajuda na compreensão do que o CMI é enquanto organização de resistência, uma organização de mídia alternativa à mídia hegemônica. Conforme veremos, a Política Editorial abriga a posição política anticapitalista do CMI e esclarece as condições para publicação de artigos, textos e matérias no *site* desse coletivo de mídia. Além disso, o *site* é a principal ferramenta de divulgação das lutas sociais e o meio pelo qual o CMI realiza sua resistência à mídia hegemônica, ao neoliberalismo e ao capitalismo de forma mais contundente.

Conforme visto até aqui, o CMI Brasil é uma rede de coletivos de mídia alternativa e independente, que busca dar voz e vez aos que estão à margem do sistema capitalista. O CMI Brasil é aberto a qualquer grupo e pessoas que queiram fazer parte da rede, sendo a única exigência o respeito a sua Política Editorial e a seus princípios organizacionais, quais sejam, a horizontalidade, a independência e o consenso.

Assim, para que um novo coletivo passe a fazer parte da Rede CMI Brasil é necessário que ele seja aprovado pelos demais coletivos locais. Esse processo existe para garantir a entrada na rede, de coletivos que apenas construam, ao longo de sua formação, uma boa dinâmica de

---

<sup>64</sup> O site do CMI Brasil é o mesmo para todos os coletivos locais, logo esse também é o site do CMI Florianópolis objeto de estudo dessa tese.

trabalho e afinidade com os demais coletivos em relação aos princípios da rede Indymedia e do CMI Brasil<sup>65</sup>.

O CMI Brasil segue a Política Editorial da rede Indymedia. No site do CMI Brasil é possível encontrar a declaração de sua Política Editorial, seguida por listagem de temas caros a esse coletivo de mídia alternativa:

O CMI Brasil é uma rede anticapitalista de produtores de mídia alternativa com o propósito de construir uma sociedade livre, igualitária e solidária. Desse modo, o CMI busca ser um espaço no qual qualquer pessoa, movimento social, coletivos de ativistas que estejam em sintonia com seus princípios editoriais, possam publicar sua própria versão dos fatos. Para isso, o CMI funciona com um mecanismo de Publicação Aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos sem edição ou intermediação de qualquer espécie<sup>66</sup>.

Sendo assim, são bem-vindas no CMI, publicações que estejam de acordo com os princípios editoriais da rede, como:

- Relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;
- Relatos de novas formas de organização (como o Movimento Passe Livre, Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as, das/dos zapatistas no México, das/dos piqueteiras/os na Argentina, das redes de economia solidária, etc.);
- Denúncias contra o Estado e as corporações;
- Iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro, etc.);
- Análises sobre a mídia;
- Análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;
- Produção audiovisual que vise à transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

---

<sup>65</sup><https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilNovosColetivos>

<sup>66</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/red/static/policy.shtml>

Não são bem-vindas publicações que contrariem os princípios editoriais do coletivo, tais como, artigos que:

- Sejam de cunho racista, sexista, homofóbico ou em qualquer sentido discriminatório;
- Contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos;
- Façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- Tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneira que fujam de nossas propostas políticas;
- Visem à promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- O/a autor (a) peça que sejam retirados;
- Sejam boatos conhecidos, informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;
- Sejam spam, isto é, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de Publicação Aberta e/ou sabotar o sítio, pois serão considerados como artigos sem conteúdo;
- Estejam contra os objetivos apresentados nesta Política Editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente<sup>67</sup>.

O CMI Brasil ressalta, em seu site, que as publicações contrárias a sua Política Editorial não são apagadas; esses artigos continuam disponíveis ao público na seção *Artigos Escondidos*<sup>68</sup>. A transparência do processo editorial se reflete na lista do *Coletivo Editorial*, cujos arquivos são abertos ao público, podendo assim, acompanhar as discussões do Coletivo Editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico [contato@midia independente.org](mailto:contato@midia independente.org).

---

<sup>67</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>

<sup>68</sup> Artigos Escondidos foi uma forma encontrada pelo CMI Brasil, após muita discussão, de deslocar as publicações de caráter racista, fascista, preconceituosa, para um local escondido no site, mas que pudesse ainda ser acessado por quem quisesse. O link Artigos Escondidos visa proteger a Política Editorial do CMI e ao mesmo tempo preservar seus princípios políticos e de democratização da mídia.

O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele, tendo em vista contribuir com a concretização destas liberdades; o CMI incentiva o uso de softwares livres e a publicação em formatos livres para áudio, para imagens e para textos. Como não poderia ser diferente, o CMI não apoia o uso de formatos copyrights, tais como o *doc* para texto, o *ppt* para apresentação de slides, etc. Da mesma maneira, todo o conteúdo do site é disponibilizado sob a licença de copyleft.

O layout do *site* do Indymedia e dos demais CMIs, espalhados pelo globo são parecidos, tendo poucas variações quanto aos logos e banners no cabeçalho das páginas.

Figura 2: Logos do CMI



Indymedia Israel



CMI Chiapas



CMI Brasil

Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Quanto à estrutura do *site* do CMI Brasil/Florianópolis, ela é dividida em três colunas: a) coluna da direita, referente à Publicação Aberta; b) coluna do meio, às matérias principais, aprovadas pelo Coletivo Editorial; c) coluna da esquerda, na qual se encontram *links* para textos que podem ser impressos, arquivos de áudio e vídeo, *links* para os *sites* da rede global, entre outras funções.

A coluna de Publicação Aberta é a parte mais ativa do *site* com inúmeras postagens diárias. Nela, é permitido a qualquer um postar notícias, matérias, mediante um sistema autoexplicativo de publicação. Já as matérias da coluna do meio são em número reduzido em relação à Publicação Aberta e são alimentadas, regularmente, pelos voluntários dos CMIs locais. Cabe observar que as postagens da coluna do meio passam por um processo de análise, realizada pelo chamado Coletivo Editorial.

Figura 3: Site do CMI Brasil

The image shows a screenshot of the CMI Brasil website. The main article is titled "O Futuro das sementes" (The Future of Seeds) and features a large image of a protest sign that reads "CUANDO HAMBRE ES LEY REBELION ES JUSTICIA". The article text discusses the future of seeds, mentioning the need for a new paradigm and the role of the state in ensuring food security. Below the main article, there are several smaller articles and a sidebar with navigation options. The website layout is clean and professional, with a clear focus on news and social issues.

Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Ao observar a figura acima, podemos notar seu formato de portal com *links* que direcionam a diversos outros sites na internet. Por meio de qualquer *site* da rede Indymedia, pode-se acessar os sites de outras localidades, que integram a rede e os bancos de dados onde estão os vídeos, os áudios e as informações produzidas pelos coletivos locais ou por usuários do *site*.

Os textos da coluna de Publicação Aberta não precisam ser aprovados pelo Coletivo Editorial, porém devem obedecer a Política Editorial do CMI Brasil. Os textos que ferem a Política Editorial do CMI são retirados da coluna da direita e enviados para um *link* à parte, denominado de Artigos Escondidos. A responsabilidade de avaliar quais matérias estão em desacordo com a Política Editorial é do Coletivo Editorial, bem como a avaliação dos artigos que podem ser publicados na coluna do meio.

O Coletivo Editorial é composto por três voluntários dos CMI locais, que se candidatam à função de maneira espontânea e permanecem nela por tempo indeterminado. Assim, para que um artigo seja aceito para publicação, na coluna central, é necessário o que os voluntários do CMI chamam de os três “OKs”. Esse mesmo critério é utilizado na transferência de artigos que ferem a Política Editorial, os quais vão para o link Artigos Escondidos, conhecido como Lixo Aberto<sup>69</sup>.

Sobre o recurso dos Artigos Escondidos, cabe lembrar que a publicação de matérias no site do CMI é aberta e está associada a uma Política Editorial. Assim, espera-se que o espaço de publicação não seja utilizado para fins como propagandas comerciais, partidárias, publicação de artigos racistas, sexistas, de extrema direita, textos que colocam em risco o CMI, judicialmente<sup>70</sup>, ou representam um ataque pessoal a alguém ou a alguma instituição.

Quando isso ocorre, a matéria é "escondida" pelos voluntários do Coletivo Editorial, com base no consenso dos três “OKs” e redirecionada ao Lixo Aberto ou Lixo Fechado<sup>71</sup>, conforme o caso. Se o artigo é direcionado ao Lixo Aberto, ele aparece no link na coluna esquerda do site do CMI Brasil com o nome de Artigos Escondidos. Cabe observar que em casos polêmicos, nos quais não haja consenso entre os voluntários do Coletivo Editorial de que o artigo fere ou não a Política Editorial, ele permanece na coluna da direita. Logo, enquanto não houver os três “OKs”, o artigo não é enviado ao Lixo Aberto ou Fechado.

Segundo os ativistas do CMI Florianópolis que já atuaram no Coletivo Editorial, a maior parte dos artigos excluídos da publicação

---

<sup>69</sup> Quando uma matéria está em desacordo com a Política editorial, não importando o conteúdo, é colocada no Open Trash com uma justificativa e por decisão consensual do Coletivo Editorial, os chamados três OKs (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270490.shtml>).

<sup>70</sup> O CMI ao longo de sua atuação sofreu e sofre processos judiciais que custam muito recursos financeiros que no CMI é escasso, bem como custam energia dos voluntários do CMI que muitas vezes não conseguem realizar uma cobertura midiática em razão da ocupação com as questões judiciais.

<sup>71</sup> Os artigos vão para o Lixo Fechado e fica desse modo inacessível aos usuários do site, quando o conteúdo trata de assuntos que colocam judicialmente o CMI em risco ou representam um ataque tão forte a uma pessoa ou instituição que precisam ser apagadas. Sobre o Lixo Fechado é destacar que se trata de uma medida extrema e rara e também decidida por consenso pelo Coletivo Editorial (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270490.shtml>).

aberta se refere a conteúdo que defende o neoliberalismo. Outra parte dos artigos é excluída quando estão ligados a partidos políticos. Assim o CMI se afirma como espaço dedicado aos grupos de resistência libertários, aos coletivos autonomistas, aos movimentos sociais que combatem a direita, como também o centralismo e a burocracia dos partidos, mesmo de esquerda.

A Política Editorial do CMI, é importante que se diga, gerou várias discussões com os ativistas durante as reuniões do CMI Brasil ao longo de sua trajetória. Os pontos críticos são dois: 1) o excessivo trabalho para ficar escondendo os artigos ofensivos; 2) a paradoxal tensão entre ser uma mídia alternativa e democrática e a exclusão de matérias de cunho ofensivo e partidária para o lixo editorial. Conforme os voluntários do CMI Florianópolis, muito debate foi gerado em torno dessas questões, mas nenhum consenso sobre o que fazer foi conseguido ainda.

Essa passagem denota a tensão, **a divisão do sujeito**, entre buscar conciliar os princípios políticos do CMI, horizontalidade, não liderança, consenso e a defesa de sua Política Editorial com a exclusão arbitrária de artigos que firam seus princípios. Assim, a busca pela **completude da identidade autonomista** do coletivo por meio da prática dos seus princípios e a **impossibilidade desse fechamento em uma identidade plena** esbarra na decisão de ter que excluir matérias que firam sua Política Editorial, decisão política, que de alguma forma põe em xeque o caráter de democratização da informação defendida com tanta energia pelo CMI.

Outra ferramenta importante do CMI Brasil, segundo seus voluntários, são as chamadas listas de discussão, as quais são as principais ferramentas de comunicação e organização do CMI Brasil. Segundo dados do site<sup>72</sup> do CMI Brasil, há, aproximadamente, 200 listas de e-mails associadas aos coletivos locais, subdivididas conforme atividades específicas como a manutenção do site, a produção de vídeos, fotos e programas de áudios, por acompanharem os processos de formação de novos coletivos e os processos de organização da rede.

A maioria das listas de e-mails e seus arquivos são abertos à consulta e participação de qualquer pessoa. Há restrições à participação nas listas fechadas, sendo estabelecidos critérios de segurança que os

---

<sup>72</sup> Pesquisado em Março de 2014 no site do CMI Brasil. Nesse tópico sempre que eu apresentar dados e descrições sobre o funcionamento do CMI sem citar referências é porque extrai os dados diretamente do site do CMI: <http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilListas>.

coletivos locais deliberam, a fim de garantir a integridade dos voluntários, das atividades e dos projetos. As listas de discussão são as ferramentas que auxiliam na organização da rede, pois permitem comunicação rápida e direta entre coletivos espalhados pelo país.

As listas de *e-mail* são ferramentas de fundamental importância para a comunicação entre os voluntários do CMI em todo o globo, bem como para a comunicação com outros coletivos autonomistas e movimentos sociais. Nesse sentido, as listas enquanto ferramenta de comunicação desempenham uma função importante na **articulação de identidades políticas dispersas no campo da discursividade** contribuindo para a geração de **cadeias de equivalências**, levando ao fortalecimento de algumas lutas sociais pelo compartilhamento de pontos nodais em comum na luta contra o capitalismo, o neoliberalismo e a propriedade da informação.

## 5.2.O SURGIMENTO DO CMI FLORIANÓPOLIS: ODEIA A MÍDIA? SEJA A MÍDIA!

O CMI Florianópolis surgiu em 2003 a partir de uma rádio livre, o coletivo da Rádio de Tróia. A Rádio foi criada por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina após participarem do II Fórum Social Mundial em 2002, quando puderam entrar em contato com diversas experiências de rádios comunitárias e livres de todo o mundo. De acordo com Cazu, integrante do CMI Florianópolis, a Rádio de Tróia teve papel fundamental na constituição do CMI em Florianópolis, por ter conseguido agregar, em torno de um projeto comum que buscavam construir espaços culturais autônomos, promover manifestações e protestos de cunho anticapitalista e contra as políticas neoliberais.

A Rádio de Tróia, conforme relata Cazu, nasceu imersa nos valores do anarquismo, tais como a horizontalidade, a autonomia e o consenso já praticados pelos chamados coletivos autonomistas ativos no país e no mundo. Contudo, conforme Goya, desde o início, a prática desses valores no dia a dia da Rádio nem sempre foi fácil, haja vista que dela participavam, não somente militantes com esse ideal de vida, mas também estudantes oriundos do Centro Acadêmico da UFSC, com outros valores e ideais de organização, tais como certos partidos políticos ligados a uma militância trotskista.

Nesse sentido cabe destacar a proliferação de conflitos, em razão da tensão entre uma forma organizacional mais hierárquica (trotskista) ou mais horizontal (autonomista). Goya lembra que foram tempos difíceis e de muitas discussões e desentendimentos, fato que levou, ao

longo do tempo, muitos militantes a deixarem o coletivo. Da parte dos militantes autonomistas, um dos motivos para que os voluntários identificados ao trotskismo permanecessem e fossem tolerados, era o receio dos membros (autonomistas) em reproduzir as formas organizacionais autoritárias da esquerda tradicional (leninista/trotskista/stalinista), como punições e até mesmo a expulsão do membro do coletivo.

No ano de 2003, observa Vini, a Rádio de Tróia participou do encontro de Rádios Livres em São Paulo, em que estavam presentes os membros do coletivo CMI São Paulo que já haviam acumulado certa experiência na militância com a mídia alternativa e com a rede Indymedia. Assim, a partir desse encontro foram criadas as condições para a formação do CMI Florianópolis. Com a criação desse coletivo de mídia alternativa na cidade, os integrantes da Rádio de Tróia almejavam organizar em Florianópolis um programa coletivo de cunho informativo, pautado nas questões anticapitalistas, tanto locais quanto globais.

De acordo com a fala de Rox, o CMI Florianópolis iniciou suas atividades em março de 2004, com cinco voluntários quase todos integrantes da Rádio de Tróia. Sobre a colaboração entre militantes do CMI Florianópolis e da Rádio de Tróia, Bozo chama atenção para algo que pude observar durante o período de militância no CMI, qual seja, a prática da dupla militância. Essa prática é muito comum no campo da militância autonomista de Florianópolis e do Brasil. Isso pôde ser evidenciado, também, na formação do Movimento Passe Livre em 2004, constituído pelos militantes do recentemente formado CMI Florianópolis. Atualmente o CMI Florianópolis conta com a participação de oito voluntários.

De acordo com Cazu, os ativistas do CMI Florianópolis são, geralmente, oriundos da classe média, com idades que variam entre 18 e 40 anos, cursando o nível superior nas áreas das ciências sociais e humanas em universidades públicas e privadas.

Além da escolarização de nível superior completo ou não, observei uma intimidade dos voluntários com o uso da internet, recursos técnicos e midiáticos, produto de sua condição socioeconômica, mas, principalmente, da troca de experiências e conhecimentos no interior do coletivo e de outras redes sociais das quais participam. Parte considerável dos voluntários do CMI Florianópolis milita em mais de uma organização de resistência e possui familiaridade com o pensamento heterodoxo de esquerda, definindo-se como anarquistas autonomistas, socialistas ou de esquerda radical.

Os voluntários do CMI me explicaram que, no mesmo período em que se formava o coletivo do CMI Florianópolis, as questões sobre transporte coletivo ganhavam muita visibilidade na cidade, por causa da implantação do sistema integrado. Nessa época, a Juventude Revolução Independente (JRI) organizou uma campanha em prol do passe livre estudantil. Num primeiro momento, os voluntários do CMI e da Rádio de Tróia mantiveram certo distanciamento do movimento, em razão da desconfiança de membros com origem partidária na organização da campanha do passe livre.

Contudo, aos poucos o CMI e a Rádio de Tróia foram se integrando aos eventos e protestos organizados pela JRI, culminando com a formação do Movimento do Passe Livre em 2005, a partir dos membros do CMI Florianópolis.

É ponto pacífico entre os militantes do CMI Florianópolis que a Revolta da Catraca, nos anos de 2004 e 2005, foi um acontecimento importante para o Brasil no que diz respeito ao ativismo político e de resistência ao capitalismo e ao neoliberalismo. A partir desses acontecimentos se observou a proliferação e formação de coletivos de luta social em escolas e a formação de novos movimentos populares, requerendo maior participação política.

A partir dos relatos dos membros do CMI Florianópolis é possível depreender que a luta pela redução das tarifas de ônibus em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005, conduziu a uma suspensão temporária das **diferenças** de identidades entre militantes autonomistas e da esquerda tradicional que passaram a constituir uma **equivalência** em torno da luta pela redução das tarifas.

Um exemplo mais concreto disso pode ser apreendido na fala de Rox, quando narra como se deu a cobertura dos protestos da Revolta da Catraca. Para que fosse possível acompanhar em tempo real a dinâmica dos protestos, a Rádio de Tróia foi instalada no centro da cidade de Florianópolis, na sede de um sindicato de onde foram transmitidas as manifestações, tendo a participação de membros do CMI que, nessa época, também eram integrantes da campanha do passe livre. Desse episódio em diante, os caminhos do CMI e do MPL sempre estiveram ligados pela dupla militância ou pelas campanhas e protestos realizados conjuntamente.

O CMI Florianópolis, entre os anos 2006 até 2013 seguiu produzindo matérias e participando ativamente das ações coletivas de caráter popular na grande Florianópolis. Nesse período, o CMI produziu diversos jornais, como *O Independente*, o CMI na Rua, realizou várias coberturas, tais como a da desapropriação da Vila Santa Rosa em

Florianópolis, da desapropriação da ocupação Contestado em São José, das manifestações do passe-livre, das marchas da liberdade, das marchas da vadia, etc.

Pancho relata que durante o período de existência do CMI, houve diversos momentos de refluxo, chegando a ficar por um tempo com apenas dois membros. Esses refluxos, na visão de Bozo, podem ser explicados, em parte, pela maneira fluída como o CMI se organiza, conferindo maior liberdade de decisão aos seus voluntários, bem como em virtude do perfil do ativista. Assim, é normal, por exemplo, em épocas de final de semestres das universidades, haver baixa no número de militantes que pedem afastamento temporário para se dedicarem aos exames e trabalhos finais da faculdade.

Outro fator que ajuda a explicar a dinâmica organizacional do CMI nos períodos de intensa e baixa atividades é a própria configuração do campo das ações coletivas na cidade. O refluxo das atividades dos movimentos sociais, assim como da comunidade local de maneira geral, são também os momentos de refluxo do CMI, já que o CMI se coloca como ferramenta de mídia alternativa no auxílio aos movimentos sociais e à comunidade local na divulgação de suas lutas.

Os anos de 2012 e 2013 foram de refluxo no CMI Florianópolis em virtude da saída de vários voluntários, alguns por terem de trabalhar para o seu sustento e outros por terem planejado fazer viagens de estudos e militância noutros países da América Latina.

O ano de 2013 foi conturbado para o CMI Florianópolis segundo o relato de seus voluntários, pois além da saída de alguns voluntários houve um problema grave no CMI Curitiba que reverberou por toda rede do CMI Brasil com consequências importantes para a desestabilização da rede Brasil, culminando com a dissolução em novembro de 2013 do CMI Florianópolis.

O acontecimento que levou o CMI Florianópolis a pedir o desligamento da rede CMI Brasil foi o espancamento a uma militante de um coletivo feminista pelo seu companheiro, Plank, ativista do CMI Curitiba. A agressão aconteceu em outubro de 2012 e a vítima denunciou seu agressor via seu blog pessoal, publicando uma carta aberta<sup>73</sup> a todos os coletivos autonomistas de sua rede de contatos. Foi dessa forma que o CMI Florianópolis ficou sabendo do acontecido e, imediatamente, posicionou-se perante o CMI Brasil, enviando à rede

---

<sup>73</sup><http://bastademachismo.blogspot.com.br/2012/10/venho-atraves-desta-carta-de-repudio.html>

uma carta aberta<sup>74</sup>, pedindo o afastamento temporário do voluntário acusado da agressão, enquanto ocorria a apuração dos fatos.

A denúncia de agressão gerou amplas discussões nas listas de e-mails do CMI Brasil, havendo posicionamentos que divergiam quanto à decisão a ser tomada em relação ao fato. As discussões ocorreram durante todo o ano de 2013, tendo momentos de tensão, ofensas e ameaças à integridade física de ativistas.

A discussão do fato, segundo Atenas, aconteceu tanto nas listas da rede CMI Brasil, quanto dentro dos coletivos locais. Durante os primeiros meses de discussão, relata Atenas, o CMI Florianópolis se fechou para suas atividades externas, no objetivo de encontrar caminhos ao consenso. Nesse período de reflexão sobre o fato, a discussão interna se deu em torno do CMI Florianópolis de se retirar da rede Brasil, mas continuar da Global Indymedia, mas se chegou à conclusão de que não havia muita lógica nisso também.

Sendo assim, em meados de 2013, o CMI Florianópolis se posicionou como coletivo, pedindo o afastamento do CMI Curitiba, o qual foi negado pela rede Brasil. Como as discussões se mostraram infinitas, sem uma solução com a qual todos concordassem, o CMI Florianópolis pediu o bloqueio das atividades do CMI Curitiba. Isso por que conforme Rox, o CMI Florianópolis se posicionou ideologicamente, baseado nos princípios da rede, pelo bloqueio das atividades do CMI, por acreditar que os princípios políticos e organizacionais da rede são mais importantes que a própria participação na rede. Nas palavras de Rox:

Se a rede é incapaz de construir um processo de inclua todas as demandas dessa rede nós não queremos fazer parte dessa rede. Mesmo que isso seja muito duro para mim como membro que tenho fortes ligações afetivas com o CMI, tenho muito carinho por esse grupo, mas que, como uma forma de posicionamento político, como um ato político, a gente se retirou da rede por não concordar com a forma como as coisas estavam sendo decididas naquele instrumento de consenso. Então, mais do que o bloqueio daquela ação, nós nos retiramos num ato político. Só que depois ficou um vazio existencial nesse grupo de pessoas que ainda participam da luta. Que continuam

---

<sup>74</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2012/10/513343.shtml>

militando nos movimentos não só nos finais de semana, mas como uma prática diária que muitas vezes é mais importante que a sua própria subsistência e sim fazendo da militância a sua forma de vida.

Após a saída do CMI Florianópolis da rede Brasil e sua dissolução os voluntários desse coletivo de mídia alternativa passaram a atuar em outros coletivos autonomistas, tais como o Movimento Passe Livre (MPL), a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM), o coletivo feminista das “Vadias”.

Entre expansão e refluxos nos seus nove anos de existência, o CMI Florianópolis realizou muitas atividades, desde oficinas nas comunidades para formadores de comunicadores populares, produção de jornais e panfletos, divulgando as demandas das comunidades até a cobertura, produção de texto, fotos e vídeos de importantes acontecimentos e lutas sociais na grande Florianópolis. Os jornais produzidos na época da revolta das catracas foram o CMI na Rua (CnR) e o Independente.

O CMI Florianópolis realizou a cobertura de algumas manifestações e eventos na cidade; os militantes com os quais mantive contato durante a pesquisa destacaram:

- ✓A revolta das Catracas em 2004, 2005 e o vídeo documentário chamado Impasse sobre essa temática, produzido em 2010;
- ✓A cobertura da Marcha das Vadias e da Marcha pela Liberdade, ambas ocorridas em 2011;
- ✓Cobertura da reintegração de posse da ocupação contestada em São José/Santa Catarina em 2012.

Os textos produzidos pelos voluntários do CMI sobre as manifestações acima, bem como as fotografias podem ilustrar um pouco as atividades desenvolvidas pelo CMI Florianópolis.

### •**Revolta da catraca:**

Segundo o que consta na matéria realizada por militantes do CMI Florianópolis, disponível no site do CMI<sup>75</sup>, no dia da inauguração do Sistema Integrado de Transporte em Florianópolis, em 2004 e 2005 se deu também a inauguração da Revolta das Catracas. A falta de informação sobre o funcionamento do sistema, o aumento na tarifa e do tempo de percurso do ônibus para se chegar ao destino, despertou a fúria

---

<sup>75</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/11/293777.shtml>

de muitos usuários que, em protesto, fecharam a Avenida Mauro Ramos, uma das principais ruas da cidade.

Os dias subsequentes trouxeram algo de novo nos protestos da cidade, em escala muito maior do que as ações coletivas que já haviam ocorrido em anos anteriores. Nos protestos havia a participação de jovens secundaristas, ativistas de diferentes coletivos autônomos, militantes do movimento comunitário, dos partidos de esquerda e estudantes universitários que, reunidos em assembleias, privilegiavam a ação-direta e não as vias institucionalizadas para a obtenção de conquistas concretas em curto prazo, como por exemplo, o fechamento da ponte Hercílio Luz em Florianópolis e a ocupação da prefeitura municipal de Florianópolis para pressionar uma negociação pelas pautas de redução das tarifas e passe livre para os estudantes da cidade.

O CMI Florianópolis produziu, durante os protestos, sete jornais de poste, seis CMI na Rua, todos em formato A4. Os primeiros traziam informações e a cobertura das manifestações, e o último denunciava a violência da polícia militar e dos seguranças do consórcio de empresários proprietários das empresas de ônibus contra manifestantes e usuários daqueles dias.

Os militantes do CMI que, à época também integravam o MPL, falam com saudosismo daquela experiência que segundo eles não pode ser esquecida. Atenas expõe que os protestos duraram cerca de dez dias de insurreição popular, nos quais foram realizadas diversas assembleias de rua, reuniões com a prefeitura de Florianópolis, cujas salas eram tão cheias de manifestantes que, em diversas ocasiões, precisaram ser transferidos ao Salão Paroquial da Catedral.

A imagem que ficou daqueles dias de protestos, segundo Atenas, foi a Rádio de Tróia no centro da cidade, transmitindo ao vivo as informações das manifestações, o CMI na Rua, os impressos do Independente, sendo distribuídos pela cidade e os comitês de pais e mães fazendo sopa para os manifestantes.

O material produzido e espalhado pela cidade visava ampliar a visibilidade dos protestos e chamar mais pessoas às ruas. Laclau nos lembra de que, (1994) quando eram vistas as ações coletivas, como as revoltas populares e as reivindicações de **demandas** sociais, ocorria troca de significados e se ampliavam as possibilidades de construção de **equivalência** entre os sujeitos políticos **em oposição à hegemonia** estabelecida.

Outro trabalho citado pelos militantes do CMI Florianópolis foi o da produção de um vídeo documentário chamado Impasse<sup>76</sup> em 2010, contendo o balanço das lutas pelo transporte público de 2005 a 2010. O lançamento foi no dia 16 de setembro de 2010 no auditório da Reitoria da UFSC. No vídeo são exibidas cenas que nunca foram mostradas em nenhuma emissora de televisão da mídia hegemônica. As imagens incluem flagrantes de violência policial e os momentos de tensão e luta corporal entre policiais e manifestantes, bem como o momento em que um membro do CMI Florianópolis, que estava filmando os protestos, recebeu um choque da polícia.

Em seguida, é mostrada a fala do secretário de segurança de Santa Catarina, justificando o uso do choque em manifestações de Movimentos Sociais. Outro ponto abordado no vídeo é a fala do Comandante de polícia da capital, enfatizando que cabia à polícia dar uma lição nos manifestantes, assim como um pai dá uma palmada em seu filho para educá-lo. Além disso, o documentário revela também o que pensam os usuários, trabalhadores, especialistas e empresários do transporte; expõe as contradições e as diferenças de posição dos estudantes e dos representantes dos governos municipal e estadual.

---

<sup>76</sup><http://saopaulo.mpl.org.br/material/filmes/> Acessado em maio de 2014.

## Fotos dos dias de protestos da Revolta da Catraca em 2005:

Figura 4: Concentração no centro de Florianópolis para confecção dos cartazes para a manifestação contra o aumento da tarifa. Ano 2005.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Figura 5: Passeata pelo centro de Florianópolis contra o aumento da tarifa. Ano de 2005.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

**•Marcha das Vadias e Marcha da Liberdade em Florianópolis:**

A “Marcha das Vadias”<sup>77</sup> é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011, em Toronto, no Canadá, quando um policial canadense fez a seguinte observação: que “as mulheres evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas de estupro”. O primeiro protesto levou 3 mil pessoas às ruas de Toronto e, desde então, internacionalizou-se, sendo realizado em diversas partes do mundo.

A Marcha das Vadias protesta pelo fim da cultura do estupro, afirmando que a única coisa causadora de estupro são os estupradores. Esta é uma frente do movimento feminista que também luta pelo fim das hierarquias de gênero, fim do machismo, homofobia e racismo.

A ideia do movimento é ocupar as ruas, de forma irreverente e combativa, a fim de chamar a atenção da sociedade para um preconceito, do qual mulheres do mundo todo ainda são vítimas, a de serem julgadas em razão da roupa que usam. Diferentemente dos homens, mulheres usando roupas curtas estão mais vulneráveis ao assédio, um condicionamento sócio cultural que se manifesta, não apenas nas ruas, mas também na estrutura de nossas instituições.

É comum, por exemplo, juízes, advogados ou mesmo policiais fazerem referência às roupas que uma mulher costuma usar, para justificar a atitude de um agressor. Trata-se de um comportamento aparentemente inofensivo, mas que nada mais é que reflexo de uma lógica sexista, perversa que prefere julgar a vítima e não o agressor.

O CMI Florianópolis fez a cobertura e participou da marcha, empunhando cartazes. A marcha aconteceu no dia 18 de junho de 2011, ocasião em que ocorreu, também, a Marcha pela liberdade. A manifestação contou com a presença de diversos coletivos autonomistas e movimentos sociais de diferentes visões e ideologias.

O evento contou com a participação de 300 pessoas no trapiche da Beira-Mar e em frente à casa do Governador. Cartazes muito divertidos e criativos, reivindicando diversas demandas desde a defesa dos direitos dos animais, a oposição à mídia hegemônica, defesa dos direitos das mulheres e apoio a luta pela liberação de maconha.

---

<sup>77</sup><http://www.midiaindependente.org/pt/red/2012/10/513409.shtml>

## Fotos da “Marcha das Vadias” e da Marcha pela liberdade ano de 2011:

Figura 6: Marcha das Vadias: protesto em frente ao templo da Igreja Universal. Ano 2011.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Figura 7: Marcha das Vadias passeata pelas ruas de Florianópolis. Ano 2011.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Figura 8: Marcha da Liberdade em Florianópolis. Odeia a mídia? Seja a mídia!. Ano 2011.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Figura 9: Marcha da Liberdade em Florianópolis. Passeata pela Beiramar Norte. Ano 2011.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

**•Ocupação Contestado:**

No site do CMI Florianópolis<sup>78</sup>, podemos ver que em setembro de 2012, alguns moradores da comunidade José Nitro, em São José, Santa Catarina, com madeira e lonas, construíram suas casas e sua história num espaço de terra ao qual deram o nome de Ocupação Contestado. O nome da ocupação homenageia os cem anos da Guerra do Contestado, conflito que ocorreu no Estado de Santa Catarina no início do século XX, questionando a propriedade das terras e a insatisfação popular diante dos problemas sociais da época.

A Polícia Militar de Santa Catarina esteve no local, mas nenhum confronto ocorreu nos primeiros dias. A ocupação foi estimulada pela promessa do prefeito de São José, na época, Djalma Berger, que se comprometeu a fazer a desapropriação do terreno em favor da ocupação. Na ocasião, o candidato à reeleição ratificou a desapropriação do terreno para o usufruto das famílias e sustentou sua promessa com a assinatura simbólica do Decreto nº 37.180/2012 referente à desapropriação do local.

No dia 05 de outubro, três dias antes das eleições, o decreto de desapropriação do terreno foi revogado e fiscais da prefeitura apareceram, logo após as eleições, na segunda-feira, dia 08 de outubro, avisando aos moradores da ocupação para deixarem o local.

Diante do ocorrido, o Ministério Público Eleitoral abriu uma ação de investigação judicial eleitoral contra Djalma Berger por crime eleitoral. Ele foi acusado de abuso de poder político e captação ilícita de sufrágio por conta das promessas de assentamento feitas à comunidade de José Nitro, em São José, às vésperas do pleito eleitoral, no início de outubro de 2012.

A reintegração de posse<sup>79</sup> do terreno ocupado aconteceu no final de outubro de 2012, com a presença de 200 policiais e a tropa de choque que deram apenas uma hora para que os moradores retirassem seus pertences. Foi negociado, junto à secretaria de assistência social e da secretaria de segurança pública de São José, um alojamento no Ginásio Municipal do Jardim Zanelato às famílias desabrigadas.

Formou-se, então, uma rede de apoio à Ocupação Contestado com a presença da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), do CMI (Centro de Mídia Independente), do MPL (Movimento Passe Livre), do Movimento Estudantil (UFSC e UDESC), do MST (Movimento dos

---

<sup>78</sup> <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2012/10/513142.shtml>

<sup>79</sup> Vídeo da reintegração de posse <http://vimeo.com/51933986> assistido em agosto de 2014.

Trabalhadores Rurais Sem Terra), das Brigadas Populares e dos sindicatos locais.

Os moradores permaneceram no Ginásio por 28 dias, sem conforto, sem privacidade e em condições precárias de saneamento básico e alimentação. Sem soluções por parte do poder público, no dia 7 de novembro de 2012, as famílias da Ocupação Contestado ocuparam um terreno abandonado nos arredores do próprio ginásio. Tendo a ajuda das Brigadas Populares, do MST e do Coletivo Anarquista Bandeira Negra, ergueram suas casas, organizaram-se e resistiram às ordens de despejo dos primeiros dias e lá permanecem até os dias atuais, seguindo em negociação com a prefeitura para a regularização fundiária da área ocupada.

### **Fotos da Ocupação Contestado:**

Figura 10: Ocupação Contestado em São José. Concentração em frente ao terreno ocupado em São José na grande Florianópolis. Ano 2012.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

Figura 11: Ocupação contestado. montagem das barracas no terreno ocupado no município de São José na grande Florianópolis. ano 2012.



Fonte: [www.midiaindependente.org/](http://www.midiaindependente.org/)

## **6.LUTA E RESISTÊNCIA NO CMI FLORIANÓPOLIS: A CADA DISCURSO, UMA FORMA DE ORGANIZAR!**

Nesse trabalho viemos que O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa que surgiu em Florianópolis em 2004 com objetivo de apoiar e fazer a divulgação das lutas sociais na cidade. O CMI ao longo de sua existência, de 2004 a 2013, foi um coletivo formado por ativistas entre as idades de 16 a 40 anos. A quantidade de membros variou em alguns momentos nesse período: indo de 5 voluntários a 12. No momento em que realizei a pesquisa com o CMI, o coletivo contava com 8 militantes, sendo seu perfil de estudantes, geralmente universitários, que moram com os pais e possuem tempo para participar da militância política.

As atividades diárias do CMI Florianópolis giravam em torno de confeccionar textos para o *site* do CMI Brasil, mais especificamente para a coluna do meio onde ficam as matérias que precisam da aprovação do Coletivo Editorial (vimos sobre isso no tópico 5.1.1: Política Editorial e o *site* do CMI Brasil/Florianópolis). Além disso, cada membro do CMI Florianópolis se revezava, a cada ano, na composição do Coletivo Editorial que além de aprovar ou não matérias para o *site* tinha a função de monitorar o *site* do CMI para verificar se os artigos publicados na coluna de Publicação Aberta feriam ou não a Política Editorial do coletivo. Nos casos em que fosse constatado conteúdos contrários à Política Editorial do CMI, esse material é encaminhado para o Lixo Escondido, não sem a concordância de três pessoas do Coletivo Editorial.

Outras atividades do CMI Florianópolis consistiam em realizar as coberturas de protestos pela cidade, tirar fotos, fazer vídeos, fazer a editoração do material produzido, fazer traduções de textos publicados no *site* da rede Indymedia para serem republicados no *site* CMI Brasil, fazer legenda de documentários estrangeiros, etc.

Além disso, o CMI Florianópolis elaborava cursos e palestras para comunidades locais tais como oficinas de jornalismo popular, sobre a criação de rádios livres, sobre confecção de panfletos e jornais de bairro, sobre usar a internet com segurança, sobre como usar software livres como o Linux, por exemplo.

A dinâmica da organização do coletivo me pareceu bastante peculiar e isso pode ser percebido desde o momento de meus primeiros contatos com o grupo e participação efetiva nas suas atividades. Assim, em fevereiro de 2013, entrei em contato com o CMI Florianópolis via *e-mail*, solicitando participação na lista de *e-mail* do coletivo e também

meu ingresso como militante. Em resposta, os membros do CMI me convidaram a participar da reunião que ocorreria em 15 dias, na Praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis quando conversaríamos sobre minha solicitação.

Foi-me exposto, então, que para fazer parte do coletivo era necessário respeitar a Política Editorial do CMI, bem como os princípios que comandam a organização das lutas sociais, os quais o coletivo busca praticar em seu cotidiano, quais seja: **a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta.**

A reunião foi realizada em um local aberto ao público, com ruídos ao redor, pessoas passando o tempo todo e perguntando as horas, pedindo cigarros ou dinheiro. Esse fato se repetiu muitas vezes já que o CMI Florianópolis não possuía sede própria, as reuniões eram sempre realizadas em lugares públicos ou na casa de algum militante.

As reuniões aconteciam quinzenalmente e sempre tinham uma pauta construída coletivamente por e-mail, nos dias que as antecediam e fazia-se uma ata dos assuntos tratados e das responsabilidades assumidas. Como exemplo posso citar: quem ficaria responsável pela confecção dos textos da quinzena para a coluna do meio no *site* do CMI, quem ficaria responsável pela legenda de algum documentário internacional importante para as causas sociais, quem ficaria responsável pela tradução de alguma matéria publicada no site da rede Indymedia para ser republicada no *site* do CMI Brasil, etc.

Também continuamente faziam parte das reuniões os cigarros, o café e as guloseimas. Quando as reuniões eram realizadas nas casas dos militantes tínhamos refeições mais elaboradas como feijoadas, carreteiros e sopas.

Em todas as reuniões de que participei do CMI Florianópolis sempre imperou o clima de descontração, o que porém, não impedia que decisões importantes fossem tomadas pelo coletivo nesses momentos, como por exemplo, a participação do CMI Florianópolis na cobertura midiática da reintegração de posse do terreno localizado no bairro Ingleses em Florianópolis ocupado pela Comuna Amarildo; a participação do CMI Florianópolis em uma reunião com a prefeitura de Florianópolis como apoiador das causas da moradia na cidade. Essa reunião com a prefeitura foi organizada pela Frente Autônoma de Luta pela Moradia para discutir com a prefeitura possibilidades de regulamentação fundiária de alguns terrenos ocupados há mais de cinco anos em alguns morros de Florianópolis.

No decorrer da minha participação nas atividades do CMI, pude vivenciar e observar suas práticas organizacionais. Vi, que para se

comunicarem, os voluntários do CMI utilizavam *e-mail*, chat e as listas de discussões: editorial, de tradução, de vídeo, técnico, etc.; não era usado qualquer servidor de e-mail, somente o *Riseup*, por segurança.

Outra prática comum é a utilização e contínua recomendação aos parceiros de lutas e aos novos voluntários, do uso dos softwares livres, que são mais seguros e também por questão de coerência política, não utilizando as ferramentas comerciais das megacorporações (Word, Windows, facebook, etc.), contra as quais o CMI se insurge.

Quanto aos aspectos ligados à manutenção financeira do CMI Florianópolis, o coletivo segue a política da rede, sendo central aqui o princípio da independência, segundo o qual o CMI somente aceita contribuições financeiras de pessoas físicas ou de organizações idôneas que se identifiquem com os princípios do coletivo. Assim, o trabalho no CMI é voluntário não tendo, portanto, nenhum tipo de remuneração.

O *site* do CMI é o meio pelo qual as notícias de interesse das comunidades locais, movimentos sociais, protestos são divulgados em âmbito nacional e mundial. Também vi que o CMI produziu alguns projetos midiáticos alternativos como os jornais impressos (CMI na Rua e o Independente) e os planos futuros, relatados nas reuniões, eram os de lançar algumas revistas temáticas, mas essas ideias sempre esbarravam na falta de dinheiro e tempo dos voluntários para sua concretização.

## 6.1.A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO NO CMI FLORIANÓPOLIS: OS FINS NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS!

Mas na verdade o capitão sorri porque há barco e há mar, e a tripulação está perfeitamente disciplinada, ou seja, cada um faz o que quer e ninguém presta atenção às ordens, e todos concordam que subiram nesse barco porque não querem obedecer mais e sim participar, ser capitães e marinheiros, e barco e mar, e nuvens e tudo, e naturalmente isto faz com que o barco nunca acabe de zarpar, ou pelo menos era isso o que parecia...

Subcomandante Marcos

O CMI Florianópolis, assim como a rede Indymedia e o CMI Brasil pautam suas práticas organizacionais por alguns princípios dos quais não abrem mão, entre os quais estão a horizontalidade, a não liderança e a decisão por consenso que analiso neste tópico. Esses princípios são interligados, não podendo existir um deles sem o outro,

conforme sublinham os voluntários do CMI Florianópolis nas conversas que tivemos durante as reuniões e atividades das quais participei.

No trabalho de campo pude observar a dinâmica do processo de tomada de decisão do CMI. No CMI Florianópolis, as reuniões aconteciam quinzenalmente e eram precedidas por pautas discutidas, antecipadamente, por e-mail. As pautas normalmente eram compostas de três pontos básicos: I) informes, diziam respeito às notícias das lutas políticas das comunidades e movimentos sociais locais e nacionais; II) discussão sobre o andamento das atividades encaminhadas na última reunião, por exemplo, confecção de textos para o *site* do CMI; participação de reuniões com outros coletivos autonomistas de Florianópolis, o Movimento Passe Livre e a Frente Autônoma de Luta por moradia, etc. e III) propostas de novas atividades.

As reuniões eram extensas, durando em média quatro horas. Nos meses em que participei do CMI Florianópolis, pude observar que o processo de busca do consenso estabelece decisões temporárias com base no comum acordo dos voluntários. Nessas reuniões, o consenso sempre foi praticado e alcançado sem maiores problemas, poucas vezes houve necessidade de muitas discussões para decidir algum ponto específico, por exemplo, lembro em uma das reuniões de que participei que foi difícil chegar ao consenso sobre o desligamento de um voluntário que havia meses não comparecia à reunião. As opiniões se polarizaram entre enviar um e-mail a ele comunicando o seu desligamento ou chamar o voluntário para uma conversa e deixar ele decidir se iria ou não continuar no coletivo.

Os voluntários do CMI Florianópolis me indicaram para leitura alguns textos sobre o processo do consenso. O material se encontra nos arquivos da rede CMI Brasil e servem para que os voluntários iniciantes conheçam melhor o funcionamento dos seus processos, bem como tenham conhecimento da perspectiva teórica com a qual o CMI se identifica.

Sobre o consenso foram indicados os textos do ativista anarquista Murray Bookchin<sup>80</sup> e dos ativistas também anarquistas C.T Butler e

---

<sup>80</sup>Murray Bookchin foi um ativista e intelectual do pensamento libertário contemporâneo. Nasceu em 14 de janeiro de 1921 e faleceu em 30 de julho de 2006 foi o fundador da ecologia social, um brilhante acadêmico, com contribuições importantes não só ao movimento anarquista, mas aos movimentos ecologistas e nos movimentos contestatórios em geral. Militou em diversas organizações políticas, tais como a Liga Libertária, participou também

Amy Rothstein<sup>82</sup>. No livro *On Conflict and Consensus: a Handbook on Formal Consensus Decisionmaking* de C.T Butler e Amy Rothstein do coletivo Food Not Bombs<sup>83</sup>; os ativistas falam das vantagens e desvantagens da tomadas de decisão por consenso e das táticas para sua melhor obtenção.

Para Butler e Rothstein (2004), o processo de decisão por consenso tem a ver com a resolução dos conflitos, já que se parte da ideia de que as relações sociais são conflituosas e, nesse sentido, o conflito é visto como algo normal, sendo suportado e resolvido, coletivamente, e de forma não violenta. Nessa metodologia, o objetivo não é a seleção de diversas opções, mas o desenvolvimento de uma decisão que seja melhor para todos do grupo.

Já, Murray Bookchin, ao falar de sua experiência prática com movimentos de resistência, entende que o consenso possa ser uma forma apropriada de deliberação em pequenos grupos de pessoas que estão completamente familiarizadas umas com as outras. Porém, ao examinar a prática do consenso em grupos maiores, Bookchin observou que o processo se desvirtua, pois, entre outras coisas, tenta-se chegar ao menor denominador comum nas decisões.

A tomada de decisão por consenso no CMI Florianópolis, conforme explica Rox, procura dar oportunidade de participação a todos os voluntários, atribuindo-lhes a responsabilidade de decidir e assumir os encaminhamentos necessários à efetivação da decisão, mediante a não separação entre o planejamento e a execução da atividade. Busca-se no CMI, conforme entendimento de Rox, uma distribuição de atividades, segundo subjetividades dos voluntários envolvidos.

das lutas dos anos 60 pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã ([http://pt.protopia.at/wiki/Murray\\_Bookchin](http://pt.protopia.at/wiki/Murray_Bookchin)).

<sup>81</sup>[http://pt.protopia.at/wiki/Sobre\\_a\\_decis%C3%A3o\\_por\\_consenso](http://pt.protopia.at/wiki/Sobre_a_decis%C3%A3o_por_consenso) – acesso em março de 2014.

<sup>82</sup>Disponível em: <http://docs.indymedia.org/view/Global/ImcResolve>

<sup>83</sup>O Food Not Bombs é uma rede de coletivos independentes que servem gratuitamente alimentos a pessoas em situação de risco ao redor do mundo. Surgiu no começo dos anos 1980 nos Estados Unidos quando um grupo de ativistas antinucleares começaram a pintar com spray o lema “Alimento, não bombas” por toda a cidade. Em uma reunião de ricos executivos de bancos que financiavam projetos nucleares, os ativistas distribuíram alimento uma multidão de pessoas desabrigadas. A ação teve tanto êxito que os ativistas passaram a fazê-lo regularmente, negociando o alimento que sobra nos supermercados e distribuindo-os aos que tem fome (<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/08/523553.shtml>).

Pautar as práticas organizacionais pelo consenso significa, aos voluntários do CMI Florianópolis, constituir processos que podem demorar muito tempo para chegar a uma decisão que todos aceitem. Rox relata que é muito comum as discussões em reuniões perderem o foco, em razão das relações pessoais interferirem nas decisões.

Nessa passagem se observa que Rox espera uma separação entre a vida pessoal e a vida no coletivo. Contudo, isso é algo ao qual nos contrapomos ao mobilizar a Teoria do Discurso e a psicanálise lacaniana para evidenciar que o sujeito, ao contrário do que defende o discurso dominante, não é um ser racional e autônomo, mas **descentrado da noção de razão e imerso nas relações sociais**. O entendimento, aqui, é o de que o sujeito não desempenha papéis, mas se relaciona de maneira estruturada e estruturante com o mundo que o cerca, mediado pela **fantasia imaginária** que o constitui.

Rox declara, ainda, que praticar a decisão por consenso apresenta vantagens e desvantagens. Uma vantagem diz respeito à colaboração intensa de todo mundo na elaboração das propostas e isso enriquece muito o debate. Uma desvantagem é que essa forma de decidir é muito cansativa e expõe mais os participantes, potencializando desentendimentos pessoais, os quais acontecem com frequência.

Cazu nos diz também que o CMI Florianópolis, ao buscar se distanciar das práticas autoritárias da chamada esquerda tradicional, acaba caindo em outra armadilha, qual seja, a do purismo político-ideológico que, na visão dele se manifesta por meio da imaturidade política de alguns voluntários, que interpretam a dedicação mais entusiasta de algum colega como tentativa de se tornar uma liderança no coletivo, o que conduz a brigas e conflitos.

Nesse sentido, para Bozo, apesar da decisão por consenso ser um valor primordial do coletivo, a grande dificuldade é lidar com as vaidades que, muitas vezes, obstruem a realização de algumas atividades do coletivo. Como exemplo ele cita a aprovação ou não alguma notícia publicada da coluna da direita para a coluna do editorial, estratégias de cobertura das lutas sociais e decisões sobre fazer mídia impressa ou não, etc.

Para Goya, no CMI busca-se a participação de todos no processo decisório como base à geração de confiança, da distribuição de poder, da cooperação e da solidariedade. Para que essa condição se estabeleça, Rox acredita que é necessário haver alguns pontos comuns compartilhados por todos no coletivo; por isso é importante que os novos voluntários procurem o CMI, por haverem se identificado com os princípios defendidos e praticados pelo CMI.

De acordo com Cazu, pode-se discordar de como atingir os fins esperados, mas deve haver uma base unificadora de valores compartilhados. Por isso, é preciso que todos os voluntários sejam escutados nas reuniões, de forma igualitária; isso é produzir a horizontalidade. Onde o poder é compartilhado há menos possibilidade de que alguém se aposse dele como um líder iluminado e, ao mesmo tempo, a partilha do poder possibilita os voluntários a se responsabilizarem, coletivamente, pela luta.

Ainda sobre o consenso, Pancho assinala que para muitas pessoas uma estrutura horizontal e sem liderança é uma bagunça. Elas entendem isso como algo sem método. Porém, conforme Atenas, a prática do consenso é complexa, pois a partir do momento que não há um líder a quem se reportar, todos respondem por si ao mesmo tempo em que respondem por todos. Atenas observa, ainda, que a fabricação do consenso não é uma atividade simples, pois envolve a participação de todos e requer tempo para que, aqueles que quiserem possam apresentar seus argumentos.

Durante o período de pesquisa foi possível perceber, nas falas e na prática desses princípios, a relação conflituosa entre os voluntários na construção diária desses princípios. Fato que evidencia os pressupostos epistemológicos da Teoria do Discurso aqui mobilizada, para a qual os **discursos são contingentes e precários**, gerando disputas em torno de uma fixação parcial de sentido, o **ponto nodal** na constituição de uma nova ordem ou na manutenção da ordem existente (LACLAU e MOUFFE, 1985).

A instituição de um **ponto nodal**, operação genuinamente política, requer investimento afetivo/libidinal dos sujeitos envolvidos na disputa pelo sentido. Assim, a instituição desse ponto privilegiado de discurso envolve processos de **identificação ao significante em disputa, o que não é sem efeito para a constituição das identidades políticas que advêm dessa operação discursiva**. Assim, por exemplo, a **fixação parcial de sentido** em torno da ideia de horizontalidade, não liderança e consenso gerou conflitos internamente ao CMI, na medida em que as múltiplas possibilidades de vivência, em relação à ideia de horizontalidade, não liderança e consenso, são muito mais amplas e diversas do que a fixação parcial de sentido pode contemplar. No CMI Florianópolis o descompasso entre a teoria e a prática desses princípios se mostrou evidente em diversas ocasiões, por exemplo, durante as reuniões pude perceber que apesar de defenderem o consenso como um princípio primacial, o que acabava acontecendo com frequência era a tomada de decisão pela maioria.

Outrossim, nas falas e práticas dos voluntários do CMI Florianópolis, em diversos momentos fica evidente **a divisão do sujeito** entre sua identificação aos princípios organizacionais compartilhados e o seu não cumprimento em alguns momentos. O que se percebe no CMI é uma busca constante pela prática dos princípios defendidos pelo coletivo (horizontalidade, não liderança, consenso). No entanto, é uma busca sempre falida, pois a **divisão e falta constitutiva** presente no sujeito não é sem relação à **falta no próprio objeto**, ou seja, na construção diária desses princípios organizacionais.

Isso quer dizer que **a mesma falta de completude do sujeito está presente na ordem do discurso, na sociedade, na hegemonia**. No CMI, por causa de sua estrutura organizacional fluída, os **dispositivos de controles** também o são, e a tolerância para com a **expressão da subjetividade** dos sujeitos é mais ampla do que a permitida, por exemplo, em uma organização mais hierarquizada e autoritária.

É interessante observar que nos momentos em que indaguei aos colegas militantes do CMI sobre o consenso, perguntando, por exemplo, nos casos em que a discussão se prolonga por várias reuniões, não chegando ao consenso, se há possibilidade de votação. Alguns voluntários aos quais perguntei isso (vale mencionar que fiz essa pergunta individualmente a vários voluntários) responderam com um rotundo **não** sem pestanejar com o complemento: “no CMI não existe essa coisa de votação, não acreditamos na democracia representativa”. Já, outros disseram: “rola sim, porque votar não é nenhum crime”.

Conforme relato dos voluntários do CMI Florianópolis, atingir o consenso em alguns momentos não é uma tarefa fácil, tampouco rápida. Vini fala que para a maioria das propostas o consenso acontece rápido e facilmente, já, para outras não, o processo é demorado, é duro e não o garante o consenso, como por exemplo, em casos em que o coletivo necessita arrecadar recursos financeiros para algum projeto de mídia impressa e precisa-se então decidir as fontes de arrecadação.

Segundo Rox, nos casos em que alguns voluntários discordam da proposta elencada, mas acreditam que, mesmo discordando em parte, o processo deve ter continuidade, então o levam adiante e consideram que o consenso foi atingido. Porém, se algum voluntário do CMI não concordar definitivamente, acontece o que Rox denomina de **bloqueio de consenso**. Nas palavras de Rox:

Aí é que está, é onde eu quero chegar. Porque você pode não concordar e falar assim, ‘eu estou bloqueando esse consenso’. É uma atitude que se

faz uma ou duas vezes na vida. Tipo assim ‘eu não concordo e eu não quero que esse assunto avance porque nós precisamos discutir sobre ele e ele não vai acontecer’. É aí que surgem os grandes conflitos e foi isso o que aconteceu no desligamento do CMI Florianópolis da rede Brasil.

Essa passagem é interessante na medida em que revela um aspecto importante na constituição das relações sociais, o **caráter precário e contingente do discurso**, bem como a **divisão constitutiva dos sujeitos** que entram em conflito, quando o discurso em disputa já não mais os representam.

Para a voluntária Atenas, por exemplo, o CMI com 10 anos de existência vive atualmente uma mistura de gerações, o que é importante para que haja a transferência das experiências acumuladas aos novos voluntários e, conseqüentemente, a manutenção do CMI por muito mais anos. Porém, em razão dessa passagem de tempo e mistura de gerações, muitas coisas mudaram e o CMI, na opinião de Atenas, precisa rever alguns princípios, não por que eles não valham mais, mas sim porque foi visto, nessa experiência acumulada de mais de 10 anos que, a decisão por consenso precisa ser revista.

Nas palavras de Atenas:

Mas tudo é muito experimental porque a gente não tem aquela coisa restrita, não é igual no partido ou na empresa que você tem uma cartilha pra seguir e se organizar, então tem coisa que é muito experimental e acho natural um movimento que tem mais de 10 anos rever suas práticas.

Ainda sobre o consenso e as dificuldades que advêm desse processo, Atenas relata que o trabalho no CMI Florianópolis exige a articulação com outros coletivos autonomistas na cidade tais como o MPL e a FLAM que têm seus próprios ritmos e maneira de atuar, o que impacta na hora de tomar decisões. Em alguns casos, declara Atenas, foi constatado o que representou um rebaixamento de pauta, já que, na prática, quando as opiniões ficam divididas entre várias soluções, o que se observa, no final, é a escolha da proposta mais fraca, mas que seja capaz de ser aceita por todos.

Conforme pude observar durante as reuniões do CMI, há um apego muito forte aos princípios pelos quais o CMI pauta sua luta,

sobretudo com a prática do consenso. Fica claro que os voluntários realizam a crítica interna com relação às limitações do consenso e os inúmeros conflitos que essa prática já gerou, ao longo do tempo, de existência do coletivo, porém apesar disso os voluntários não estão dispostos a abrir mãos desse princípio basilar.

A prática do consenso visa respaldar outros princípios políticos e organizacionais do CMI, quais sejam a **horizontalidade e a não liderança**, porque o consenso pressupõe igualdade entre os sujeitos nos momentos de decisão de propostas e de questões que envolvam as atividades diárias e as lutas sociais do coletivo.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que os voluntários do CMI realizam suas atividades de acordo com seus desejos e aptidões. Isso se deve, de acordo com Cazu, ao fato de a organização do CMI ser bastante flexível à participação. Nas palavras de Vini:

O CMI é assim, uma organização totalmente horizontal e a participação vai depender da pessoa, da sua disponibilidade e vontade de participar das atividades do coletivo porque não tem ninguém pra te dizer o que fazer.

A dinâmica organizacional que os princípios do CMI contemplam (horizontalidade, não liderança e consenso) permite que seus voluntários escolham as atividades, as quais querem se dedicar dentro do coletivo. No CMI, relata Cazu, não há condicionantes que delimitem a atuação dos voluntários ou mesmo uma hierarquização; essa liberdade muitas vezes leva à falta de comprometimento, de responsabilidade e à rotatividade de voluntários no coletivo.

Ruth declara que o CMI Florianópolis é aberto à participação de qualquer pessoa que queira participar de suas atividades, bastando para isso estar de acordo com seus princípios editoriais. Em função dessa disponibilidade para receber novos membros, acontece a entrada de voluntários que não se identificam com a aparente falta de organização do coletivo, segundo Ruth:

Muitas pessoas por entrarem no CMI e não verem nada organizado como imaginavam que deveria ser acabam se afastando logo após algumas reuniões, porque não conseguem se reconhecer nele.

No CMI, a prática cotidiana do princípio da horizontalidade é observada na busca por uma permanente rotatividade das atividades diárias do coletivo, embora se constate a existência de diferentes desejos e aptidões entre os voluntários. Por exemplo, há voluntários que gostam de falar em público, tem aqueles que apreciam realizar cobertura de protestos, outros gostam, especialmente, da prática de ações-diretas, o que contribui para que eles, também, exerçam as atividades conforme suas preferências, mas também realizem a rotatividade para que todos tenham a possibilidade de participar de todos os processos que constroem diariamente o CMI enquanto coletivo de mídia alternativa.

Sobre a importância do cultivo dos princípios da horizontalidade e não liderança, como princípios de luta e organizacionais, foi-me apresentado pelos voluntários do CMI Florianópolis, o texto da ativista do movimento feminista americano Jô Freeman (1970), *A tirania das organizações sem estruturas*. Para a ativista, a ausência de estruturas formais não impede a manifestação de formas mascaradas de poder e a existência de grupos de amigos, conduzindo a uma separação entre: "os de fora" e "os de dentro" e inúmeras outras formas de cisão e estruturação internas de poder e o surgimento de hierarquias veladas.

Os voluntários do CMI Florianópolis me explicaram, que o texto de Jô Freeman costuma ser lido e discutido pelos movimentos autônomos em todo o mundo e é tido como uma espécie de advertência àqueles que atuam sob a forma fluída de organização. Nesse sentido, Vini destaca que o coletivo já enfrentou algumas situações de conflito, no que diz respeito ao acúmulo de poder por parte de alguns voluntários que se dedicavam a tarefas que davam mais evidência ao coletivo, como a publicação de textos assinados e a realização de entrevistas em nome do CMI Florianópolis, trazendo assim para si grande visibilidade e destaque.

Assim, para minimizar esse tipo de situação, o CMI buscou incessantemente a prática do rodízio de atividades ou a prática de estratégias de como o coletivo não ser identificado, em caso de contato com a mídia hegemônica, elaborando os artigos divulgados no site do CMI sem assinatura individual, somente com a sigla CMI Florianópolis. Pancho observa que, com o tempo, os voluntários ganharam bastante segurança na atuação em diferentes frentes e se posicionaram bem quanto ao fato de que ninguém é líder ou de acordo com a perspectiva alternativa, todos são líderes no coletivo.

As práticas políticas e organizacionais do CMI, como a horizontalidade e a não liderança entram em evidência e questionamento, principalmente, nos momentos em que o consenso

encontra seus limites. Ao que tudo indica, o consenso representa um aspecto central da sua identidade como coletivo autonomista, bem como o princípio basilar sobre o qual pauta sua luta política. Assim, o consenso demanda para existir a prática da horizontalidade e da não liderança. Conforme pudemos perceber, essas são práticas, constantemente, postas em xeque pelos próprios voluntários do CMI que, apesar dos conflitos, não abrem mão delas.

Sobre isso, tem-se que a busca pelo consenso não escapa à incompletude, contingência, conflitividade do social, bem como a ação dos afetos dos envolvidos em sua construção. Assim, tal qual a máxima laclauiana “a sociedade é uma impossibilidade”, podemos dizer que o consenso é uma impossibilidade, embora o CMI busque, incessantemente, construir esse objeto impossível.

Dessa feita, podemos fazer uma leitura à luz da Teoria do Discurso, na qual a busca pelo consenso revela o **desejo pela completude mítica**, e, portanto, a **falta constitutiva do sujeito** e do **Outro (ordem simbólica)**. Essa busca por uma completude se dá por meio dos **processos de identificação** com os significantes/ideais disponíveis na cultura. No caso do CMI, a busca pelo consenso, **objeto a**, faz parte da **fantasia** do sujeito que busca um objeto capaz de **preencher sua falta constitutiva**, uma empreitada sempre falida, conforme sabemos.

## 6.2.A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTONOMISTA DO CMI FLORIANÓPOLIS: INDEPENDÊNCIA MORAL, POLÍTICA E FINANCEIRA

A luta política, segundo os voluntários do CMI, exige autonomia e independência para que possa frutificar. Contudo, conforme esclarece Pancho, a autonomia para o CMI não significa ausência de luta ideológica ou mesmo ausência de organização. Nesse sentido, autonomia nos termos do CMI significa participação ativa e igualitária de todos nas decisões sobre os projetos/problemas do coletivo.

A autonomia, para o CMI, diz respeito, portanto, à prática política de negação da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, de negação das hierarquias e das centralizações de poder. Já, o princípio da independência se refere à independência moral, financeira e política de organizações como o Estado, as corporações, os partidos políticos, os sindicatos, a Igreja.

Segundo os voluntários do CMI Florianópolis, a ideia de autonomia, **significante que marca a identidade** do CMI enquanto

coletivo de mídia alternativa, advém das experiências e teorizações sobre as lutas operárias do século XIX e XX. Os voluntários do coletivo me explicaram que o conceito foi desenvolvido por intelectuais como Antonio Negri e Cornelius Castoriadis, sendo este último a maior influência no uso dessa palavra para designar o CMI como um coletivo autonomista.

Na perspectiva da Teoria do Discurso, podemos dizer que o significante autônomo/autonomista é um **ponto nodal** que articula no campo da militância autonomista a demanda por horizontalidade, não liderança e consenso nas relações sociais. Esse **ponto nodal** é importante à medida em que constrói a identidade dos sujeitos a ele identificados em oposição ao **exterior constitutivo (antagonismo)**, que nega sua plena constituição como no caso do regime opressor do capitalismo e dos grupos que se pautam por autoritarismo e hierarquias.

Vini, por exemplo, chama atenção para muitas formas organizacionais, tais como economia solidária, empresas autogeridas, projetos coletivos, movimentos sociais que reivindicam o título de autonomista, mas que nem sempre se pautam pelos princípios associados ao autonomismo, como a horizontalidade, a não liderança e o consenso.

É por isso, segundo Vini, que é importante fazer as perguntas:

Será que ocorre nestes casos uma efetiva preocupação de construir relações horizontais? Será que rompem mesmo com a prática de uma minoria que manda e uma maioria que obedece? Será que nessas organizações se pratica mesmo a rotatividade de atividades? Será que elas realmente praticam o consenso?

Essa fala de Vini me remete a um material do ativista anarquista Murray Bookchin, cuja leitura os voluntários do CMI me indicaram. Li o texto chamado Autogestão e tecnologias alternativas<sup>84</sup> e à crítica desse ativista, em relação à noção de autogestão por ser um tema de pesquisa na área de Estudos Organizacionais de perspectivas críticas. Para esse ativista, o sentido que se atribui atualmente à autogestão é economicista,

---

<sup>84</sup> BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas, 1985. Disponível em: [http://pt.protopia.at/wiki/Autogest%C3%A3o\\_e\\_Tecnologias\\_Alternativas](http://pt.protopia.at/wiki/Autogest%C3%A3o_e_Tecnologias_Alternativas) - consultado em março de 2014.

o que denota o alarmante grau de apropriação que as palavras sofrem no capitalismo.

Conforme as reflexões de Bookchin, o termo auto, enquanto prefixo, e a palavra gestão são, no plano das ideias, opostas uma à outra. A influência dos valores econômicos sobre o pensamento leva a autogestão, conceito fundamental a uma vida e da sociedade libertárias, a desaparecer para dar lugar a estratégias gestão eficazes e rentáveis.

Para evitar esse tipo de apropriação é que os militantes autonomistas realizam, constantemente, a autocrítica de suas práticas organizacionais cotidianas, buscando observar se o que praticam no seu dia-a-dia são os princípios autonomistas ou uma corruptela deles. Como bem lembra Rox, em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A luta é o principal fundamento e motor da autonomia, por isso é importante para o CMI a coincidência entre meios e fins, pois não faz sentido dentro da perspectiva do autonomismo buscar por uma sociedade mais solidária e horizontal, através de uma luta construída de forma autoritária e hierárquica.

Outrossim, a anulação da distância entre meios e fins é o que os voluntários do CMI chamam de prefigurativismo, um termo anarquista, cujo significado diz respeito a praticar na luta diária do coletivo os princípios organizacionais desejados à sociedade. Nesse sentido, a anulação da distância entre meios e fins cria a noção de revolução como um processo cotidiano e contínuo.

Uma fala emblemática dessa posição da importância da coincidência entre meios e fins, aliada à questão da organização como um fator fundamental à luta política é expressa por Cazu:

A derrubada do sistema não acontecerá espontaneamente como se o fato de o povo se rebelar fosse o suficiente para acabar com o capitalismo. Claro, a luta política acaba produzindo uma série de levantes e protestos espontâneos como as jornadas de junho [de 2013]. Porém, e é aí que eu quero chegar e enfatizar que se não houver um intenso e duro trabalho prévio de organização estes episódios não conseguirão derrubar o capitalismo, muito menos dar corpo à nova sociedade. Por isso, que pensamos que uma sociedade libertária só pode ser construída por meio de uma luta libertária.

Para os voluntários do CMI, essa é uma premissa do autonomismo enquanto prática e teoria. Segundo Atenas, a autonomia só se aprende por meio da luta política cotidiana ou não se aprende, ou seja, o autonomismo é aprendido na prática e não na teoria. Conforme Atenas, para o CMI o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas. Nas palavras de Atenas:

Tô falando de uma luta dentro da luta porque só a prática do autonomismo internamente a luta, ou seja, na organização mesmo é que pode possibilitar a ampliação das experiências de libertação para a sociedade.

Outro significativo importante que ajuda a construir a identidade do CMI é a noção de independência. De acordo com os ativistas do coletivo de mídia alternativa, esse elemento é crucial para a luta anticapitalista e à luta pela democratização da comunicação. Na visão de Bozo, a importância da independência precisa ser constantemente reforçada por meio dos atos políticos diários do CMI, mesmo que essa palavra ajude a compor o próprio nome do coletivo: **Centro de Mídia Independente**.

A manutenção da independência do CMI frente às organizações como os partidos políticos, sindicatos, Estado, corporações se dá num sentido radical e em relação às dimensões moral, política e econômica. A independência para o CMI, nos termos acima citados, é fundamental para que o movimento não perca seu foco de luta antissistêmica, uma vez que é muito comum, segundo Ruth, a cooptação de coletivos autonomistas e de movimentos sociais pelo Estado, seja por meio de editais ou pela participação em algum órgão do Estado.

Com relação à independência financeira, questão que não está descolada da independência política, o CMI tem uma conduta bastante radical referente às fontes de financiamento de suas atividades.

A rede Indymedia, relata Goya, mantém suas atividades por meio de recursos de doações em dinheiro e equipamentos, vindos de seus voluntários, de pessoas físicas e jurídicas que se identifiquem com o projeto ou da venda de bens materiais, produzidos pelos seus coletivos locais, como camisetas, imagens e vídeos. Para gerenciar os recursos e manter a transparência das movimentações dos recursos doados, há um

grupo de trabalho chamado CMI Finance, formado por voluntários dos coletivos locais do mundo inteiro.

Ainda de acordo com Goya, o CMI Finance tem a função de organizar internacionalmente os pedidos e doações, as discussões e repassar os recursos pedidos quando foram aprovados pelos coletivos locais, facilitando os processos que envolvem o transporte de voluntários para os encontros nacionais, regionais e internacionais e o repasse de equipamentos, provindos de doações internacionais, segundo a necessidade de cada coletivo.

Conforme Goya, a política de doações busca garantir autonomia política e a unidade da rede, face aos apoios e colaborações financeiras recebidas de fundações privadas. Apesar de os coletivos locais terem autonomia para gerar sua sustentabilidade, quando esses meios de sustentar as atividades entram em choque com os princípios da rede, envolvendo a rede global, essa questão é discutida e avaliada pela rede.

O CMI Florianópolis, de acordo com seus voluntários, recebeu em duas ocasiões recursos do CMI Finance para a compra de máquinas fotográficas e filmadoras. Como o coletivo não possui sede própria, não há gastos fixos, e os recursos para a manutenção das atividades diárias do CMI Florianópolis advêm da contribuição voluntária dos seus ativistas.

Durante a pesquisa com o CMI Florianópolis, fui informada, na segunda reunião da qual participei, de que o coletivo não possuía dinheiro e que os voluntários contribuía, mensalmente, com a quantia que podiam, a fim de ajudar a manter os servidores que sustentam o site no ar, bem como compor um caixa para as atividades cotidianas do coletivo. Perguntei, nessa mesma reunião, se havia algum valor fixo a ser doado pelos voluntários e ouvi um não, não há valor definido, doa-se o que se pode e, como exemplo, alguns colegas falaram que contribuem com R\$ 10,00, outros com R\$ 20,00 e nem todos os meses, pois há mês que alguns não podiam fazer a contribuição.

Nas reuniões do CMI, a preocupação com as despesas anuais com os servidores que mantêm o site do CMI Brasil no ar sempre foi um item da pauta. O Marieta, nome do servidor que guarda os arquivos dos sites de todos os CMIs da América Latina, tem suas despesas pagas pelo CMI Argentina, CMI Colômbia, CMI Peru e CMI Brasil. Com a divisão das despesas do Marieta entre muitos coletivos, a parte que cabe ao CMI Brasil gira em torno de R\$ 400,00 por ano. Para conseguir parte desse dinheiro, haja vista ter mais CMIs locais no Brasil, o CMI Florianópolis realiza festas e vendas de camisetas quando necessário. Em muitas ocasiões os voluntários tiram o dinheiro do próprio bolso.

Em uma das reuniões do CMI, durante a pesquisa, uma das pautas era o levantamento de recursos para enviar, ao CMI Argentina, a cota para a manutenção do Marieta. O valor a ser arrecadado era de R\$ 100,00. Durante a reunião, foi decidido por consenso que nós mesmos arcaríamos com essa despesa.

Outras despesas do CMI Florianópolis dizem respeito aos equipamentos de trabalho como computadores, câmeras e filmadoras e conexão banda larga com a internet. Todos esses recursos são garantidos pelos próprios voluntários que utilizam seus celulares e a internet que possuem em casa para executar as atividades cotidianas do CMI.

Sobre a questão do financiamento do coletivo, a maneira como os voluntários lidam com a questão do dinheiro me chamou a atenção. Durante os meses em que participei do CMI Florianópolis, em várias ocasiões abordei a questão do financiamento e as respostas que recebi sempre se manifestaram em direção de dar pouca importância a esse quesito. A resposta de Rox, por exemplo, é emblemática nesse sentido; para ele, “o CMI não tem dinheiro, mas isso também significa independência e isso liberta a luta, pois onde tem dinheiro tem interesse”.

Ainda segundo o entendimento de Rox, no caso do CMI, o ativo mais importante no tipo de militância que o coletivo pratica é o tempo. Na sua visão, as atividades políticas do CMI não requerem muito dinheiro, mas em contrapartida requerem tempo. E isso era algo que os voluntários do CMI tinham em razão do seu perfil. O CMI Florianópolis, no momento em que ingressei nele, era composto por oito voluntários em idades entre 23 e 40 anos, dos quais cinco moravam com os pais e dependiam da ajuda da família, o que oferecia as condições de tempo à militância; os outros trabalhavam como professor na rede pública, tendo por isso limitação de tempo à militância.

Em uma de nossas conversas, Bozo, que se identificava como um anarquista radical mencionou Lênin para falar da mudança na maneira de construir a luta da época da Revolução Russa para os dias atuais:

O Lênin tinha uma frase que ele falava, a Revolução precisa de três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro. Eu entendo, mas a Revolução mudou, ela não se faz mais dessa forma através de um enfrentamento amplo como foi a Revolução Russa, Espanhola, Ucraniana, Coreana, que se faz pela insurreição, pela guerrilha, que você não tem como competir com o aparato do Estado hoje como poderia se competir há muito tempo atrás,

da forma como se competia antigamente. Por exemplo, antigamente você colocava 20 mil cabeças na rua com pau e pedra pra enfrentar 3 mil policiais iria morrer uma carrada mas você conseguiria passar e o aparato ideológico dentro das próprias forças armadas não era tão forte assim, mas hoje a realidade é diferente e a polícia está mais agressiva e unida. Daí, por exemplo, vamos pegar o Brasil que é a décima maior forças armadas do mundo, um aparato policial gigantesco, muito dinheiro, sétima economia do mundo, não tem como trabalhar numa frente ampla de combate, então o que nos resta é fazer guerrilha e ação-direta e para isso não precisamos de muito dinheiro.

Corroborando a fala de Bozo sobre a relação tempo/dinheiro/militância, Vini relata que o ponto principal a ser analisado é a identidade pessoal dos integrantes do CMI, os quais tinham a possibilidade dos pais de ajudarem financeiramente, conforme as palavras de Vini:

Os voluntários do CMI nunca foram miseráveis de famílias pobres e ao mesmo tempo tinha esse aspecto de que eles tinham o tempo necessário para desenvolver essas atividades e participar desse coletivo. Então não era gente que estudava a noite e trabalhava de dia, não era esse perfil. Então, a questão do tempo é o pior obstáculo. Se você não tem pessoas com tempo hábil pra tomar responsabilidades, pra exercer funções dentro do movimento, ele não vai pra frente. Vai ficar num eterno entra e sai que vai atrapalhar a constância do movimento.

Outra fala esclarecedora da relação do CMI com a questão do financiamento veio da ativista Atenas, para a qual a maioria dos projetos em que o CMI atua não precisa de uma grande quantia de dinheiro:

É uma sensação que eu sempre tive com o pessoal, tanto no MPL tanto no CMI, não tem que correr atrás de dinheiro quando não precisa. Claro que é bom ter um caixa pra quando dá alguma merda, mas (pausa). Aqui em Floripa pra bancar

essas coisas menores, por exemplo, na época que tinha o Independente, a gente pedia para os sindicatos comprarem uma cota do jornal e com a grana que os sindicatos davam a gente fazia muito mais jornais. Vendendo camiseta, a gente fez uma leva de camisetas, na época era muito mais difícil ter uma câmera digital, por exemplo, então a gente fazia isso pra juntar uma grana. A forma como atuamos no CMI não exige muito dinheiro, o que exige mais dinheiro é questão de hospedagem de site, tem que ter uma grana, daí a gente passa o chapéu mesmo. Porém existe uma ética no processo de doação, não é qualquer uma que a gente aceita, por exemplo, teve uma discussão que foi muito interessante quando a Fundação Ford quis doar uma grana e foi uma treta, principalmente do CMI da América Latina, eles falaram: não, nem a pau, eles vieram aqui, torturaram as pessoas, financiaram a ditadura, caguetaram todos os funcionários e a gente vai pegar dinheiro de Fundação Ford? Nem a pau.

O **ato político** de dizer não ao financiamento da Fundação Ford auxiliou na construção de um **imaginário social**, entre os voluntários do CMI que parecem fortalecer sua **identidade** em relação ao caráter de independência financeira e moral perante certas instituições da sociedade. Dito isso, Laclau (1990) observa que o caráter mítico e contingente das configurações espaciais nos constitui como sujeitos.

Essa parece ser a condição discursiva criada junto à rede Indymedia pelo caso da Fundação Ford. Ouvi essa história tantas vezes que fiz uma pesquisa nas listas de discussão da rede Indymedia e pude acompanhar alguns diálogos ocorridos na época. Conforme dados da lista de discussão sobre o caso Ford<sup>85</sup>, no ano de 2002, a rede Indymedia planejava realizar um encontro global entre seus voluntários, porém não possuía os recursos financeiros para promover tal encontro.

Diante desse impasse, um coletivo do CMI nos Estados Unidos, chamado CMI Urbana, enviou à lista da rede Indymedia uma proposta de doação de U\$ 50 mil, oferecida pela Fundação Ford para cobrir as despesas do encontro internacional do CMI. Segundo um voluntário do

---

<sup>85</sup> As listas de discussões e seus diversos links sobre a doação da Fundação Ford pode ser consultada em: <http://archives.lists.indymedia.org/imc-finance/2002-September/001452.html>.

CMI Urbania, a doação da Fundação Ford foi oferecida em razão de algumas parcerias de trabalho entre o CMI Urbania e a Fundação Ford.

O dinheiro, a princípio, seria utilizado na criação de um fundo de viagens, de maneira a proporcionar reuniões presenciais que sempre representaram um grande desafio à organização e ao desenvolvimento da rede Indymedia. Assim, os recursos iriam para o coletivo CMI Urbania e seria distribuído aos demais coletivos, à medida que a necessidade dos encontros se tornasse necessária, sendo eles locais, nacionais ou mesmo continentais.

No entanto, quando a proposta foi encaminhada às listas para formalizar a decisão, surgiu um dilema, levantado por um voluntário do CMI Argentina. Ele se posicionava contra a doação da Fundação Ford e seu argumento se baseava em dois pontos: um artigo do sociólogo James Petras<sup>86</sup>, que acusava a Fundação Ford de colaborar com a CIA durante a Guerra Fria, especialmente no fomento a ditaduras latino-americanas; e no depoimento do historiador anarquista Osvaldo Bayer, ligado ao Movimento das Mães da Praça de Maio, para quem aceitar o dinheiro seria um insulto à memória dos desaparecidos.

Com base nesses argumentos, emergiram questões sobre o que é ser uma rede autônoma, sobre como receber uma doação de fontes das quais se discorda das atividades e da visão de mundo, sobre até que ponto se pode reverter a origem corrompida de uma doação, por meio de ações que fomentem a liberdade e a democracia.

A discussão foi longa e como as decisões no CMI são tomadas por consenso, foi preciso mais de seis meses para a decisão final sobre essa questão. Isso por que as posições sobre aceitar ou não o dinheiro estavam divididas. Havia aqueles que eram favoráveis a receber o dinheiro, argumentando que a pureza da fonte não era tão importante, mas sim o que se faria com o dinheiro que, nesse caso, era para o fortalecimento das lutas políticas contra o capitalismo e seu braço armado, a mídia hegemônica.

Porém, a discussão chega a um ponto crítico quando o coletivo argentino escreve uma mensagem, explicando ponto a ponto o papel nefasto da Fundação Ford, tanto de seu envolvimento com a CIA e as ditaduras latinas, mas também seu *modus operandis* que busca enfraquecer as organizações não alinhadas, diretamente, à política imperialista dos EUA. Segundo os argentinos, uma das estratégias

---

<sup>86</sup> The Ford Foundation and the CIA: A documented case of philanthropic collaboration with the Secret Police: In <http://www.rebellion.org/petras/english/ford010102.htm>.

utilizadas pela fundação para manter o controle é isolar os setores sociais mais radicais, por meio de ajudas econômicas aos setores mais moderados e menos polêmicos, em troca, exigindo sutilmente os pressupostos e valores estabelecidos pela política neoliberal.

Para o CMI Argentina, a intenção da fundação, de colaborar com CMI é devido à percepção do rápido crescimento dos Movimentos de Resistência Global que, estimulados pelos avanços tecnológicos, possibilitaram o surgimento de aparatos de publicação aberta e permitiram a criação de redes horizontais e descentralizadas que se colocam contra a mídia hegemônica, denunciando a face mais perversa da globalização e das políticas neoliberais.

Em seus argumentos, o coletivo argentino reforçou seu receio de que, com a injeção de dinheiro, o CMI seja cooptado e acabe se transformando em uma rede inofensiva, como afirmam ser o caso do Greenpeace na Argentina que virou um escritório de marketing mais preocupado com a burocracia dos editais do que com as ações-diretas e as lutas sociais.

Ainda, em relação ao caso Ford, é importante que se diga que o acontecimento representou um momento político importante na luta do CMI contra o capitalismo, bem como no reforço de sua identidade de coletivo autonomista de seus valores políticos e princípios organizacionais, no que concerne à horizontalidade e ao consenso. Se no início das discussões houve polarização entre o aceite e o não aceite dos recursos, o que se observou foi que, após longas discussões, a maioria optou por não aceitar a subvenção; como no CMI, teoricamente<sup>87</sup> não há votação, o recurso da Ford não foi recebido, porque não houve consenso.

Conhecer a relação do CMI com as formas de financiamentos de sua atividade é um aspecto fundamental à compreensão dos valores defendidos por esse coletivo de mídia alternativa. Ao longo de sua existência, os valores defendidos pelo coletivo se tornaram fundamentais **na construção de sua identidade**, na medida em que há uma relação de **afeto, um investimento libidinal** dos voluntários em relação aos princípios em que acreditam e vivenciam.

---

<sup>87</sup> No caso Ford de fato não houve votação, mas essa questão é conflituosa no CMI, pois há os que afirmam que não há votação, mas tem aqueles que dizem que votar não é nenhum crime e às vezes é preciso votar para resolver questões urgentes. A questão é polêmica porque consenso é um princípio importante que ajuda a construir a identidade do CMI e a maioria dos voluntários tem a convicção de que em princípios não se mexe.

O princípio da independência, de acordo com Pancho, refere-se à insubordinação financeira, política e moral das empresas, partidos e do Estado. Sobre o Estado, o CMI faz duras críticas. Foi algo comum durante as reuniões, das quais participei no CMI Florianópolis, ouvir falas sobre o entendimento que o coletivo tem sobre o Estado. Para o CMI Florianópolis, o Estado é uma instituição que está a serviço dos dominantes, sendo um forte pilar de sustentação do capitalismo.

Para o CMI, o Estado também é o detentor da violência legítima e simbólica, tendo um papel repressor e criminalizador frente aos movimentos sociais e, às lutas políticas. Contudo, conforme observam os voluntários do CMI, o Estado como forma de garantir a legitimidade do capitalismo passou a instituir formas de participacionismo social que em nada contribuem à mudança social, sendo mais uma forma de garantir o controle sobre a sociedade e uma tática para esfriar as lutas sociais.

Os ativistas do CMI relatam, ainda, que o Estado como pilar do capitalismo busca constantemente mantê-lo e, se o capitalismo é um sistema de exploração e dominação, o Estado, por sua vez não faz outra coisa senão reproduzir essas mesmas relações. Além disso, os voluntários do CMI revelam que qualquer tentativa de manifestação e protestos, que exijam mudanças substanciais na hegemonia posta, é duramente reprimida pelo Estado. O CMI foi alvo de constantes investidas do Estado contra suas atividades, seja perseguindo e indiciando seus ativistas ou processando judicialmente o CMI, em razão de certas publicações em seu site.

O que se percebe na fala dos voluntários do CMI é que quando algum elemento da **hegemonia** é questionado e entra em crise, ou seja, quando a o **discurso** não funciona, dá-se a repressão e o controle por parte do Estado, quase sempre acompanhado pelo uso da violência a serviço do cumprimento das leis. Desse modo, a **crise de sentido** provocada pelo **deslocamento** dos discursos hegemônicos é rapidamente **reabsorvida** e a hegemonia busca reestabelecer a ordem (LACLAU, 1990).

As condições de possibilidade de novas articulações discursivas são dadas, conforme Laclau (1990), pelo **deslocamento** estrutural. A suspensão momentânea do sentido e sua rearticulação possibilita a reconstrução, tanto da sociedade, como também dos **sujeitos políticos** que forjam novas identidades nesse processo. Aqui, importa destacar que “**o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento**. Portanto, longe de ser o sujeito um momento da estrutura, ele é o resultante da

impossibilidade de construir a estrutura como objetividade” (LACLAU, 1990, p. 57).

Os voluntários do CMI deixam claro por que não podem estabelecer relações com o Estado por meio, por exemplo, da busca por editais. Nas palavras de Pancho:

Quando a gente busca um edital para conseguir recursos não pode ser ingênuo de pensar que aquilo vai acontecer fora de uma lógica de Estado. Eu, por exemplo, não acredito no uso de dinheiro do Estado para fins contra-hegemônicos, ou seja, contra o próprio Estado. Eu vejo assim oh que o grande problema do financiamento é que ele sempre caminha para uma dependência porque mesmo com uma ideia legal e com toda estrutura quando você pede o dinheiro você vai atrás de outro e de mais outro e quando vê, já está dependente.

Os voluntários do CMI apontam também para os limites da radicalidade política dentro da máquina estatal. O que costuma acontecer com essa aproximação é o esvaziamento do sentido nos conceitos políticos, produzidos pelos sujeitos que fazem resistência ao capitalismo. São exemplos disso, as apropriações de termos como coletivo, cultura livre, mídia livre e ativismo. O termo coletivo, por exemplo, passa a ser empregado pelos artistas, por fundações, nos programas de governo e militantes partidários, com o objetivo de vender uma imagem de atuação mais coletivista. Porém, o que se observa é que, na maioria dos casos, por trás da fachada coletivista se escondem grupos que possuem CNPJs para poderem concorrer aos editais e prêmios do governo. Para Goya:

o recebimento de dinheiro dos editais é uma questão complexa e basta olharmos a história dos movimentos sociais do passado e de hoje para vermos a capacidade do Estado e do capitalismo de incluir as práticas contestatórias neutralizando-as. Esse é um fator que se deve levar em conta porque um passo para isso é usar o dinheiro dessas instituições e ficar com o rabo preso com elas.

No que foi dito até aqui sobre a visão do CMI sobre o Estado, percebe-se que o coletivo entende o Estado como uma esfera de

concentração de poder, que se coloca acima dos interesses públicos em defesa de interesses privados. Mas, ainda que se tenham todos esses obstáculos, o Estado aparece como uma esfera, onde se pode, paradoxalmente, fazer pressão e usufruir das brechas da hegemonia, mas não vencer, já que se trata de uma atitude reformista ou como resumiria Rox “não se pode vencer a guerra com as armas do Senhor”.

Conforme defende Cazu, paradoxalmente o Estado é uma instituição sobre a qual os oprimidos/excluídos precisam fazer pressão para garantir o atendimento de algumas demandas como a saúde, educação, segurança, mas Cazu enfatiza que, embora a pressão contra o Estado na conquista de direitos seja importante ao fortalecimento da luta política, toda relação estabelecida com o Estado é reformista e sobre essa questão Cazu dispõe de uma fala bastante esclarecedora da posição do CMI:

A perspectiva política do CMI vê as relações com o Estado como reformistas. Reforma é reforma, a gente vai até onde dá, toda reforma tem limitação, pois toda reforma dentro do aparelho do Estado tem suas limitações. Você pode conquistar um salário melhor, mas você não conquista a libertação do trabalhador. Temos que pensar assim: quem reforma o capitalismo é a esquerda com sua luta política. O próprio modo de produção, o pessoal da ADM pode ter a ilusão de que quem faz a reforma é o Taylor, Ford, Toyota, mas quem reforma é à esquerda, pois ela que aponta os problemas e acaba dando as soluções. Vale transporte, vale alimentação, etc. tudo isso é luta de trabalhador, tudo isso é reforma. A reforma é importante a partir do momento que ela ensina a lutar e dá a possibilidade de conscientização de classe oprimida. Mas tem suas limitações, a gente pode lutar por uma maior participação mas nego não lê lei e é difícil ler lei mesmo, por causa disso a gente sempre vai ter uma participação popular dentro das possibilidades, dentro da vontade que o Estado nos dá né, quando eu falo Estado entende-se Estado+Capital.

As críticas à política feita aos sindicatos e partidos políticos obedecem à mesma lógica da crítica ao Estado. Conforme Pancho, por

estarem integrados à estrutura burocrática do Estado, onde é limitada a possibilidade de mudanças e de experimentações de novas formas organizativas, os sindicatos e partidos acabam reproduzindo as hierarquias e centralização do capitalismo. Ainda, conforme Pancho, a maioria dos voluntários do CMI é contrária ao movimento estudantil quando serve de trampolim para os aspirantes a cargos políticos ou estão aparelhados por partidos políticos.

Segundo Vini, voluntário do CMI Florianópolis, o qual começou sua militância no Centro Acadêmico do curso de geografia, nas universidades acontece, com frequência, de os partidos políticos financiarem pessoas para fazerem articulações partidárias, utilizando como trampolim a luta estudantil, porém mesmo com esses problemas Vini acredita que o movimento estudantil é um bom começo à militância.

Sobre essa questão de militantes cansados com o aparelhamento dos Centros Acadêmicos (CA) por partidos políticos, pude observá-la na prática quando participei de uma reunião de acolhimento de novos membros, em que eu era uma das voluntárias que realizaria a conversa. Perguntei ao candidato a membro do CMI por que militar junto ao CMI, ao que ele respondeu:

Sabe como é, cansei de militar no CA [Centro Acadêmico], lá os compas são muito autoritários, o CA faz tempo tá aparelhado por partidos políticos. É muito chefe pra pouco índio. Procurei o CMI porque tinha vontade de discutir, de atuar em algum grupo que fosse comunidade, autônomo e independente. Eu queria fazer parte de um grupo em que eu não tivesse que seguir algum ‘mestre’ ou alguém que fosse mais importante por ser mais velho ou porque teve mais educação, frequentou universidade. Até que soube do CMI. Queria saber tudo, se realmente era autônomo, horizontal, por consenso.

A pesquisa de campo me possibilitou observar nas falas dos voluntários do CMI sua relação com a noção de autonomia, de consenso e de horizontalidade, como um **significante** que constrói, parcialmente, a **identidade** desse coletivo. A importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (autonomia) é para reforçar o argumento substancial nessa tese, qual seja, a ideia de que os **discursos constituem** **sujeitose por eles são constituídos, reflexão que vale por analogia a**

**ideia de organização que, como prática discursiva que é não foge a essa regra.**

Sobre isso, os voluntários do CMI me explicaram que o elemento principal a ser observado, para avaliar se uma organização pertence ou não ao campo libertário e autonomista, é sua forma de organização, ou seja, a maneira pela qual organiza suas atividades cotidianas, que servem de suporte a suas lutas políticas. Nesse ponto, os voluntários do CMI são categóricos: **a luta política requer organização e as práticas de organização são frutos da ideologia que as anima.**

### 6.3.COMUNICAÇÃO, INTERNET E AÇÃO-DIRETA: A CONSTRUÇÃO DA LUTA SEM INTERMEDIACÃO

A comunicação é uma questão importante para o CMI, não só por ser um coletivo de mídia alternativa, mas, sobretudo em razão da disseminação de seus valores contrários ao capitalismo na busca pela união de forças a outros movimentos sociais, coletivos autonomistas e de toda sorte de oprimidos/excluídos para compor uma frente de lutas antissistêmicas.

Assim, a comunicação, de acordo com Rox é uma parte importante do trabalho do CMI e, nela, são incluídas as formações e oficinas dentro do coletivo e nas comunidades. Segundo Rox, o CMI realizava formações sobre política, ação-direta, mídia alternativa, horizontalidade, democracia direta, consenso, como também oficinas sobre segurança na internet, diagramação, edição de jornal, edição de vídeo, operar o Linux, rádio livre, comunicação popular. A ideia por trás das formações pondera Rox, era a de formar politicamente as pessoas, tanto para colaborar com o CMI quanto para a própria vida.

A comunicação interna do CMI ocorre, primordialmente, por meio das listas de e-mails, conforme o assunto requerido. Não há muitas regras para o funcionamento destas listas, exceto a proibição do envio de e-mails publicitários. Cabe destacar que, por questões de segurança, essa comunicação ocorria somente pela lista de e-mail localizada no domínio seguro do Riseup. Para a comunicação via listas de e-mail era sugerida uma organização dos assuntos em discussão por tópicos, sendo que sempre se respondia sobre o assunto no e-mail que o originou. Qualquer voluntário do CMI tinha autonomia para criar um novo tópico.

O armazenamento de todos os documentos e atas de reuniões está no CMI DOC e pode ser acessado por qualquer membro do coletivo, o que permite o compartilhamento de informações de forma muito intensa e baseada na luta contra a propriedade intelectual. Este

compartilhamento também é uma forma de diluir o poder, tendo em vista que, à medida que qualquer voluntário tenha acesso a qualquer informação apenas acessando um link no computador, a distribuição do poder associado ao conhecimento obedece ao princípio da horizontalidade.

As experiências com comunicação do CMI, em razão das formações políticas e das oficinas, foram amplamente relatadas por seus voluntários durante o período da pesquisa. Goya se lembrou do seu primeiro contato com os movimentos sociais locais e de como esse encontro o mobilizou à luta. Para Goya foi “contagiante” poder encontrar outras pessoas lutando por ideias semelhantes às do CMI, o que renova as esperanças de que é possível avançar nas pautas sociais. Nas palavras de Goya:

ver que tinha gente mobilizada foi pra mim essencial, se não, você olha ao redor e vê que só tem você, e isso o desmotiva um pouco a fazer as coisas. Mas quando você tem um veículo de mídia alternativa que demonstra que você não está sozinho, que tem um monte de gente fazendo isso também em outros lugares, ah! Isso é contagiante.

O que se percebe nessa passagem é que a comunicação funciona como um suporte secundário, mas importante para a formação de uma **lógica equivalencial**, na medida em que o compartilhamento de valores é percebido por **sujeitos que se identificam com a causa**; há uma adesão ao projeto político do CMI que, de alguma forma os representa.

Na abordagem laclauiana, as equivalências se constituem mediante a adesão a uma ideia ou a um projeto político que funciona como **ponto nodal capaz de articular identidades** dispersas no campo da discursividade. A base que sustenta as equivalências não pode ser encontrada na especificidade de qualquer uma dessas demandas, mas sim naquela que consegue representar todas as identidades, articulando-as no âmbito do **imaginário social**, cujo centro é um **significante vazio** (LACLAU, 1990, 2000).

Assim, a prática da comunicação, por meio das formações e oficinas realizadas pelo CMI Florianópolis visa à disseminação dos valores autonomistas para os movimentos sociais e às comunidades locais. Os processos de comunicação são uma possibilidade de expansão da **lógica de equivalência** que vai se estabelecendo, à medida que os

sujeitos políticos se identificam como parte de um “nós” excluídos em oposição a um “eles” encarnam o poder repressivo.

Os voluntários do CMI relatam que a comunicação via formação política pretende proporcionar um aprofundamento teórico e alinhamento ideológico dos militantes da organização. Ela também dá suporte aos novos militantes, para que as diferenças de nível de formação entre os voluntários sejam as menores possíveis, o que evita concentração de poder em função do conhecimento. Em termos gerais, a formação política promove o desenvolvimento teórico e ideológico da organização e garante sua unidade, segundo o entendimento de Ruth.

A comunicação externa envolve o contato do CMI com diversas identidades espalhadas pelo campo do discurso, como os movimentos sociais, as comunidades locais, os coletivos autonomistas, o MPL e a FALM. Além disso, de acordo com Pancho, o contato com os movimentos sociais e comunidades possibilitou que voluntários do CMI ajudassem nesses espaços; assim como no site da Frente Autônoma de Luta por Moradia<sup>88</sup> - coletivo autonomista de Florianópolis que defende a causa da moradia.

Conforme Vini, o CMI adquiriu um *know-how* técnico e auxiliou outros movimentos a terem seus próprios sites. O CMI também sempre incentivou os movimentos sociais a publicarem suas lutas e notícias no site do CMI, pois uma vez publicada nele, a notícia se espalha pelo mundo todo.

Cazu me explicou que a comunicação é uma dimensão importante de luta para o CMI, se for democrática; é a principal ferramenta na reivindicação da democratização em geral. No mesmo sentido, Atenas destaca que a democratização da mídia passa, necessariamente, pela democratização das condições de produção, distribuição e, principalmente, a massificação da capacidade crítica de fazer mídia. Outra questão que, várias vezes, foi debatida durante as reuniões, diz respeito ao fato de que o site do CMI tem acesso limitado, uma vez que é acessado por determinadas camadas da população, ou seja, o CMI não é mídia de massa. O acesso limitado dificulta a ampliação da cadeia de equivalência, já que o compartilhamento das ideias fica restrito a grupos que, de alguma forma, já estão próximos **ideologicamente** do CMI. Com esse acesso limitado, o CMI não consegue **articular outras identidades políticas** para a construção de um **projeto político**. Se a comunicação em si não gera equivalência, sem ela tampouco poderão ser atingidas outras identidades políticas **dispersas no campo da**

---

<sup>88</sup> <https://frenteautonoma.wordpress.com/>

**discursividade**, identidades essas que possam **identificar com a ideia/causa** defendidas.

Essa questão da comunicação e da limitação do site em atingir um público mais diversificado e amplo, sempre esteve associada nas conversas que ouvi durante o tempo que passei com o CMI, ao problema de segurança, ao relativo atraso tecnológico do *site* do CMI frente ao aparecimento das redes sociais, facebook, twitter, blogs, youtube com uma interface interativa muito mais dinâmica e fácil de utilizar.

A proliferação das redes sociais e a consequente pulverização dos meios de mídia em blogs, facebook, twitter, na visão do CMI Florianópolis, acabaram fragmentando ainda mais a luta política pela democratização da comunicação já que não compartilham de ideias comuns para o fortalecimento da luta contra a mídia hegemônica. Sobre isso, os voluntários do CMI revelaram que essas ferramentas da internet são importantes na divulgação da luta e ao chamamento das pessoas à rua. Porém, o que se percebe é que as chamadas por meio das redes sociais não garantem, automaticamente, a adesão à ideia/causa/demanda pela qual se luta.

A falta de adesão à causa pode ser, em parte, explicada pelo fato de a política, nos termos de Laclau, ser afeto. Isso quer dizer que uma **ideia/causa/demanda** só consegue **articular identidades** políticas na medida em que os sujeitos se **identificam** com ela, na medida em que essa ideia/causa/demanda sirva de **ponto nodal**, já que os sujeitos investem sua **energia libidinal** na construção daquele **objeto impossível** (ideia/causa/demanda), que para eles assume o lugar do **objeto a laciano**.

Rox expõe que, em relação à tecnologia utilizada pelo CMI dentro da rede Indymedia, há diversos esforços para atualizar essa tecnologia. E muitos sites no mundo já foram atualizados. No CMI Brasil, especificamente, há um projeto de um site novo com funcionalidades novas, que está sendo trabalhado desde 2009 por voluntários do mundo todo, mas sem previsão de lançamento, em razão da complexidade das operações e do reduzido número de voluntários envolvidos<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> Apesar do CMI Florianópolis ter saído da rede no final de 2013, a rede Brasil por meio dos coletivos Tefé/AM, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Brasília continuam suas atividades. Para continuar a ter acesso ao CMI me cadastrei na lista de e-mail do CMI São Paulo. Em novembro de 2014 recebi um e-mail avisando que o novo site estava em fase de testes e que era preciso que os voluntários do CMI São Paulo fizessem uma senha de acesso de administrador

Segundo Rox, é importante que se diga que não é fácil migrar o site para uma plataforma nova; esse é um trabalho complicado, porque o CMI detém milhares de artigos no seu banco de dados. Além disso, em 2006, a rede Indymedia teve grandes perdas de recursos tecnológicos e voluntários técnicos, em função de uma apreensão da polícia, o que custou muito tempo e esforço dos coletivos locais para conseguir realizar a reposição dos equipamentos, computadores, servidores, roteadores, etc.

Apesar de o CMI ter perdido espaço para as redes sociais facebook e blogs como meio alternativo de comunicação das lutas sociais, Cazu pontua duas questões que devem ser consideradas: a) mesmo que hoje em dia muitos movimentos sociais possuam maior facilidade de criar o seu próprio blog/site, o CMI tem uma audiência muito maior do que todos esses sites juntos<sup>90</sup>; b) outro ponto fundamental é que o site do CMI é o mais seguro do mundo à publicação de notícias, pois não registra IP<sup>91</sup>. Para Z, não existe até os dias de hoje nenhum lugar na internet que seja mais seguro que o CMI para a divulgação das lutas sociais.

Além disso, relataram-me os voluntários do CMI, que há grande ricos, em termos de segurança, na utilização das redes sociais facebook, blogs e twitter, lembrando que, nos últimos anos e nas manifestações das jornadas de junho de 2013, muitos ativistas que usaram o twitter e o facebook, mídias que registram o IP, foram perseguidos e presos ou tiveram pertences pessoais apreendidos pela polícia. Os ativistas do CMI me relataram, também, haver casos de censura cometidos por esses sites (facebook, blogs e twitter), que fazem a informação desaparecer da internet.

Assim, por exemplo, o CMI, segundo seus voluntários, ao contrário do facebook, dos blogs e twitter, oferece segurança e credibilidade, além de uma perspectiva de trabalho coletivo de mídia não possibilitada por esses outros veículos. A segurança se dá pelo fato de o site do CMI não registrar IP, coisa que ninguém no Brasil faz,

---

do site. Esse e-mail é importante na medida em que até a saída do CMI Florianópolis da rede nenhum de seus voluntários sabia ao certo quando que o site ficaria pronto.

<sup>90</sup> O CMI está no ranking mundial dos 100.000 sites mais acessados do mundo e recebe cerca de quatro milhões de visitas por mês. São dados da rede Indymedia: (<http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2010/12/482910.shtml>)

<sup>91</sup> IP significa protocolo de *Internet* e é um número único que identifica um dispositivo em uma rede (um computador, impressora, roteador, etc.).

somente o CMI. Além disso, inspirados nos ideais do Software Livre, os voluntários do CMI tinham a prática de instalar o Linux em suas casas que, além de não ser corporativo, é mais seguro, pois o Windows é muito vulnerável a softwares espiões que poderiam ser facilmente instalados pela polícia.

A orientação do CMI Florianópolis sobre o facebook era a de não usarmos para nos comunicar, apenas pelo e-mail do *Riseup*. O facebook é um espaço copyright, uma organização empresarial que não está comprometida com o sigilo das informações veiculadas em seu site, o que oferece risco de investigação policial aos ativistas do CMI, uma vez que a polícia pode solicitar acesso ao perfil do voluntário do CMI, ao facebook, e utilizá-lo para identificar seus integrantes durante protestos e manifestações.

Na visão de Cazu, em razão da resistência à utilização das redes sociais facebook, twitter, o CMI acabou perdendo espaço na disputa midiática, questão que há tempos vem sendo discutida na rede, porém nunca se chegou a um consenso sobre a construção de um perfil do CMI Brasil no facebook. Os voluntários do CMI Florianópolis nem sequer cogitavam essa possibilidade, porém, como os coletivos locais são autônomos em suas decisões, o CMI São Paulo, por exemplo, possui um perfil no facebook<sup>92</sup>.

Para Atenas, há um conflito dentro do CMI entre se tornar mais conhecido nacionalmente e ganhar força na **articulação de outras identidades, a fim de** reforçar a luta política e o ato político de repúdio à propriedade privada e falta de segurança que esses meios representam (facebook e twitter). É inegável que, atualmente, esses meios possibilitam ampla visibilidade, como foi o caso da Mídia Ninja que ficou conhecida, nacionalmente, em razão de sua cobertura nas jornadas de junho de 2013 e, principalmente, por causa da utilização massiva do facebook na comunicação de suas ações.

Sobre comunicação, visibilidade e facebook, Atenas defende que o CMI não se tornou um movimento mais conhecido pelo fato de não ter apelo de marketing. Para Bozo, o CMI não tem tempo nem voluntários o suficiente para fazer publicidade no Facebook ou no twitter. Mas, ainda assim, o CMI tem um potencial enorme de divulgação das lutas sociais, porque seu site disponibiliza as notícias ao mundo inteiro. Bozo relata, ainda que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo CMI, o coletivo de mídia alternativa ainda é um meio interessante aos

---

<sup>92</sup> <https://www.facebook.com/cmi.saopaulo?fref=ts>

movimentos sociais divulguem suas lutas e noticiarem sua versão dos fatos, conforme palavras de Bozo:

Se a gente acompanhar a movimentação de listas, por exemplo, as listas nunca ficaram um dia sem e-mail, eu nunca vi um dia sem email, sabe. Um dia sem email seria como um dia sem ar puro.

A questão da comunicação suscita outra, a da segurança na internet. Com relação a isso, o CMI vive uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo que as tecnologias, propiciadas pela internet, foram fundamentais para o surgimento do CMI, bem como às atividades diárias do CMI, onde quase tudo depende da internet para acontecer, a relação com essa questão é conflituosa, em razão do risco que a internet representa para a segurança pessoal dos ativistas.

Para Atenas, o uso das tecnologias digitais é cada vez mais facilitado, dificultando que o conhecimento fique restrito àqueles que detêm os meios de produção e comunicação. A parte boa disso é que, atualmente, qualquer um que possua uma câmera de foto pode fazer um vídeo e colocá-lo na internet. No entanto, a ameaça que isso representa aos que detêm os meios de produção e de comunicação, conduz a um desenfreado processo de controle sobre o que é produzido e distribuído pela internet.

Nesse sentido, para Atenas, torna-se imprescindível ao CMI fortalecer seus projetos *offlines*, tais como o CMI na Rua, as mostras de vídeo, as oficinas comunitárias sobre Linux e segurança na internet. Algo que revela, apesar de haver uma preocupação constante com os meios digitais, a ênfase das atividades dos voluntários que se encontram fora do mundo virtual, não no seu papel de comunicadores, mas no papel de potencializadores na produção de informação pelos sujeitos da ação coletiva.

Ainda no que concerne à segurança, é importante notar que a preocupação dos voluntários não se restringe à utilização da internet de forma segura, mas também com o uso do celular durante as jornadas de luta. Em várias ocasiões, constatou-se que os celulares de integrantes do grupo apresentavam sinais identificadores de terem sido alvo de 'grampo' por parte da polícia. Nas ocasiões em que os embates com Estado se radicalizam, como no caso de alguma prisão de ativistas, devido a protestos e manifestações, os procedimentos de cautela se acentuavam, fazendo com que fossem recolhidos os aparelhos celulares antes do início de qualquer reunião.

Além disso, conforme me explica Atenas, a internet é uma forma de não depender das mídias corporativas na difusão das ideias do coletivo, as quais difundem uma posição política que se choca com as ideias divulgadas pela mídia corporativa. Contudo, Atenas lamenta que essas ideias não atingem a parcela da população que mais necessita ter contato com uma posição política contrária ao sistema.

Se a comunicação e a segurança são aspectos importantes para o CMI, o mesmo pode ser dito também da prática da ação-direta, a qual se orienta pela autonomia e horizontalidade numa atitude de construção coletiva e sem intermediários da luta social. O termo ação-direta recebe esse nome por significar uma contraposição à ação política parlamentar, ou seja, institucionalizada e realizada por intermédio de políticos ou gestores. O CMI defende a prática da ação-direta como forma de ação política que se opõe à democracia representativa.

A ação-direta relata Pancho é uma prática que busca certa distância das esferas institucionais, como é o caso da política realizada no plano eleitoral pelos sindicatos e partidos políticos. São exemplos de ação-direta que o CMI praticou ou ajudou a praticar: manifestação na rua, bloqueio de avenidas e pontes, acorrentar-se em vias públicas, ocupação de terras e prédios abandonados, greves, boicotes, sabotagens, qualquer ação positiva (fazer algo) que tivesse implicações concretas à luta a que se propusesse.

Na concepção política do CMI, as eleições enfraquecem as lutas políticas, pois, ao elegerem um representante, tolhem dos sujeitos interessados o poder da agência. Nesse sentido, para Cazu, os pleitos eleitorais se travestem do que há de mais sagrado na ideia de democracia, mas na verdade escondem as exclusões que engendram. Para Pancho, é muito fácil cair na insidiosa armadilha do pleito eleitoral como a mais legítima maneira de fazer política, uma vez que somos, desde a infância, criados para saber a importância do voto e da obediência.

Os voluntários do CMI fazem questão de deixar claro que repudiar o Estado é um ato político, porque na visão do CMI, o Estado, em suas ações, reproduz os valores do capitalismo, sistema contra o qual o CMI se insurge radicalmente. Porém, Atenas adverte que ser contra o Estado não significa, absolutamente, que o CMI prefira a ditadura ou uma monarquia. O que o coletivo defende é que, ao contrário da farsa eleitoral, há meios mais efetivos à disposição dos ativistas para mudar a sociedade e a ação-direta é um deles.

A ação-direta se liga também, para o CMI, à ideia de desobediência civil. Conforme Atenas:

Leis são feitas por um grupo que não representam a sociedade, feitas principalmente para este grupo de pessoas, e se não estão nos atendendo vamos lá e subvertemos mesmo, desobedecemos.

A ação-direta, observa Cazu, acontece quando o coletivo autonomista cria suas próprias condições de luta e retira de si mesmo seus meios de ação. Ainda para Cazu, a ação-direta se materializa na luta política quando ela passa do campo da teoria ao da prática. Em consequência, a ação-direta é a luta política vivida no dia a dia, configurando-se, portanto, numa forma de resistência permanente contra o capitalismo.

Para Cazu, a importância da ação-direta é expressa na passagem a seguir:

Ação-direta significa termos controle direto sobre nossas próprias vidas, recusando aceitar a autoridade de políticos, de líderes ou de especialistas para agir em nosso nome. Ela é a forma direta de fazer as coisas e é ao mesmo tempo um modelo de como queremos ver a sociedade funcionar.

O princípio da ação-direta relata Cazu, diz respeito à própria forma de organização do coletivo, implicando democracia direta e recusa da reprodução, internamente, dos moldes de representação e delegação da democracia representativa. Por isso, a prática da ação-direta é vista como estando em sintonia com a ideia entre meios e fins, que caracterizaria a identidade do CMI enquanto coletivo autonomista: “o exercício da autonomia como reforço e meio à autonomia”.

Além disso, a prática da ação-direta está de acordo com os princípios libertários do CMI, que busca romper com a mediação de qualquer espécie, seja na Publicação Aberta e a defesa da democratização da informação contra a propriedade intelectual. Observa-se, também, em relação aos princípios organizacionais, nos quais a independência, horizontalidade e consenso representam a busca da participação de todos no processo de luta e a não mediação das ações.

## **7.REFLEXÕES FINAIS: A RELAÇÃO ESTRUTURADA E ESTRUTURANTE ENTRE O SUJEITO POLÍTICO E A ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA**

A democratização da informação está fundamentalmente ligada à tomada da palavra verdadeira e do fazer político rebelde, constituintes de outra história contada pelos ninguéns. Os filhos de ninguém e os donos de nada que Eduardo Galeano descreveu em poesia. Os neozapatistas ensinaram aos ativistas da minha geração, que a rebeldia e a palavra andam de mãos dadas e caminham pela noite construindo essa outra história, da qual também me sinto parte. Essa outra história não está alicerçada na verdade cartesiana que obedece à racionalidade instrumental da eficácia, e sim na flor da palavra verdadeira, a palavra que vem do coração daqueles que lutaram e lutam por justiça, democracia, liberdade, igualdade e dignidade.

(Cazu, voluntário do CMI Florianópolis)

Tive, neste trabalho, como objetivo a **reflexão e análise do sujeito político e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI), à luz da teoria do discurso político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e da psicanálise lacaniana.**

Para o alcance desse objetivo de pesquisa, minha principal lente de análise foi a Teoria do Discurso Político de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Porém, como o foco dessa tese é o sujeito, busquei apoio na psicanálise lacaniana, mais especificamente na noção de sujeito em Lacan. Nesse sentido reitero aqui que **o sujeito político defendido nessa tese é o sujeito falta-a-ser da psicanálise lacaniana.** Isso se justifica na medida em que o próprio Laclau afirmou em seu livro, *Novas reflexões, sobre a revolução de nosso tempo*, que o sujeito político tal qual entende e mobiliza em seus desenvolvimentos teóricos, é o sujeito lacaniano, embora o autor não deixe claro ao longo de sua obra o que entende por sujeito falta-a-ser.

Nesse sentido, a aproximação da noção de sujeito em Lacan, juntamente com a Teoria do Discurso Político, para buscar a compreensão das **relações estruturadas/estruturantes entre o sujeito político e a organização da resistência** foi fundamental para refletir,

interpretar e explicar esse processo, por meio do estudo do caso do Centro de Mídia Independente, objeto de pesquisa dessa tese.

Nesse trabalho o sujeito lacaniano foi mobilizado por romper com os pressupostos epistemológicos do sujeito racional e pleno das teorias tradicionais. O sujeito da tradição filosófica ocidental, bem como das ciências sociais e humanas, é uma construção discursiva, portanto política, cujos contornos conceituais definidos *a priori*, servem a interesses diversos na luta para impor uma visão de mundo nos diversos campos do saber, inclusive, no da administração.

A esse sujeito essencialista se opõe a psicanálise lacaniana numa posição que é também claramente política. Desse modo, os apontamentos da epistemologia lacaniana desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano, pondo em seu lugar um sujeito que se constitui na e pela linguagem, sendo fruto, assim, de forças socioculturais e libidinais.

Cabe destacar que, na perspectiva lacaniana, a ênfase recai sobre a falta/incompletude do sujeito; por essa abordagem, o sujeito se constitui a partir do processo de alienação e separação ao Outro, o que permite seu ingresso no mundo da cultura, porém nesse processo perde algo, perde sua completude mítica, o que o constituirá como sujeito falta-a-ser.

Essa falta habilita, no sujeito, o desejo que em virtude da perda da completude mítica procurará objetos/discursos com os quais possa se identificar, a fim de preencher a falta. Assim, falar do sujeito à maneira de Lacan é romper com toda pretensão iluminista de que a razão é que fundamenta o sujeito e o conhecimento sobre os objetos. Em lugar disso, o sujeito lacaniano permite pensar sobre a impossibilidade de uma identidade plena ao sujeito, mas também, por analogia, às identidades coletivas e aos objetos do discurso. O que nos leva à conclusão de que a divisão e a falta no sujeito também se fazem presente no objeto, ou seja, na objetividade que ele tenta construir, o que conduz a máxima lacaniana, apropriada por Laclau: “a sociedade é impossível”.

Se o sujeito é faltoso e sua plena identidade é inalcançável, estamos então na presença dos processos de identificação que, grosso modo, correspondem às maneiras pelas quais os sujeitos são interpelados pelos discursos, que sedimentam parcialmente sua subjetividade na tentativa sempre vã de lhes constituir uma identidade plena.

A epistemologia lacaniana rompe com a dicotomia sujeito/estrutura, na medida em que entende o sujeito como constituído em relação ao Outro (ordem simbólica), numa alteridade radical que

permite a sobreposição de duas faltas. Nesse sentido, a falta que se faz presente no sujeito é a mesma que está presente no Outro, uma falta que tem a ver com a impossibilidade de fechar todos os sentidos do social. (STAVRAKAKIS, 2008).

A sobreposição das duas faltas é que permite a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e a estrutura, na qual a estrutura não determina plenamente o sujeito, já que ele é responsável por ações que a estrutura não determina. Portanto, longe de ser o sujeito um momento da estrutura, ele é o resultante da impossibilidade de construir a estrutura como objetividade. Assim, é possível inferir que o sujeito parcialmente se autodetermina. Contudo, há de se observar que essa autodeterminação não é a expressão de algo que o sujeito é, mas expressão de sua falta-a-ser (LACLAU, 1990).

É pelas reflexões acima, entre outras, que o sujeito laciano rompe com a noção de sujeito racional e autônomo da tradição filosófica ocidental, bem como das ciências sociais e humanas. A tradição entende o sujeito como um ser racional, pleno e com uma identidade fixa e transparente (objetificável). Essa maneira de entender o sujeito é transferida à maneira de entender o objeto, o que implica conceber o ser, ou seja, os objetos como algo dado e possuidor de uma essência/identidade plena. Desse modo, ao entender o sujeito e o mundo dessa maneira, a tradição exclui a falta constitutiva do sujeito e do social, bem como a impossibilidade do fundamento último.

Com base nesses pressupostos, busquei a Teoria do Discurso a qual me permitiu lançar outro olhar sobre as organizações, ao evidenciar as **contingências** das formações discursivas que permeiam toda realidade social e revelar a condição **política** e, portanto **hegemônica** de toda a **luta por significado**. Na Teoria do Discurso e na psicanálise laciana encontrei um quadro teórico que me possibilitou a compreensão das condições materiais e históricas de surgimento do Centro de Mídia Independente e de sua realidade organizacional. Essas perspectivas também me auxiliaram na compreensão da relação entre **sujeito e organização**, conduzindo a uma ideia de que a maneira pela qual os sujeitos organizam suas práticas (organizacionais) de luta política não está deslocada do **discurso**, aos quais se **identificam e constituem suas identidades/subjetividades**.

Com o auxílio da Teoria do Discurso foram reconstruídas as condições **estruturais e contingentes** que permitiram o surgimento da rede Indymedia, da qual o CMI Florianópolis faz parte. As condições de possibilidade que fizeram emergir o CMI, como um coletivo de mídia

alternativa, estão relacionadas a acontecimentos históricos gerados ao longo do século XX.

Nesse contexto, o surgimento dos chamados novos movimentos sociais, emergidos nos anos de 1960, o declínio do chamado “socialismo real”, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989 e o acirramento da onda neoliberal por todo o globo, conduziram ao afloramento de novos protestos sociais e formas de ativismo político e de resistência à hegemonia estabelecida. Nesse processo de **reativação do político**, a invenção da internet e do ciberativismo na década de 1980 foi fundamental para o surgimento dos Movimentos de Resistência Global, dos quais o Centro de Mídia Independente é um exemplo.

A centelha que estimulou o acirramento dos discursos de resistência ao capitalismo surgiu das profundezas da floresta Lancadonia, simbolizado pelo grito de Ya Basta! às políticas neoliberais do Governo Mexicano pelos insurgentes de Chiapas. O **não** (Y Basta!) proferido pelos insurgentes neozapatistas provocaram o **deslocamentode estruturas discursivas sedimentadas**, o que abriu espaço à luta pela ressignificação da ordem deslocada. O neozapatismo, pautado por valores como **autonomia, liberdade e igualdade** inspiraram o surgimento de uma variedade de novas identidades políticas que, em comum, compartilhavam o desejo de solapar o neoliberalismo e suas instituições, os organismos multilaterais.

Por meio da Teoria do Discurso foi possível compreender que o CMI não é fruto de um espontaneísmo, mas engendrado por disputas hegemônicas pela construção de um projeto de sociedade, evidenciando que toda decisão sobre o social é política. Laclau (1990) chama atenção para o fato de que quando os discursos se tornam hegemônicos, a prática discursiva que os sustentam pode parecer tão evidente que os sujeitos não a percebem como sendo resultado de decisões políticas. Quando os discursos alcançam o nível de sedimentação, suas origens contingentes, e portanto políticas, tendem a ser esquecidas.

De maneira geral, o CMI, enquanto coletivo de mídia alternativa adota uma perspectiva política **autonomista**, construída a partir de uma herança política libertária vinda do anarquismo do século XIX, do marxismo heterodoxo do início do século XX, dos movimentos contraculturais dos anos 1960; dos movimentos autonomistas dos anos 1970 e 80, na Itália e na Alemanha, bem como no levante neozapatista dos anos de 1990.

O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas antissistêmicas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais, tais como **a horizontalidade, a não liderança, o**

**consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta**, advindo daí o seu antipartidarismo. Não obstante, o CMI também se insere no rol dos movimentos que fazem intenso uso das tecnologias de comunicação e, de certa forma, estruturam-se com a fluidez que a rede permite.

A *internet*, o *e-mail* e as mensagens e comunicações por celular são fundamentais para sua organização, contribuindo, inclusive, à almejada desconcentração de poder, por intermédio da agilidade na distribuição de informações e tarefas pelo coletivo. Entretanto, vale ressaltar a opção do movimento por meios virtuais anticapitalistas de software livre como o Linux e o *Riseup*, o que demonstra sua postura crítica em relação ao domínio de corporações como Google ou Facebook, que utilizam as informações para fins comerciais ou de monitoramento.

Dito isso, as expectativas com esse capítulo de reflexões finais são as de poder ilustrar os pressupostos dessa tese, quais sejam, **a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e a organização da resistência e defender a tese de que, a cada discurso, uma forma de organizar**. O sujeito aqui foi entendido como sendo destituído de essência, descentrado da noção de razão e formado pelo discurso e por processo libidinais, emergindo daí um sujeito dividido entre consciente e inconsciente, gerando a falta como fruto dessa divisão, marcando-o com uma incompletude constitutiva.

Mas não é só isso; aqui, importa, também, a relação entre essa ideia de **sujeito e a organização da resistência**, tendo importância a Teoria do Discurso para auxiliar na compreensão dessa relação com base numa **concepção descentrada e antiessencialista de sujeito e de organização**. Conforme visto, partimos do pressuposto, de que o entendimento que temos de sujeito constrói a visão que temos do mundo e, portanto, da organização.

É por isso que no âmbito dessa tese, o **organizar é entendido como uma prática social e discursiva**, como algo que está presente em qualquer **disputa hegemônica** independente dos fins. O organizar, assim como a linguagem e a política são feitos cotidianamente na ação, mesmo que não nos demos conta disso. Entendo o **organizar como um discurso que constitui sujeitos e é por eles constituído**, à medida que funciona como um **ponto nodal**. No caso do CMI esse ponto nodal é o **autonomismo** como sinônimo de organização, por meio do qual os sujeitos constroem suas **identidades** em oposição às forças que as negam (exterior constitutivo) e disputam com outras **identidades** (antagonismos) a fixação parcial de sentidos em torno desse **significante** em disputa.

Assim, para compreender a questão central dessa tese, **a relação entre o sujeito e a organização da resistência**, a categoria da Teoria do Discurso que possibilitou lançar luz aos pressupostos aqui defendido, foi a noção de **ponto nodal**. Esse conceito permitiu juntar a noção de **sujeito falta-a-ser em Lacan** com a noção de **prática discursiva** em Laclau, auxiliado de noções como **identidade/identificações, antagonismo/exterior constitutivo** me permitiulancsar luz na compreensão no entendimento do por que defendo a máxima: **a cada discurso, uma forma de organizar**.

Na perspectiva de Laclau (2005), a função de significação do **ponto nodal** não se reduz unicamente a sua posição discursiva, mas está sustentada por uma **construção ideológica, investida libidinalmente** pelos sujeitos. É por isso que a instituição de um **ponto nodal** é um momento discursivo, no qual se opera um “**investimento radical**” (catexias) que pertence, necessariamente, à ordem do **afeto** (LACLAU, 2005, p. 160).

Para Laclau (2005), a relação entre **significação e afeto** é íntima. O **afeto** não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. Ele se constitui somente através da **catexia** diferencial de uma cadeia de significação, intermediado pela instituição de um **ponto nodal**. Assim, as formações **discursivas ou hegemônicas**, que **articulam a lógica da diferença e a lógica de equivalência**, seriam ininteligíveis sem o componente **afetivo**. O autor assevera que qualquer discurso ou ordem hegemônica resulta de uma indissociável articulação entre **dimensões significantes e afetivas**, de uma maneira tal que se pode afirmar que **toda política é afeto**.

Nesse sentido, **sujeito e organização** são **significantes/nomes/pontos nodais** em disputa na construção de um discurso que possa **articular uma ordem hegemônica**. Conforme observado na pesquisa com o CMI Florianópolis, a disputa se dá em torno de valores políticos tais como **horizontalidade** versus hierarquia, **não liderança** versus liderança, **consenso** versus imposição, **autonomia** versus heteronomia, **independência** versus dependência e **ação-direta** versus representação.

Importa esclarecer que ao expressar a disputa entre esses termos antitéticos, dessa forma, não quero com isso remeter à ideia de dicotomia ou simplicidade teórica. Porém, é importante ter claro que, pelo fato de serem falsas dicotomias do ponto de vista ontológico e,

portanto político, não quer dizer que não sejam construídas e disputadas como tal no plano ôntico, que é o da prática política<sup>93</sup> por excelência.

A disputa que o CMI trava no campo da discursividade pela fixação de sentidos em torno dos ideais pelos quais resiste à ordem hegemônica só é possível em razão de não existir um centro ou um fundamento último do social. O que há são **fundamentos contingentes, pontos nodais, investidos libidinalmente pelos sujeitos**, em torno do qual foram construídas certas significações precárias sobre o mundo.

A constituição de um **ponto nodal** no discurso é a condição de possibilidade para que haja uma **ordem discursiva significativa**; sem o ponto nodal navegaríamos em mar de caos, estaríamos diante do não sentido de um discurso psicótico (LACLAU, 1990, 2005). O ponto nodal, além de possibilitar a construção discursiva por se constituir numa condensação de sentido, nos termos de Lacan, metaforicamente, também, funciona como um tamponamento da **falta constitutiva**.

No caso do CMI, a construção do **discurso** sobre organização está, inelutavelmente, conectado à **ideologia** política, com a qual seus voluntários se **identificam**, o autonomismo. Nesse contexto, esse **nome/significante** funciona como um **ponto nodal** na constituição da **identidade** do CMI e é **investido libidinalmente** pelos sujeitos que se **identificam** com esse **discurso**. O discurso do autonomismo comporta outros significantes tais como **horizontalidade, não liderança, consenso, independência e ação-direta**, que são também os princípios políticos e organizacionais praticados cotidianamente pelo CMI.

A construção da identidade (constituição subjetiva) do CMI, como coletivo autonomista, precisa de uma segunda operação simultânea a primeira para se constituir. É a instituição de uma **fronteira política, um exterior constitutivo que pode representar um corte antagônico ou não**. No caso do CMI, o exterior constitutivo que funda sua identidade se dá mediante o **corte antagônico** que estabelece em sua relação com a heteronomia própria do capitalismo, do Estado, das corporações e das organizações da esquerda autoritárias. A heteronomia é um discurso não reconhecido pelo CMI e, portanto, ao qual não se identifica. **A heteronomia se articula também a outros significantes que a constituem enquanto discurso, tais como a**

---

<sup>93</sup> Nos termos de Chantal Mouffe o nível da política está inserido num nível ôntico e o político inscreve-se numa dimensão ontológica. Segundo Mouffe (2005, p. 8-9) “isto significa que o ôntico tem a ver com as muitas práticas da política convencional, enquanto que o ontológico refere-se à própria forma como a sociedade é constituída”.

### **hierarquia, a centralização, a liderança e a subordinação contra os quais o CMI luta.**

A centralidade que o discurso sobre a organização da luta política: **organização = autonomismo = (horizontalidade + não-liderança + consenso + independência + ação direta) = CMI** ocupa na catexia dos voluntários do CMI foi evidenciada diversas vezes durante a pesquisa. Assim, a pesquisa de campo junto ao CMI me possibilitou observar, nas falas de seus voluntários, a importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (**autonomia**) na constituição da identidade do coletivo.

Isso ficou evidente no momento em que os voluntários do CMI me explicaram que o elemento principal a ser observado, a fim de avaliar se uma organização pertence ou não ao campo libertário e autonomista, é sua forma de organização, ou seja, a maneira pela qual organiza suas atividades cotidianas, que servem de suporte a suas lutas políticas. Nesse ponto, os voluntários do CMI são categóricos: “a luta política requer organização e as práticas de organização são frutos da ideologia que as anima”.

É em virtude dessa centralidade, **da organização autonomista**, que o CMI defende a organização da luta política como um meio e um fim. Para o CMI, a autonomia (**organização = horizontalidade, não liderança, consenso, independência, autonomia e ação direta = CMI**) somente é aprendida por intermédio da luta política cotidiana. O autonomismo, na perspectiva dos voluntários do CMI, é aprendido na prática e não na teoria: “o exercício da autonomia como reforço e meio para a autonomia”. Essa é a maneira pela qual sonham e desejam que a sociedade seja organizada. Para o CMI, o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas.

Assim, a análise do caso do CMI à luz da Teoria do Discurso, permitiu compreender que a disputa por um projeto (hegemônico) de sociedade requer organização, pois toda articulação discursiva pressupõe práticas organizacionais para concretizar uma cadeia de equivalência, que torna possível a emergência de um projeto hegemônico. O suporte organizacional à articulação fica evidente na frase de Chantal Mouffe em uma palestra no Instituto Humanitas Unisinos<sup>94</sup> “não basta criar os afetos, é preciso ver como articulá-los” e isso é algo, na interpretação dessa tese que envolve as práticas organizacionais, dentre as quais a

<sup>94</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/535251-afetos-paixoes-e-democracia>

comunicação parece ser importante para juntar afetos espalhados no campo da discursividade. Com a investigação de campo com o CMI foi possível perceber que a organização importa para diluir o poder, enquanto na forma organizacional dominante, acontece exatamente o oposto, a organização é utilizada para a concentração de poder. Nas falas dos membros do CMI, a organização importa, porque é por ela que se realiza a organização popular, tão cara aos autonomistas na busca por um mundo melhor. A hegemonia precisa de organização, de práticas discursivas para manter a ordem e disseminar seus valores; exemplo, instituições do Estado, Bancos, agências de financiamento, agências reguladoras, a estrutura do judiciário, escolas, etc.

O discurso se constitui de ideias compartilhadas que se tornam a realidade dos sujeitos, os quais se identificam com elas em contraposição aos sujeitos para os quais a ideia não faz sentido, constituindo assim múltiplas identidades. Essa relação antagonica reforça a constituição da identidade precária e a cristalização de um espaço mítico capaz de gerar o imaginário social, pelo qual o sujeito significa a realidade. A Teoria do Discurso permitiu a compreensão de que os discursos são disputados e suportados por práticas discursivas que são, por sua vez, práticas organizacionais, sendo que a multiplicidade das identidades sociais conduz à multiplicidade de formas organizacionais.

Por este estudo ficou evidente que o CMI não possui um projeto político articulado, portanto, nos termos de Laclau, o coletivo não possui projeto hegemônico, o que se explica pelo fato de o CMI não conseguir articular outras identidades dispersas no campo da discursividade. Nesse sentido, observou-se que o discurso defendido pelo CMI não é capaz de articular outras demandas sociais para além da questão da democratização da comunicação: saúde, gênero, meio ambiente, para formar cadeias de equivalência extensas o suficiente ao projeto hegemônico.

Entretanto, se o CMI não possui um projeto hegemônico articulado, por outro lado exerce **resistência** à mídia hegemônica e ao capitalismo, na medida em que desafia seu poder por meio de práticas de resistência. A luta pela democratização da comunicação no CMI é realizada no seu dia a dia, tendo como prática política e organizacional o questionamento da propriedade intelectual por meio do uso de software livre, pelo uso de licenças copyleft em oposição ao copyright, pelo apoio e divulgação das lutas por moradia, por acesso à cidade/passe livre, pelos direitos das minorias, etc.

Além disso, o CMI tem como projeto principal a prática da Publicação Aberta. Por essa política, qualquer pessoa pode publicar texto, vídeos, fotos no site do CMI, de forma fácil e sem a necessidade de um mediador, sendo a única ressalva a de não ferir a Política Editorial do CMI o que, aliás, é coerente com os princípios do CMI, que defende sua posição política e denuncia a ilusão de neutralidade propalada pela mídia hegemônica.

Sendo assim, podemos fazer uma leitura-síntese sobre a relação do CMI com os princípios que embasam sua luta política (práticas organizacionais): a busca constante, pelo CMI, pela prática dos princípios políticos e organizacionais: horizontalidade, não liderança, consenso, independência, autonomia e ação-direta manifesta o **desejo pela completude mítica**, revela, portanto, a **falta constitutiva do sujeito** e da **ordem simbólica (sociedade)**. Essa busca pela completude se dá por meio dos **processos de identificação** com os **ideais** defendidos. No caso do CMI, a busca pelos princípios do autonomismo=organização, **objeto de desejo**, faz parte da sua **fantasia** que procura um objeto capaz de **preencher sua falta constitutiva**, ou seja, capaz de produzir uma significação última, uma empreitada sempre falida, conforme sabemos.

Essa constatação vai ao encontro das reflexões de Misoczky e Moraes (2010) que, ao estudarem práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais, reconheceram os riscos do *fetichismo da forma organizacional* (HARVEY, 2010). Assim, inspiradas nos desenvolvimentos de David Harvey, as autoras alertam para o perigo da substituição do processo real de organização que se constrói no cotidiano dos lutadores sociais cuja criatividade e formas de sociabilidades escapam a qualquer “estrutura fantasmagórica preconcebida”. (MISOCZKY e MORAES, 2010, p. 180).

Desse modo, parece evidente com o caso do CMI Florianópolis que a busca pelos princípios não escapa à incompletude, à contingência e à conflitividade do social, bem como à ação dos afetos dos envolvidos em sua construção. Assim, tal qual a máxima lacaniana “a relação sexual não existe”, podemos dizer que o autonomismo, enquanto uma totalidade fechada é uma impossibilidade, embora o CMI busque, incessantemente, construir esse objeto impossível.

Na dimensão do horizonte utópico, a busca por uma emancipação (im)possível segue a lógica poetizada por Fernando Birri citado por Eduardo Galeano “*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para*

*que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.*

Foi isso que percebi com o CMI, com os movimentos sociais que esse coletivo me oportunizou conhecer, como os “Marcos” e “neozapatistas”, cuja história é uma inspiração e uma confissão de fé e esperança de que outro mundo é possível. Com o CMI, vi que os afetos e as subjetividades dos sujeitos são mobilizados na luta política; vi que os sujeitos lutam, amam e odeiam com a mesma intensidade com que dedicam suas vidas por seus ideais! Por isso, a cada discurso, uma forma de organizar foi a maior lição que aprendi com esses incansáveis sonhadores e lutadores por um mundo mais horizontal, justo e solidário.

As reflexões aqui apresentadas são importantes aos estudos organizacionais e reforçam o pressuposto defendido nessa tese de que a visão que se tem de sujeito impacta na visão que se tem do mundo e isso não é diferente quando falamos de organização. Nesse sentido, esse trabalho se dedicou não somente a desnaturalizar o discurso sobre organização como também a dessencializá-lo. Isso porque constatou-se que, apesar de observarmos a operação de uma crítica radical contra as ideias do *mainstream* positivista sobre a noção de organização com o oferecimento de abordagens alternativas a essas correntes teóricas (abordagens interpretativistas e críticas) não temos ainda a realização de uma reflexão radical sobre o caráter essencialista e centrado na razão do sujeito mesmo nas abordagens alternativas.

Nesse sentido, esse estudo sinalizou que as abordagens alternativas ao *mainstream* em organizações, sobretudo o interpretativismo e parte das abordagens críticas, apesar de romperem com ideias positivistas sobre as organizações, elas mesmas compartilham a mesma noção essencialista e racional de sujeito.

Assim, esse estudo procurou radicalizar a crítica do sujeito ao propor um olhar para a organização com base nos pressupostos epistemológicos e ontológicos antiessencialistas do pós-estruturalismo presentes na teoria do discurso e na psicanálise lacaniana de modo que o entendimento sobre a organização com base nessa perspectiva só pode ser político.

É por isso que no âmbito dessa tese, o **organizar é entendido como uma prática social e discursiva**, como algo que está presente em qualquer **disputa hegemônica** independente dos fins. O organizar, assim como a linguagem e a política são feitos cotidianamente na ação, mesmo que não nos demos conta disso. Entendo **o organizar como um discurso que constitui sujeitos e é por eles constituído**, à medida que funciona como um discurso em disputa por meio do qual os sujeitos

constroem suas **identidades** em oposição às forças que as negam (exterior constitutivo) e disputam com outras **identidades** (antagonismos) a fixação parcial de sentidos em torno desse **significante** em disputa.

Por essa ideia é possível depreender que não existe uma definição a priori, uma essência que possa dar conta do que é a organização e o organizar. Essa é uma pretensão que responde muito bem aos anseios da busca pela verdade e finalidade próprios da filosofia ocidental, fundamento das ciências sociais e humanas de nosso tempo. Assim, com base em uma epistemologia antiessencialista, a organização e o organizar são significantes em disputa e ganham uma definição precária e contingente na luta política pela determinação de um significado que atenda aos interesses dos sujeitos que lutam para impor sua visão de mundo.

Desse modo, quando uma significação sobre a organização se sedimenta é porque virou hegemônica. Porém, a teoria e a prática nos ensinam que toda **hegemonia comporta brechas e resistências** e por isso os sentidos conferidos aos objetos estão sempre em disputa e isso vale também para a noção de organização. Portanto, a organização é uma prática social cujos contornos conceituais se constituem a partir dos discursos aos quais os sujeitos se identificam configurando-se assim em uma prática política. Foi isso que tentei mostrar com o estudo do caso do centro de mídia Independente Florianópolis.

## REFERÊNCIAS

ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies: premises, practices, problems, and prospects. Paper presented at **Academy of Management Annual Meeting**, Philadelphia, 2007.

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Perspectivas críticas no Brasil: Entre a “verdadeiracrítica” e o dia a dia. **CADERNOS EBAPE**, v. 7, n. 3, p. 505- 508, Rio de Janeiro, 2009.

ALVESSON, M., DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEEG, S., HARDY, C., NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTUNES, R. Maurício Tragtenberg: a perda de um intelectual herético. In: ACCIOLY e SILVA, D; MARRACH, S. A. **Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ARRIVÉ, M. **Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente**: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BADIOU, A.; ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan, Passado Presente**. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**: Brasil: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa**: Brasil: 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARCELLOS, R. M. R. **Por outro eixo, outro organizar: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: Perspective and Method. Berkeley: University of California Press, 1986.

BÖHM, S. **Repositioning organization theory**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**; elements of the Sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

BUTLER, C.T. L. ROTHSTEIN, A. On Conflict and Consensus: A Handbook on Formal Consensus Decision-making. The Formal Consensus Website. Disponível em: <<http://www.consensus.net/>>. Acesso em: agosto/2014.

BUTLER, J. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

CABAS, A. G. **O sujeito e a psicanálise de Freud a Lacan**: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Past Postmodernism? Reflections and tentative directions. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CECEÑA, A. E. La Guerra como razón del mundo que queremos transformar. Trabalho apresentado no Seminário **Reforma ou Revolução** organizado pelo LPP-UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro, maio 2004.

CHANLAT, J. **Ciências Sociais e Management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 1999.

CLEGG, S. **As organizações modernas**. Lisboa: Celta Editora/Oeiras, 1998.

COELHO, K. **A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis**: uma análise das práticas alternativas de organizar. Tese (Doutorado em Administração). Curso de Pós-Graduação em Administração – CPGA, Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coords.). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

COUTINHO JORGE, M. A. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan** vol.1: As bases 5ªEd.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

CRUBELLATE, J. M. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, 1ª Edição Especial, 199-222, 2007.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R.. Estudos Críticos em Administração: Produção Científica Brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**. V. 43. N. 4. p. 72-85. out/dez 2003.

DAVEL, E.; VERGARA, S.C.; Gestão com Pessoas, Subjetividade e Objetividade nas organizações. In: DAVEL, E.; VERGARA, S.C. (org.). **Gestão com Pessoas e Subjetividade**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

DELLAGNELO, E., E., L.,BOHM, S. Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organizational perspective. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis: ENEO, 2010.

DELLAGNELO, E., E., L.; BOHM, S. ; MENDONCA, P. . Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. *Revista de Administração de Empresa (RAE: Impresso)*, v. 54, p. 141-153, 2013.

DELLAGNELO, E., E., L .MACHADO-DA-SILVA, C. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **O&S**, v.7, n.19, 2000.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Trad. Joaquim Costa, António M. Magalhães. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DERRIDA, J. A estrutura, o signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: Gramatologia. São Paulo, Perspectiva, 1978.

DERRIDA J.; ROUDINESCO, E.. **De que amanhã...** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DOSSE, F.. **História do estruturalismo**. Bauru (SP): EDUSC, 2007.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2010.

FARIA, J. H. O pensamento crítico e criativo de Maurício Tragtenberg. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 43, n. 2, Abr/Maio/Jun, 2003.

FARIA, J. H. de . Teoria Crítica em Estudos Organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, p. 509-515, 2009.

ETZIONI, A.. **Organizações modernas**. 6. ed. São Paulo (SP): Pioneira, 1980.

FINK, B. **O sujeitolacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FOUCAULT, M. **As palavras e ascoisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, S. **Psicologia das Massas e análise do Eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Paris, Gallimard, 1987.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, p.57-63. São Paulo: mar/abr, 1995.

GOOD, W.J.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1979.

GALLO, S. Anarquismo e educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. Política e trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36, p. 169-186, abril, 2012.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GÖRGEN, J. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRS): Porto Alegre, 2012.

GRAEBER D. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: Ak Press, 2009.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions and emerging confluences. In DENZIN, N. e LINCOLN, Y. S. **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HASSARD, J. Postmodernism and organization. In: **Sociology and organization theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Carta sobre o humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003.

HILSENBECK FILHO, A. M.. **Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

HOWARTH, D., STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In.: HOWARTH, D., NORVAL, A., STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. New York: Manchester University Press, 2000.

HOWARTH, D. **Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación en Studia Politicae N° 5**. Editorial Universidad Católica, Córdoba, 2005.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KUNCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia Y Estrategia Socialista: hacia una radicalizacion de la democracia**. Buenos Aires: FCE, 1987.

LACLAU, E. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.

\_\_\_\_\_. **La razón populista.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LEÃO, L. H. C. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **Revista de estudos contemporâneos da subjetividade.** Rio de Janeiro, ECOS, v.2, n2, 2012.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista.** Florianópolis, Tese: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2006.

LIMA, V. **Mídia: Teoria e Política.** 2a ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo. Boitempo, 2012.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. ; FONSECA, V. S. ; CRUBELLATTE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1ª ed. esp, p. 09-39, 2005.

MARCHART, O. **El pensamiento político posfundacional: La diferencia** La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

MARTINS, M. Histórico legal das comunicações no Brasil e a tramitação do código brasileiro de comunicações. In: RAMOS, M.; SANTOS, S. (orgs). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo: Paulus, 2007.

MARTON, S.. Acerca da recepção de Nietzsche na França. Em: **Nietzsche, um “francês” entre franceses.** Ed. Discurso Editorial, 2009.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, Pelotas, v. 43, n. 3, p.249-258, 01 set. 2007.

MENDONÇA, P. BOHM, S. The organization of counter-hegemonic movements and the struggle for rural development in the Sertão. **Draft paper presented at EMLYON Business School**, October, 2010.

MERQUIOR, J.G. **De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MISOCZKY, M. C. ; FLORES, R. K. . A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. VII, p. 9, 2009.

MIZOCZKY, M. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In.: MIZOCZKY, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

MISOCZKY, M. C. Homenagear Tragtenberg retomando as ideias e conceitos da matriz revolucionária. Maringá. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 150, Nov. 2013.

MISOCZKY, M.; FLORES, R.; MORAES, J. **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.

MISOCZKY, M. C.; MORAES, J. **Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais**. Porto Alegre: Dacasa, 2011.

MORAES, D. “Comunicación virtual, activismo político y ciudadanía”. **Trípodos, Barcelona**, vol. 4, 2005.

MOSÉ, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOUFFE, C. Em torno a ló político. Buenos Aires. FCE, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Humano, demasiado humano: texto integral**. São Paulo: Escala, 2006.

OLIVEIRA, G. G; OLIVEIRA, A.L.; MESQUITA, R.G. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out./dez. 2013.

PAES DE PAULA, A. P. ; MARANHÃO, C. S. . Opressão e Resistência nos Estudos Organizacionais Críticos: Considerações acerca do Discurso da Servidão Voluntária e da Pedagogia do Oprimido. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 463-477, 2009.

PAULA, A. P. P. **Estilhaços do Real: O Ensino da Administração em uma Perspectiva Benjaminiana**. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

\_\_\_\_\_. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e as burocracias flexíveis. **Revista de Administração Pública**. v. 36, n. 1, 2002.

PARKER, M. **Against Management: Organization in the Age of Managerialism**. Cambridge: Polity, 2002.

PARKER, M. Critique in the name of what: postmodernism and critical approaches to organization. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 553-564, 1995.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIERANTI, O. P. **Regulação da comunicação de massa: novas perspectivas teóricas e redefinições conceituais para o contexto brasileiro**. Tese, Escola Brasileira de Administração e de Empresas. Rio de Janeiro, 2007.

PRUDÊNCIO, K. C. S. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet**. Tese de Doutorado/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2006.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2012.

RAMOS, A. G.. Modelos de Homem e Teoria Administrativa. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, abr/jun 1984.

RAMOS, A.G. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

RIAVIZ, V. N. **Alienação e separação: a dupla causação do sujeito**. Dissertação: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

RICHARDSON, J; KLEINER D. **Copyright, Copyleft e as Creative Anti-Commons**. Revista Digital Remixture, 2006. Acesso em agosto de 2014:

[https://we.riseup.net/assets/118534/Anna%20Nimus%20Copyright\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/118534/Anna%20Nimus%20Copyright_pdf.pdf).

RICOEUR, P. **Da Interpretação**: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

RYOKI, A.; ORTELLADO, P. **Estamos vencendo**: resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, C. A. **A Rebeldia por trás das lentes participação política juvenil no Centro de Mídia Independente no Brasil**. Dissertação: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: V Encontro de Estudos **Organizacionais**, 2008, Belo Horizonte. Belo Horizonte: ANPAD, 2008.

SARUP, M. **Identity, culture and the postmodern world**. Georgia: The University of Georgia Press, 1996.

SCHRIFT, A. D. **Nietzsche French Legacy**: A Genealogy of Poststructuralism. New York: Routledge, 1995.

SERVA, M.; DIAS, T. ALPERSTEDT, G.. O paradigma da complexidade e a teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 276-287, 2010.

SOLÉ, A. ¿Qué es una empresa ? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. Working Paper. Paris, 2004.

SOUZA, M. M. P., CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: Uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 10, p. 1-25, 2012.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPICER, A.; BOHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. **Organization Studies**, 2007.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacan y lo político**. Buenos Aires: Prometeo – UNLP, 2007.

\_\_\_\_\_. **La izquierda lacaniana**. Psicoanálisis, teoría, política, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

STAKE, R. Case studies. In: DENZIN, N., LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. 2.ed. London: Sage Publications, 2000.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Org). **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: Principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.46, n.1, jan/mar, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010.

ZIZEK, E. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Ticklish Subject**, London: Verso, 1999.